



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Dores na coluna afetam cada vez mais trabalhadores na PB

*Afastamentos por problemas nas regiões lombar e dorsal subiram 68,4% e 64,3%, respectivamente, em 2024. **Página 6***

Sousa e Botafogo iniciam, hoje, a decisão pelo título do Paraibano 2025

Times fazem a final da competição pelo segundo ano consecutivo e se enfrentam a partir das 17h, no Marizão. Último confronto será no dia 30, no Almeidão.

Página 21

Empresas investem em estratégias sustentáveis para atrair novos clientes

Ações incluem processos mais eficientes e uso responsável dos recursos, focando no crescimento dos negócios sem comprometer o meio ambiente.

Página 20

Obras inacabadas causam prejuízos financeiro e psicológico a compradores e afetam o mercado

Projetos abandonados por construtoras adiam o sonho de moradia e investimento de famílias, consomem os recursos dos clientes e viram processos judiciais que se arrastam por anos. Especialistas dão dicas de como minimizar os riscos e evitar o calote na compra de um imóvel.

Página 5

Memórias

Foto: Carlos Rodrigo



Do sonho à missão diária há 14 anos

Renata Ferreira abraçou a função de editora-adjunta de A União e, desde então, mantém o olhar atento à informação precisa.

Páginas 14 e 15

■ “Escrevo, continuo escrevendo, pois é o que me resta de enleio e atividade. Rico de família, de apoio, de afeto, única poupança de que não me descuidei”.

Gonzaga Rodrigues

Página 2

■ “A capacidade de adaptação, planejamento e uso inteligente de recursos será o diferencial para quem deseja manter a competitividade neste ano”.

Amadeu Fonseca

Página 17

Foto: Divulgação/Docas-PB



Turismo em alta também no mar

Paraíba se prepara para receber navio de luxo neste ano e trabalha para ingressar na rota oficial de cruzeiros.

Página 8

Pôr do Sol Literário chega à 100ª edição

Escritores e artistas celebram a data em evento no dia 27, às 17h30, na Academia Paraibana de Letras (APL), na capital.

Página 9



Pensar

Surgido no século 19, o feminismo defende a igualdade de direitos entre homens e mulheres, mas busca, atualmente, lutar contra as tentativas de desmobilização do movimento, enquanto tenta se reinventar para incluir novas pautas.

Páginas 29 a 32

Editorial

Prudência

A experiência mostra que o sossego coletivo ou individual é sazonal. Ou seja, é impossível viver um longo período sem atribulações, que variam de natureza, quantidade e intensidade. No campo das doutrinas religiosas, por exemplo, a situação é mesma. O pai de Sidarta Gautama, o rei Sudodana, tentou proteger o filho das implacáveis leis da vida — doença, velhice, morte —, mas não conseguiu, e do contato com a realidade cruel, nasceu o Buda.

Jesus Cristo pregou a paz, o amor e a fraternidade, mas acabou crucificado — uma das penas de morte mais cruéis da história da humanidade. Os casos de desassossego, portanto, são muitos e variados. Martin Luther King lutou pelos direitos civis dos negros norte-americanos, e foi assassinado. O líder espiritual indiano Mahatma Gandhi também hasteou a bandeira da concórdia e do comedimento, e também acabou morto à bala.

Os capítulos mais recentes da história da humanidade foram marcados pelos extraordinários avanços das ciências da computação. O computador, a exemplo do *smartphone*, transformou-se numa espécie de órgão vital dos seres humanos, do mesmo modo que o coração, os rins, o fígado, os pulmões e, principalmente, o cérebro. Sendo assim, quase ninguém tem mais tranquilidade, hoje em dia, se não estiver com um aparelho celular à mão.

No entanto, se é certo que a informatização trouxe mais comodidade e praticidade para a vida das pessoas, não é menos certo que gerou também muitas dores de cabeça. Uma dessas enxaquecas atende pelo nome de crimes digitais ou cibernéticos, que variam da publicação de ofensas e mentiras nas redes sociais ao roubo de senhas de contas bancárias, passando pela disseminação de vírus de computador.

As consequências da criminalidade na esfera virtual podem ser terríveis. Até que os culpados sejam presos e as verdades restauradas — e isso depende muito da investigação policial —, reputações podem ir ao rés do chão e contas bancárias podem amanhecer zeradas. Felizmente, a legislação que tipifica os crimes digitais tem avançado no Brasil, sendo exemplo disso a Lei nº 12.737/2012, conhecida como Lei Carolina Dieckmann.

Visto que o celular e outros prodígios da informática vieram para ficar, e que a vida não vai mudar, que as pessoas de bem tenham mais cuidado, para evitar que larápios e detratores arrasem reputações ou ponham mão no dinheiro poupado, muitas vezes, à custa de enormes sacrifícios. Isso passa por uma rigorosa proteção de dados, para evitar invasões de dispositivos informáticos, e pela sabedoria, para não cair em contos de vigário.

Artigo

Rui Leitão
iurleitao@hotmail.com

O show da redemocratização

No ano em que o Colégio Eleitoral definia o fim da Ditadura Militar, elegendo a chapa Tancredo Neves e José Sarney para substituir o general Figueiredo, afirmando-se como o primeiro governo civil após duas décadas conhecidas como os “anos de chumbo”, realizava-se, no Rio de Janeiro, o primeiro festival de rock do Brasil. O evento contou com a participação de artistas de renome nacional, como Ivan Lins, Paralamas do Sucesso, Blitz, Barão Vermelho, Gilberto Gil, Alceu Valença, Roberto Carlos, Ney Matogrosso e Rita Lee, além de muitas atrações internacionais. Alguns desses artistas retornavam ao país após anos de exílio. Era a edição inaugural do Rock in Rio. Sua importância não se restringiu a um momento de diversão e entretenimento: representou a afirmação política de uma geração que ansiava por liberdade e democracia. Havia um sentimento de vitória, potencializado pela juventude.

O evento atraiu um público estimado em mais de um milhão de pessoas e aconteceu em meio à expectativa política pelo resultado da votação em Brasília. A esperança era de que, enfim, o país iniciaria o processo de redemocratização. O Kid Abelha e os Abóbora Selvagens apresentaram-se na noite de 15 de janeiro, no exato momento da eleição, sendo anunciados como o “primeiro show da democracia brasileira”. Como não poderia ser diferente, carregavam a bandeira nacional, o que inflamou a multidão, que, em coro, gritava: “Brasil, Brasil!”.

Na plateia, majoritariamente composta por jovens, militantes do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) distribuíam panfletos com frases como: “O rock foi a forma que a juventude encontrou para botar para fora seus sentimentos” e “Para os reacionários, o rock vem ameaçar seus caducos e carcomidos preconceitos e valores”.

Os artistas transmitiam seus recados por meio de músicas temáticas, alterando letras e fazendo discursos, transformando o festival em um evento político. Os Paralamas, em sua apresentação no dia 13 de janeiro, cantaram Inútil, do Ultraje a Rigor, cuja letra afirmava ironicamente: “A gente não sabemos escolher presidente”, uma

crítica ao regime que não admitia o voto direto na eleição presidencial. No Barão Vermelho, Cazusa, enrolado na bandeira nacional, mudou o refrão de Pro Dia Nascer Feliz para Pro Brasil Nascer Feliz. Ivan Lins alterou a letra de Começar de Novo para criticar o fascismo e lembrar as pessoas que haviam desaparecido durante a Ditadura.

O idealizador e promotor do grandioso evento, Rubem Medina, chegou a declarar: “O Rock in Rio será uma festa de comemoração da esperança para o país”. O governo, no entanto, usou a máquina pública para dificultar a realização do festival. A Cidade do Rock teve suas obras embargadas em setembro de 1984, sob a justificativa de que o local seria usado por escolas de samba. Quando o empresário conseguiu autorização para a continuidade dos trabalhos, a obra foi novamente impedida, desta vez sob o argumento de que o evento rivalizaria com o RioCentro, um dos maiores espaços de exposição do país. Finalmente, o Rock in Rio foi autorizado, com shows programados para o período de 11 a 20 de janeiro de 1985. O festival simbolizou um novo momento na história nacional e o festivo nascimento da Nova República.

“

O evento atraiu mais de um milhão de pessoas e aconteceu em meio à expectativa política pelo resultado da votação em Brasília

Rui Leitão

Opinião

Foto

Legenda

Carlos Rodrigo



Foco na liberdade

Gonzaga Rodrigues

gonzagarodrigues33@gmail.com | Colaborador

O leitor invisível

Não houve golpe mais drástico no viço do meu artesanato do que terem exonerado o papel linha d’água da impressão dos meus escritos. Por conta de amores velhos com **A União**, um dos raros jornais deste país fiéis ao papel de impressão, ainda continuo no ambiente pelo qual fui gamado ou pelo que de melhor se escreveu e imprimiu na literatura do mundo.

Não sei no jornalismo, engolido pelo avanço pasmoso das novas trilhas visíveis e invisíveis de informação. Trilhas que em surdina podem propagar um candidato a presidente num país de 150 milhões de habitantes. O que sei, ou sinto aqui do meu tugúrio, é que o taco do meu leitor (os que ainda restam) já não joga comigo, atraído por bolas globais de invisíveis *brunswicks*.

Não há lugar para uma crônica passadiça de interesse localizado. Aliás, Otávio Sitônio Pinto já havia me conformado: “... seu leitor, nego velho, é o que conversa com você, é o que faz parte do seu papo. O João sapateiro ou o Bau Montenegro de sua crônica entram bem porque conferem com os que o leitor conhece”. Eu lamentava ter enviado meu livro a dezenas e dezenas de leitores e críticos de fora e não ter recebido sequer um aviso de recebimento. Isso na fase ainda plena do jornal impresso, Drummond no rodapé do Jornal do Brasil, Abramó, na Folha.

“Além do mais, nego, me desculpe, mas você não escreveu nenhuma “Bagaceira”.

Querer o quê?

Daí para os dias de hoje, ao que sei de mim próprio, a coisa só tem levado sumiço. Levanto as mãos para o céu pela afinidade sincera que gozo entre os pares da Academia, de algumas redações, pelos remanescentes de outros círculos que de longe nos acompanham.

Há vinte e cinco anos desço e subo pelo mesmo elevador, o mesmo de 39 famílias, onde já cheguei sexagenário. Quanto mais passa o tempo menos tenho com quem falar. De tanto dar bom dia e não ser ouvido terminei privado do melhor de mim que é me dar às pessoas, no que sou em mas-

“

Eu lamentava ter enviado meu livro a dezenas e dezenas de leitores e críticos de fora e não ter recebido sequer um aviso de recebimento

Gonzaga Rodrigues

sa dispensado. Salvam-se uns três ou quatro condôminos acima dos cinquenta anos. Além dos porteiros que sempre me advertem do batente.

Escrevo, continuo escrevendo, pois é o que me resta de enleio e atividade. Ler sem obrigação e escrever por sedução. Rico de família, de apoio, de afeto, única poupança de que não me descuidei, sinto faltar-me o Ponto de Cem Réis de Tenente Rubinho, não como a praça que volta a ser reformada, mas como o laboratório de opinião e de expressão viva do ânimo e do humor da cidade. Como faz falta, aos de minha geração e aos chegantes até os anos 1970, hoje reduzidos a dois ou três gatos pingados em busca de papelha, a cidade inteira a andar, trabalhar, dirigir de olhos no celular, o bem de consumo mais bem distribuído no mundo de hoje.

Mas ainda resta um de meus cafés, o de Carlos, do Aurora, no térreo do Paraíba Hotel, onde me atendem pelo nome e me fazem pergunta como esta: “Ainda escreve, Gonzaga? — Não, parei faz tempo”. E ninguém me desmente.

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.



William Costa
DIRETOR DE MÍDIA IMPRESSA

Naná Garcez de Castro Dória
DIRETORA PRESIDENTE

Amanda Mendes Lacerda
DIRETORA ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE PESSOAS

Rui Leitão
DIRETOR DE RÁDIO E TV

A UNIÃO
Uma publicação da EPC

Av. Chesf, 451 - CEP 58.082-010 Distrito Industrial - João Pessoa/PB

Gisa Velga
GERENTE EXECUTIVA DE MÍDIA IMPRESSA

Renata Ferreira
GERENTE OPERACIONAL DE REPORTAGEM

PABX: (083) 3218-6500

E-mail: circulacao@epc.pb.gov.br (Assinaturas)

ASSINATURAS: Anual R\$385,00 / Semestral R\$192,50 / Número Atrasado R\$3,30

CONTATO: redacao@epc.pb.gov.br / ouvidoria@epc.pb.gov.br

Fica proibida a reprodução, total ou parcial, de matérias, figuras e fotos autorais deste jornal, sem prévia e expressa autorização da direção e do autor. Exceto para impressão de cópias, com o fiel e real conteúdo, para uso e arquivo pessoal.

ASSISTÊNCIA HUMANIZADA

Serviço oferta apoio a mães de bebês internados em UTI

Espaço funciona como extensão do Hospital General Edson Ramalho, na capital

Samantha Pimentel
samanthainiao@gmail.com

O nascimento de um filho costuma ser um dos acontecimentos mais marcantes da vida de alguém, motivo de grande alegria. Porém, em alguns casos, quando o recém-nascido fica internado e precisa de cuidados excepcionais, as mães também passam a necessitar de uma assistência diferenciada. Pensando nisso, a Casa de Apoio às Mães da Maternidade do Hospital do Servidor General Edson Ramalho (HSGER) — extensão da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal — oferece suporte às mulheres que estão com os filhos internados na instituição. Atualmente, sete mulheres estão abrigadas no local, que tem capacidade para receber até 10 mães, oferecendo assistência, cuidado e acolhimento.

O espaço possui sala, dois dormitórios, copa, banheiro e uma pequena enfermaria, como destaca a coordenadora de Enfermagem da maternidade e responsável pelo espaço, Elza Cris de Lima Ribeiro. “Realmente, é uma estrutura de uma casa. Ficam aqui as mães cujos bebês estão em situação de UTI. Muitas vezes, são mães que moram no Sertão, mas, mesmo as que moram em João Pessoa, podem optar pelo nosso serviço, para ter mais acesso ao bebê. Por lei, a mãe e o pai têm acesso 24 horas à criança que está na UTI. Então, aqui na Casa de Apoio, as mães ficam mais próximas dos filhos. E elas ficam aqui o tempo que precisarem”, explica.



Foto: Leonardo Ariei

Local oferece acomodação, alimentação e suporte emocional

No local, as mães ainda contam com alimentação, que é fornecida diariamente pelo HSGER, e podem receber visitas de familiares. “Mas não entra homem na Casa. Tem uma pracinha aqui na frente, onde elas ficam com o marido ou com alguém que as venha visitar”, pondera Elza.

Na Casa de Apoio, a assistência às mães é realizada por uma equipe multiprofissional, contemplando diversos eixos assistenciais. “Elas têm atendimento de psicólogo, assistente social, nutricionista. Os

profissionais fazem palestras e sessões de escuta. Também temos ações como o dia da beleza e as atividades interativas”, destaca Elza, acrescentando que a assistência de profissionais diversos é essencial para oferecer suporte emocional às mulheres que estão com seus filhos na UTI.

A cada três horas, as mães vão à UTI fazer a ordenha do leite materno e alimentar seus filhos. Nesse momento, elas recebem orientações para fortalecimento das boas práticas do aleitamento materno e são

incentivadas à doação de leite para os bebês cujas mães não conseguem fazer a ordenha. “Algo que a gente preza é o aleitamento materno, porque o leite da mãe é o principal alimento da criança. Portanto, uma criança que está na UTI precisa muito do leite materno para uma boa evolução. Então, a gente tenta, de todas as formas, deixar essa ‘mãozinha’ aqui para não atrapalhar o tratamento da criança; mas, se ela quiser ir embora, também é uma opção dela”, esclarece Elza.

As mães também contam com assistência de uma técnica em Enfermagem que fica no local diariamente. “Para verificar pressão, glicemia, coisas bem simples. Mas, caso a mulher precise de um atendimento mesmo, a técnica vai com ela até a maternidade. Lá, ela passa pela triagem, pela consulta médica e pelo procedimento que for necessário”, afirma a coordenadora de Enfermagem do HSGER.

Durante a permanência na Casa de Apoio, as mães ainda participam de atividades artesanais e interativas — muitas vezes, estimuladas pelas técnicas em Enfermagem, que se revezam para acompanhá-las em suas rotinas diárias, como relata uma dessas profissionais, Jacinta Ana de Oliveira. “Faço algumas dinâmicas com elas, jogos, pintura, atividades para distraí-las do momento difícil que estão passando”, comenta, reforçando a importância de as mães se manterem bem física e emocionalmente, durante a internação dos bebês.

UN Informe

DA REDAÇÃO

TCE-PB RECOMENDA CONCURSO PÚBLICO EM BAYEUX OU REDUÇÃO DE CONTRATOS TEMPORÁRIOS

Todos os gestores municipais sabem do risco de passar dos limites de contratação de temporários em prejuízo da realização de concurso público para efetivos. Mas, é uma prática ainda comum no Brasil e na Paraíba. O mais recente alerta local partiu, como sempre, do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), dessa vez em direção à prefeita de Bayeux, Tacyana Leitão. O alerta, publicado na edição nº 3629 do Diário Oficial Eletrônico do TCE-PB, na sexta-feira (21), aponta que o percentual de contratações temporárias atingiu 241,53% do total de servidores efetivos. Para o TCE, a irregularidade pode comprometer a gestão orçamentária, financeira e patrimonial do município, além de acarretar possíveis consequências eleitorais, trabalhistas, cíveis e criminais. Além disso, a prática poderá indicar eventuais favorecimentos nas contratações, sem critérios objetivo, e levar a problemas na Justiça Eleitoral. No Rio Grande do Norte, o Ministério Público Eleitoral pediu a cassação do prefeito de Lajes, Felipe Menezes (MDB), e do vice, por motivos idênticos. Na Paraíba, a corte recomenda a imediata redução do número de contratados por tempo determinado ou a realização de concurso público em Bayeux.

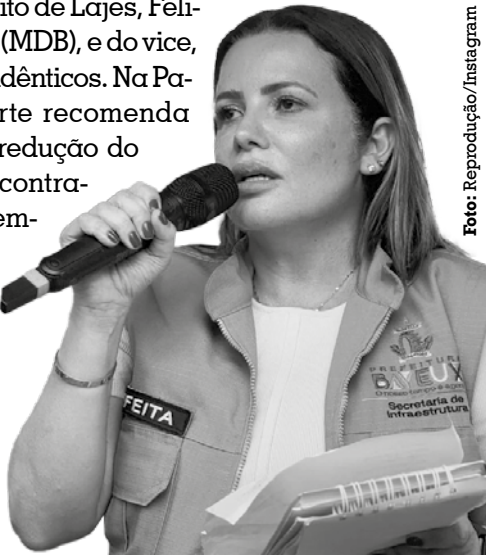


Foto: Reprodução/Instagram

IGUALDADE RACIAL (1)

O vereador Marcos Vinícius (PDT) reuniu-se com representantes de entidades e associações do Movimento Negro de João Pessoa para debater o Projeto de Lei (PL) que visa promover a igualdade racial no município. O projeto, que está em fase final de elaboração, será protocolado nos próximos dias na Câmara Municipal de João Pessoa (CMJP).

IGUALDADE RACIAL (2)

Durante a reunião, foram discutidos ajustes na minuta do projeto. “Estamos trabalhando para garantir mais igualdade de oportunidades e para defender os direitos de todos, sem distinção. Este Projeto de Lei será um marco importante na superação e no combate à discriminação e às desigualdades raciais em nossa cidade”, afirmou Marcos Vinícius.

DE VOLTA

A prefeita de Conde, Karla Pimentel, comemora o retorno do vereador Fagner Melo ao grupo de sustentação governista. Com essa movimentação, a gestora passa a contar com o apoio de seis parlamentares, fortalecendo sua base. Fagner explicou que nunca fez oposição à gestão municipal, apenas teve um “posicionamento independente” na eleição para a presidência da Câmara.

40 ANOS DO TRT-13

Amanhã, a presidência e a Escola Judicial do TRT-13 promovem evento de abertura das celebrações dos 40 anos do tribunal. Na ocasião, será apresentada a logomarca especial criada para a data. O evento contará com palestras da desembargadora aposentada do TRT-4 (RS), professora e pesquisadora da Unicamp, Magda Barros Biavaschi, e do desembargador do TRT-13, Ubiratan Moreira Delgado.

COTAS DO FPE

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou anteprojeto de decisão normativa que fixa, para o exercício de 2026, as quotas de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE). Os coeficientes de participação no FPE foram calculados com base nos dados estatísticos de população e renda domiciliar per capita de cada unidade federativa envolvida, fornecidos IBGE.

EXPOSIÇÃO REFORÇA IMPORTÂNCIA DA REDE DE APOIO ÀS MULHERES

Vinte frases que a maioria das mulheres vítimas de abuso já ouviu na vida e que configuram a violência psicológica são tema da II Exposição Por Elas: No Enfrentamento à Violência, na Estação Cabo Branco — Ciência, Cultura e Artes, em João Pessoa, que foi aberta na última quinta-feira (20). O público pode prestigiar a exposição até 31 de março, gratuitamente.

Casa é essencial a mulheres de outras cidades

A Casa de Apoio é essencial para garantir um local seguro às mães que não residem na região de João Pessoa e que precisam acompanhar seus bebês em tratamento na UTI do HSGER. Uma dessas mulheres é Elaine Cristina Lino da Silva, que está há nove meses acompanhando o filho no hospital. Moradora de Salgado de São Félix, ela deu à luz em Itabaiana, mas, devido à demora do parto, a criança teve complicações no quadro clínico.

“Perdi todo o meu líquido amniótico [fluido que protege o feto durante a gestação] no caminho para o hospital, porque eu moro no sítio. Falta oxigenação no cérebro do meu bebê e, quando ele nasceu, já estava sem pulso. Depois, foi reanimado. O Edson Ramalho foi o primeiro lugar que aceitou recebê-lo”, relata.

Elaine Cristina destaca que a Casa de Apoio é essencial para que ela possa acompanhar o tratamento do filho. “Eu aprendi a fazer a aspiração, a dar comidinha, agora mesmo estava dando banho nele. Todos os cuidados dele eu já consigo fazer”, afirma. “Aqui, a gente [as mães assistidas pelo serviço] pode estar perto dos nossos filhos sempre. É como estar em casa”, complementa.

Em breve, ela espera ir para casa com o filho. “A gen-



Troca de experiências entre mães ajuda a lidar com a angústia da espera pela alta médica

te deu entrada num programa da Secretaria de Saúde do Estado, que é para desospitalizar as crianças, e está conseguindo progresso. Tenho fé de ir para casa no fim desse mês ou no começo do próximo, se a gente conseguir os aparelhos dele, tudo direitinho”, diz.

Outra usuária da Casa, Rayssa de Sousa Macêdo, de Alhandra, reforça a importância da Casa para ela e para muitas outras mulheres. “Meu parto foi aqui [no Edson Ramalho], porque lá em Alhandra não há maternidade. Minha filha tinha 35 semanas e cinco dias, era prematura, e teve algumas complicações, como convulsões e parada respiratória. Estão fazendo exames para

descobrir o porquê. Mas ela já está melhor, está mamando, já saiu da sonda e estamos esperando os resultados [dos exames]. Se fosse para a gente estar vindo direto para cá, era bem mais complicado. Aqui, a gente consegue ter esse acesso mais fácil ao bebê e conseguir descansar melhor”, conta.

Rayssa ainda diz que a assistência recebida pela Casa

Saiba Mais

Quem precisar do suporte da Casa de Apoio às mães do Hospital do Servidor General Edson Ramalho deve procurar o serviço social da instituição. O HSGER é gerenciado pela Fundação Paraibana de Gestão em Saúde (PB Saúde) e integra a rede estadual. A instituição possui o selo Amigo da Criança, concedido pelo Ministério da Saúde, por suas práticas de promoção ao aleitamento materno e à saúde integral da criança e da mulher.



Foto: Leonardo Ariel

Nilma Lino

Ex-ministra das Mulheres, da Igualdade Social e dos Direitos Humanos

“Uma práxis antirracista não é isolada do direito à educação”

Primeira mulher negra a comandar uma universidade federal elenca conquistas e desafios da causa racial no Brasil

Emerson da Cunha
emersoncsousa@gmail.com

A entrevista não poderia demorar muito. Depois de um dia repleto de atividades, entre elas uma palestra e uma sessão de *selfies*, a ex-ministra do Governo Dilma Rousseff, Nilma Nilo, queria mesmo era descer do palco e descansar um pouco. Mas ela sabia que o que tinha a falar era importante e valia ainda um sopro de energia para responder às perguntas do Jornal **A União**. Nilma Lino é mais conhecida como a primeira ministra do então recém-criado Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, sendo empossada, em 2015, pela presidente Dilma Rousseff. Antes disso, foi ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, também em 2015. Pedagoga pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi a primeira mulher negra no Brasil a comandar uma universidade pública federal, no caso, como reitora da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Atualmente, Nilma tem continuado a ser uma voz ativa contra o racismo e na luta por uma práxis antirracista, em especial no campo da educação. A entrevista foi concedida durante o 1º Congresso de Educação e Práticas Inovadoras à Escola Pública do Instituto Alpargatas, no último dia 13 de março.

Entrevista

■ Como potencializar as práticas de letramento racial e antirracistas na educação?

Eu acho que, para potencializar essas práticas, tem que se entender que trabalhar com antirracismo é um dever do profissional da educação, seja ele ou ela, gestor ou gestora, professor ou professora; é um dever profissional, que é constitucional, uma vez que o racismo é crime inafiançável, imprescritível. [Está na] nossa Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no nosso Plano Nacional de Educação. Essas legislações nacionais apontam elementos [para isso], como, por exemplo, o artigo 26 da LDB, [que prevê] a obrigatoriedade do ensino histórico e cultural brasileiro, africano e indígena; [essa norma] indiretamente aponta para a construção de uma educação democrática. As pessoas precisam ser respeitadas, reconhecidas; a educação tem que colaborar e participar do pleno desenvolvimento humano das pessoas. Na educação,

nós temos o dever de desenvolver a solidariedade, de garantir acesso e permanência. Quando você discute como potencializar essas práticas, entende que uma práxis antirracista não é algo isolado do direito à educação. Então, por exemplo, [deveríamos] fazer uma revisão e uma atualização crítica dos materiais didáticos com os quais as estudantes e os estudantes trabalham, que nós selecionamos dentro das escolas; pensar numa literatura em que você trabalhe, de forma mesclada, a literatura brasileira, a afro-brasileira, a africana, a indígena e tantas outras.

■ A senhora atuou como ministra no Governo Dilma. Como foi a experiência de pensar políticas públicas, de lidar com a questão antirracista de dentro de um Governo Federal? Há mais possibilidades, mais entaves ou mais burocracia?

Até então, o Brasil era o único país que tinha, na sua estrutura de governo, uma instância governamental para construir políticas de igualdade racial e pensar nessas políticas. É de outra ordem pensar a política macro e a sala de aula lá dentro, porque esse ministério, o Ministério da Igualdade Racial, é transversal. Ele não é estrutural, como é chamado o Ministério da Educação. É como se o Ministério da Igualdade Racial tivesse a tarefa de iluminar os outros ministérios para que eles incluam, nas suas ações, as pautas de combate ao racismo, as pautas de igualdade racial e essa dimensão política. O que há de comum é a gente ter objetivos que, tanto para o macro quanto para o micro, têm que existir, como o combate ao racismo; a construção de uma sociedade democrática — que valorize as histórias, a cultura, a vivência afro-brasileira; e a intervenção para a diminuição das desigualdades raciais. Do ponto de vista

da burocracia, é a burocracia mesmo dessas estruturas. Do ponto de vista das práticas, o ministério ainda é uma experiência muito nova na estrutura dos governos e uma experiência muito nova de Estado. Até mesmo hoje, eu acho que tem um pouco mais de maturidade política, no próprio governo atual, daquilo que a gente já construiu. Mas ele foi um ministério que surgiu da luta do movimento negro e da acolhida dessa luta pelo Governo Federal da época, lá em 2002–2003, e, agora, em 2023.

■ O letramento racial tem sido muito procurado dentro da iniciativa privada. O discurso e a práxis antirracista vão ganhando forças, mas há muitas críticas a esse movimento empresarial, como se, às vezes, existisse uma tentativa de lucro em cima de um público específico...

Na luta do movimento negro, a gente historicamente sempre falava e fala que a discussão do combate ao racismo é do Brasil. É de toda a sociedade brasileira, de todo cidadão e cidadã brasileira, independentemente do pertencimento étnico-racial, das suas coisas ideológicas, é algo de um dever ético, cidadão, do país. Nós sempre fizemos uma crítica de como só o setor público investia nesse debate, nessa discussão; de como as experiências, por exemplo, na educação, aconteceram somente nas escolas públicas, enquanto as escolas privadas fingiam que a alteração da LDB pelo artigo 26 não era para elas. E lá está muito clara [a menção a] escolas públicas e privadas da Educação Básica do Ensino Fundamental até o Ensino Médio. As diretrizes ampliam [essa regra] também para a Educação Infantil, ensino obrigatório. Quando o setor privado começa a se inserir nesse debate, ele não faz isso só por ser privado e por visar o lucro.

É uma resposta a uma pressão. Esse setor está, historicamente, sendo pressionado pelo movimento negro, pela sociedade, pelas próprias políticas públicas dos governos Federal, estaduais e municipais, que começam a entender que também é dever público uma formação antirracista e, mais, uma escola democrática e antirracista. Iniciativas privadas ou organismos de iniciativa privada, que sempre trabalharam com educação e que não tinham inserido a pauta racial, começaram a fazê-lo a partir de determinado momento. Eu prefiro entender que isso é muito mais fruto de uma pressão que está acontecendo. Isso tem também uma relação com a velocidade de capilaridade dos nossos próprios governos municipais, principalmente, e estaduais, porque o Governo Federal não dá conta de tudo, então ele traça e encaminha a política, ele injeta recursos do orçamento, mas os Estados e os Municípios têm a responsabilidade de fazer a política acontecer lá, nesse chão. E o que acontece é que a gente tem uma negação histórica dos Estados e Municípios de fazer o seu papel em relação ao combate ao racismo. Isso também vai dando espaço para que a iniciativa privada, nas diferentes parcerias que estabelece com as gestões estaduais e municipais, comece a trazer, para suas pautas, a assessoria pedagógica e educativa, a questão racial e a questão do letramento racial crítico. Então, eu diria que há experiências e experiências. A gente tem que analisar cada uma delas.

■ Falando sobre o tema de antirracismo na educação, quais principais desafios a serem enfrentados, atualmente, na sua visão?

Eu vejo desafios macros, desafios micros, eu digo assim. O desafio macro é sempre o combate e a superação do racismo nas estruturas da sociedade, nas desigualdades históricas que nós temos. Então, você tem que mexer com economia, tem que mexer com o mercado de trabalho, tem que mexer com a mídia. A gente tem que mudar, radicalmente, a mídia. A gente tem que investir na questão da saúde, da saúde pública; tem que trazer um olhar para essas dimensões da sociedade com o recorte étnico-racial. E o que nos faz olhar? É quando a gente está num processo desse letramento racial crítico, desse letramento racial, antirracista, que você passa a problematizar, a desnaturalizar e começa a falar: “Não, isso aqui não pode ser por acaso”. E também você começa a buscar caminhos, e não simplesmente senta e fala: “Não tem jeito, não vamos mexer”. Então, acho que essa é uma questão macro que atravessa todas as outras questões, que é a superação do racismo e das desigualdades raciais. Entender essa imbricação entre as desigualdades raciais, as

“Entender as imbricações entre as desigualdades raciais, econômicas e de gênero ainda é um grande desafio para nós

desigualdades econômicas e as desigualdades de gênero ainda é um grande desafio para nós. Isso vai desde o grande gestor, desde o Supremo Tribunal Federal, até o “chão” da escola. Então, esse sempre vai ser um grande desafio para nós. E a gente tem também desafios da esfera mais direta, mais micro, como, por exemplo, o que vem acontecendo, hoje, que é um fundamentalismo religioso se arraigando na sociedade e esse fundamentalismo religioso mira a escola, mira a educação escolar. Isso tem provocado rejeição, inclusive com reações agressivas nas escolas, à implementação do que a LDB fala no artigo 26-A. Há uma interpretação de fundo religioso fundamentalista, associando ao mal quando você vai trabalhar as expressões, por exemplo, afro-brasileiras e indígenas na escola; entendendo como identitarismo quando você chega para fazer uma discussão sobre o racismo ou sobre a presença negra e a afirmação do Brasil por meio dessa presença negra. Eu sempre chamo a atenção de que esse trabalho do antirracismo na escola não é o que você foca só o negativo, só o que não dá. Muito pelo contrário, muitas vezes, a entrada em sala de aula com os estudantes tem que ser pela afirmação, pelas civilizações africanas, pela sabedoria, pelos talentos dos nossos ancestrais africanos que foram usurpados pelos colonizadores, têm que ser na humanidade e não só no sofrimento, no tráfico. Não estou negando, mas eu estou falando que, quando a gente está em um processo de letramento racial crítico, a gente indaga esse tipo de situação. Parece-me que é natural começar por esse lado [da humanização e da exaltação da herança dos povos africanos]. Então, eu entendo que tanto no macro quanto no micro, esses são dois grandes desafios.

“O Ministério da Igualdade é transversal, tem a tarefa de iluminar os outros ministérios para que eles incluam, nas suas ações, as pautas de combate ao racismo

“As pessoas precisam ser reconhecidas. Na educação, nós temos o dever de desenvolver a solidariedade, de garantir acesso e permanência

CONSTRUÇÕES ABANDONADAS

Sonhos convertidos em drama

Problemas envolvendo empreendimentos em obras geram prejuízos financeiros e psicológicos para adquirentes

João Pedro Ramalho
joaoprimalhom@gmail.com

Em junho de 2017, o pai da enfermeira Julianne Santos, o engenheiro agrônomo José, de 72 anos, decidiu investir em um presente para as duas netas, filhas da profissional de saúde: um apartamento no condomínio Residencial Mar de Tiberíades, em construção no bairro Brisamar, em João Pessoa. Para isso, ele sacou o dinheiro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e assinou um contrato com a Imagem Construções, responsável pela edificação. A expectativa era que as obras fossem concluídas em até três anos, podendo, a depender da necessidade, durar mais seis meses. Perto do fim desse prazo, em fevereiro de 2020, seu José uniu-se a outro de seus filhos e adquiriu, no mesmo prédio, um segundo apartamento, que deveria ser entregue entre fevereiro e agosto de 2022. As obras, contudo, foram interrompidas em 2021 — e os adquirentes do condomínio foram relegados a uma espera que, ainda hoje, perdura.

“Quando a gente fala sobre o investimento que o meu pai fez e ainda não recebeu, ele fica muito triste, reclama e diz que não era para ter feito isso. Os nossos maiores prejuízos são psicológicos e financeiros, porque a gente pagou um valor por uma obra que está parada e não sabemos o que vai acontecer depois”, lamenta Julianne. O drama vivido pela família Santos não é exclusivo do condomínio em Brisamar. Na capital paraibana, relatos de obras abandonadas tornaram-se frequentes nos últimos anos, sendo um dos mais famosos o Residencial Liége. Localizado no bairro Altiplano Cabo Branco, o arranha-céu de 50 andares prometia ser o mais alto da cidade, mas sua construção está parada desde 2017. Segundo o advogado Daniel Braga, representante da Associação dos Adquirentes do Imóvel do Residencial Liége, a Construtora GBM interrompeu o empreendimento devido a problemas decorrentes de um empréstimo feito ao Banco do Brasil, cujos juros ultrapassaram o que a empresa conseguia pagar.



Residencial Liége, localizado no Altiplano, prometia ser o edifício mais alto da capital, mas está com obras paradas desde 2017

Seguiram-se, então, anos de uma disputa coletiva na Justiça. Por decisão judicial, a Construtora GBM foi destituída e a associação obteve a emissão da posse da obra, mas a incorporadora ainda tentou repassar aos compradores todas as dívidas relativas às obras, incluindo a que foi contraída no Banco do Brasil. A solicitação, todavia, foi negada. Agora, o suplício parece estar perto do fim. “Nós estamos com uma assembleia marcada para o dia 10 de maio, na qual retomaremos os diálogos com vistas à retomada das obras. É preciso entender qual adquirente vai aportar mais dinheiro e quem vai querer ser ressarcido, para que nós possamos, enfim, buscar caminhos para obter um novo financiamento ou para repassar essa obra a um investidor ou a uma construtora”, diz Daniel.

Isolados
Além da espera que ultrapassa o tempo razoável, um problema comum aos adquirentes desses imóveis é a falta de comunicação com as cons-

trutoras. Julianne conta, por exemplo, que até hoje não recebeu uma explicação sobre o motivo que fez a Imagem Construções interromper as obras. Ela também vem tentando ligar para o número de telefone passado pela empresa, mas as ligações não se completam. O único contato acontece por meio de conversas entre a mãe da enfermeira e a esposa do proprietário da construtora, pelo aplicativo WhatsApp. Ainda assim, são diálogos esparsos e pouco produtivos. “A última mensagem de minha mãe foi enviada no dia 19 de fevereiro deste ano, mas a mulher do proprietário respondeu apenas que falaria com o marido. Antes, em 4 de dezembro passado, não houve resposta, até que, em 12 de dezembro, ela disse que passaria para o esposo. Anteriormente, em 12 de abril de 2024, ela informou que o marido estava se organizando para terminar a obra. Tudo isso somente por mensagem. Por ligação, mesmo, a gente não consegue”, relata Julianne.

Força maior
“Diferentes situações podem levar ao abandono de obras da construção civil, como falta de documentação ou condições adversas de mercado ou financeiras — como no Edifício Liége”, explicou Sérgio Oliveira, diretor-executivo do Sindicato da Indústria da Construção e do Mobiliário do Estado da Paraíba (Sinduscon-PB). A advogada Sandra Fernandes, especialista em Direito e Processo Civil, enumera outros fatores, como dificuldades operacionais, problemas judiciais e irregularidades ambientais ou urbanísticas. Ela esclarece ainda em que circunstância a interrupção é legal. “Uma construtora pode suspender uma obra temporariamente por força maior ou caso fortuito, como desastres naturais e pandemias ou a suspensão da produção de concreto. Mas essa paralisação deve ser justificada e comunicada aos adquirentes; caso contrário, vai ser considerado descumprimento contratual”, ressalta. Para Sérgio, casos como os vividos por Julianne e pelos clientes de Daniel não afe-

tam a credibilidade do setor da construção civil na capital. “Há obras paradas em João Pessoa, mas o percentual é baixíssimo, talvez até irrelevante, diante da quantidade de empreendimentos. Mas as experiências negativas desses casos reverberam com muita intensidade e prejudicam o mercado”, aponta. O diretor-executivo ressalva, ainda, que o Sinduscon-PB não tem ingerência administrativa sobre as empresas e que busca conscientizar os filiados para que atuem de forma legal e prudente, ao planejar os seus empreendimentos. A reportagem do Jornal A União tentou entrar em contato com a construtora Imagem, por meio dos telefones publicados nas suas redes sociais e no seu site, para entender quais os motivos para a interrupção das obras e para a dificuldade de comunicação com os adquirentes. Também buscávamos saber quando as construções serão retomadas. Porém, assim como ocorreu com a família de Julianne, as ligações não tiveram retorno.

Cliente deve pesquisar sobre a empresa antes de firmar contrato

Quem deseja realizar o sonho da casa própria ou adquirir imóveis como uma forma de investimento deve tomar algumas precauções, a fim de minimizar os riscos de um calote. A advogada Sandra Fernandes orienta a, inicialmente, verificar o patrimônio e o histórico da construtora, tanto por meio de relatos de outros compradores quanto pesquisando ações judiciais e reclamações em órgãos de defesa do consumidor, como também consultando a situação financeira da empresa na Junta Comercial e na Receita Federal. Já um mecanismo útil na elaboração do contrato é a opção pelo patrimônio de afetação, que separa os recursos da obra dos bens da construtora e garante a prioridade de ressarcimento aos consumidores em caso de falência da empresa. Por fim, é importante fiscalizar a incorporação. “Verifi-

que se a construtora registrou o empreendimento no Cartório de Registro de Imóveis e certifique-se da matrícula do terreno, do projeto aprovado na prefeitura, do memorial descritivo e do alvará de construção. Todos esses documentos são vitais para quem não quer ter dor de cabeça”, complementa. Caso o transtorno com uma obra interrompida se concretize, é necessário que o consumidor mantenha a calma, reúna as informações disponíveis e procure um advogado. Em seguida, a pessoa lesada pode optar por uma notificação extrajudicial, por uma denúncia em órgãos de defesa do consumidor ou, ainda, por uma ação judicial. Conforme explica Sandra, esse último cenário inclui, entre as suas possibilidades, a solicitação de rescisão contratual, com a devolução do valor pago, ou de cumprimento forçado do contrato — ambos

possíveis, em uma ação coletiva —, além de danos morais e materiais e do pagamento de multas. Os adquirentes do Residencial Mar de Tiberíades estão nos estágios iniciais dessa busca por justiça. Nas últimas semanas, um grupo formado por cerca de 10 pessoas começou a se mobilizar, chamando

outros compradores para uma reunião, realizada na manhã de ontem. O objetivo foi conhecer o maior número possível de adquirentes e, assim, entender que caminhos serão trilhados a partir de agora. “Eu espero que o nosso dinheiro não seja perdido. A gente vai lutar para conseguir uma solução”, garante Julianne.

O que fazer

Se a construtora abandonar uma obra, o comprador pode:

- Contratar um novo empreiteiro para terminar a obra;
- Pedir compensação pelos custos extras;
- Pedir indenização por danos materiais e morais;
- Rescindir o contrato e pedir a devolução do dinheiro;
- Processar a construtora no juizado especial civil;
- Acionar o Procon.

Foto: Arquivo pessoal

“

Eu espero que o nosso dinheiro não seja perdido. A gente vai lutar para conseguir uma solução

”

Julianne Santos

Foto: Arquivo pessoal

“

Certifique-se da matrícula do terreno, do projeto, do memorial descritivo e do alvará

”

Sandra Fernandes

DOR NA COLUNA

Incômodo eventual ou mal crônico?

Desconforto nem sempre é apenas um mau jeito; entenda quando o caso exige a atenção de um profissional específico

Priscila Perez
priscilaperezcomunicacao@gmail.com

Patrícia da Fonseca Araújo de Albuquerque começou a fazer pilates para complementar o *crossfit* enquanto buscava emagrecer, mas foi ali que descobriu problemas na coluna que nem imaginava ter. “Eu sentia dores, mas achava normal, por causa do meu peso”, conta. Assim como ela, muita gente atribui esse desconforto a esforços físicos ou aos quilinhos a mais na balança. Nada que um analgésico não resolva, certo? Infelizmente, a dor na coluna nem sempre é passageira — e o que começa como um incômodo sorrateiro pode se transformar em um problema crônico.

Para se ter uma ideia, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 80% da população mundial enfrentará dores na coluna em algum momento da vida, sendo a lombar a principal causa de incapacitação no mundo e motivo de afastamento do trabalho. Na Paraíba, o cenário não é diferente — e tem se agravado. Em 2024, os afastamentos por problemas nos discos da coluna lombar (CID M51) cresceram 68,4% em relação ao ano anterior, saltando de 3.868 para 6.517 casos. Já os provocados por dor na região dorsal (dorsalgia, CID M54) aumentaram 64,3%, passando de 1.841 para 3.023 registros, segundo dados do Ministério da Previdência Social.

Estilo de vida
Antes associado ao envelhecimento, o problema na coluna tem atingido até os mais jovens. Hoje, devido ao uso excessivo de celulares e computadores, crianças e adolescentes passam horas ininterruptas curvados sobre as telas, comprometendo a postura de forma contínua. “Vejo, cada vez mais, pacientes jovens chegando ao consultório com dor na coluna. Isso era algo muito raro, anos atrás”, diz o ortopedista Sérgio Paredes. Se antes a dor nas costas era vista como um reflexo do desgaste natural



OMS estima que 80% da população enfrentará dores na coluna em algum momento; lombar é principal causa de incapacitação

do corpo, hoje, são esses hábitos inadequados, cultivados desde cedo, que têm levado a problemas crônicos na vida adulta. Segundo ele, envelhecimento e esforço físico não são as únicas causas possíveis. Na verdade, um conjunto de fatores, como genética, sedentarismo e ergonomia inadequada, também entra nessa equação. “O problema é multifatorial. Se há um histórico familiar, por exemplo, a predisposição é maior. Mas o estilo de vida tem um peso enorme”, explica o especialista. Não à toa, a falta de atividades físicas desde a infância pode se tornar um agravante. “As crianças de hoje se movimentam menos. Muitas já crescem sem estímulos adequados para desenvolver força e equilíbrio. Na adolescência, chegam ao consultório com fragilidades musculoesqueléticas que antes só víamos em adultos”, alerta.

Raízes da dor
Se já não bastassem todos esses fatores, minimizar a dor se tornou quase um reflexo automático, ainda mais quando não

há uma lesão aparente. O ser humano é especialista em deixar para depois o que não parece tão urgente — e é aí que mora o perigo. Quem nunca sentiu um incômodo na lombar e culpou o colchão? Mas manter uma má postura por longos períodos, seja no trabalho, seja durante o sono, pode levar a dores persistentes. Conforme Sérgio, em muitos casos, os exames não detectam nenhuma alteração significativa na coluna, mas o paciente segue sentindo dor, um indício de que a raiz do problema pode estar na postura. “Às vezes, não se trata de um problema estrutural, mas funcional, como um desajuste dos músculos e ligamentos”, observa. Tão variadas quanto suas causas são as formas como a dor se manifesta. Em alguns casos, é apenas um incômodo leve e passageiro; em outros, ela se prolonga até se tornar incapacitante. Sensação de queimação, pressão, cansaço muscular, formigamento e até choques são alguns sintomas que a dor pode provocar. O problema é que, na maio-



Hoje, a maioria dos procedimentos para a coluna são minimamente invasivos, com menos danos e recuperação mais rápida

José Lopes Filho

ria das vezes, as pessoas só buscam ajuda quando o desconforto já não pode mais ser ignorado — e, nesse ponto, já virou algo crônico. Isso acontece porque, quando a dor persiste por mais de seis semanas, há o risco de o cérebro registrá-la como parte do funcionamento do corpo. Especialista em cirurgia na coluna vertebral, o neurocirurgião José Lopes Filho explica como acontece essa “virada de chave” na nossa mente. Segundo ele, tem a ver com a forma como o sistema nervoso processa a dor ao longo do tempo. “O cérebro começa a ficar com a memória da dor. É como se tivesse uma ferida na coluna e, pelo fato de você não a tratar, ela ficasse reinflamando constantemente, deixando-a cronicada”, detalha. Nesse ponto, o analgésico que antes proporcionava alívio já não faz mais efeito. Por isso, buscar ajuda médica o quanto antes é essencial, para evitar que a dor se instale de vez. Além desse desconforto evidente, alguns sinais podem indicar que o problema é mais sério do que aparenta. Se a dor vier

acompanhada de febre persistente, perda de peso inexplicada, alterações urinárias ou fraqueza nos membros inferiores, é preciso procurar um especialista imediatamente. Também entram na equação alguns fatores de risco, incluindo hérnias de disco, que comprimem nervos, fraturas na coluna e até doenças mais graves, que aumentam as chances de a dor se tornar crônica, exigindo uma investigação mais aprofundada. Pacientes com histórico de doenças na coluna, câncer, osteoporose, diabetes ou imunossupressão também devem redobrar a atenção, pois, nesses casos, uma simples dor lombar pode esconder uma lesão mais grave e demandar um tratamento específico.

Fisioterapia
Nos casos mais graves, a cirurgia pode ser necessária. No entanto, de acordo com o neurocirurgião, a medicina avançou bastante, a ponto de minimizar os impactos desse tipo de intervenção. “Hoje, a maioria dos procedimentos para a coluna são minimamente invasivos, feitos por técnicas de endoscopia. Isso significa menos dano muscular, menos sangramento e recuperação mais rápida”, afirma José Lopes. Além das cirurgias, há também procedimentos mais simples e rápidos, como as infiltrações para alívio da dor e técnicas de neuromodulação. Já para os pacientes que não respondem bem a esses tratamentos, há alternativas como a rizotomia. “Essa terapia faz uma ablação do nervo sensitivo da coluna, como se fosse um corte na rede de transmissão da dor”, explica. Ainda assim, o especialista reforça que a reabilitação continua sendo uma etapa fundamental na recuperação da coluna, mesmo após o procedimento cirúrgico. “A cirurgia, por si só, não é um milagre, mas parte do tratamento. O ideal é que a recuperação inclua fortalecimento da musculatura, para evitar que o problema volte”, enfatiza o neurocirurgião.

Pilates contribui para evitar dores e fortalecer musculatura

Mesmo com esses avanços, a melhor estratégia para evitar dores na coluna é a prevenção. Entre as recomendações médicas, estão evitar longos períodos sentado, sem pausas, manter boa er-

gonomia no trabalho e apos- tar em exercícios de fortalecimento. “A musculatura da coluna precisa ser trabalhada para suportar o corpo. O ideal é fortalecer abdômen e músculos paraespinais, que dão

sustentação à coluna”, orienta o ortopedista Sérgio Paredes. Uma das saídas mais procuradas para esse fortalecimento muscular é o pilates, que une alongamento e consciência corporal. Praticante há quase 10 anos, Patrícia percebeu ganhos significativos em sua postura e na redução da dor. “A gente aprende a respirar melhor e a manter a postura correta no dia a dia, além de ganhar mais flexibilidade, o que já diminui consideravelmente as dores na coluna”, conta. Além de alongar, ela explica que o pilates trabalha a força muscular, a concentração, a respiração e a precisão dos movimentos. O fisioterapeuta Pedro Alarcão, que dá aulas de pilates num estúdio de João Pessoa, confirma os benefícios. Segundo ele, o exercício é uma forma de cinesioterapia, ou seja, uma técnica voltada tanto para a reabilitação quanto para a promoção do bem-estar. “É um método muito completo. Em cada sessão, o paciente alonga, mobili-

za, fortalece e trabalha a reeducação da postura global”, explica. Porém, para que o pilates proporcione esses resultados, é fundamental que seja praticado com regularidade. “A cada aula que fazemos, é um degrau que subimos; e a cada falta, são dois que descemos”, destaca. Ainda de acordo com ele, os benefícios do pilates começam a ser percebidos em pouco tempo, desde que a prática seja constante. “Usando o argumento do próprio Joseph Pilates, criador do método, com 10 sessões, você percebe seu corpo diferente; com 20, as pessoas ao seu redor notam a diferença; com 30, você tem um corpo novo”, afirma. A experiência de Emanuela Regia de Sousa Coelho, de 34 anos, confirma isso. Durante a pandemia, trabalhando em casa e passando horas sentada, ela começou a sentir forte incômodo. “Eu estava me sentindo muito entevada, a ponto de me espreguiçar pela manhã e não conseguir esticar

a perna”, lembra. Ao buscar o pilates, ela notou melhora expressiva nos movimentos, já nos primeiros meses. “Fiquei um ano praticando direto, parei por um tempo e logo senti tudo de novo. Quando voltei, estava com um incômodo no lado esquerdo do corpo, como se estivesse pesado. Três meses depois, sumiu completamente”, relata.

Além do alívio das dores, Pedro Alarcão ressalta que a prática frequente melhora o equilíbrio, a força e a mobilidade, trazendo benefícios até para quem não tem problemas na coluna. “O método é tão completo que pode ser usado para prevenir e reabilitar. O pilates não é maçante, não enrola”, conclui. Não é à toa que quem começa não larga mais.

Dicas de ergonomia

- 1 - Mantenha a postura correta, ao se sentar. Evite curvar as costas e mantenha os pés apoiados no chão. A coluna deve estar reta;
- 2 - O assento deve permitir que os joelhos fiquem em um ângulo de 90 graus e o encosto precisa oferecer suporte à lombar;
- 3 - O monitor deve estar na altura dos olhos;
- 4 - Levante-se a cada 50 minutos, faça pequenos alongamentos e caminhe;
- 5 - Pratique atividades físicas regularmente.



Pedro Alarcão diz que pilates é uma terapia completa

JUSTIÇA OU IMPUNIDADE?

Audiência de custódia faz 10 anos

Criado, em 2015, com o objetivo de garantir direitos e evitar prisões ilegais, mecanismo ainda gera polêmica no Brasil

Priscila Perez
priscilaperezcomunicacao@gmail.com

Controversa para muitos, mas crucial para garantir a legalidade do sistema prisional desde a porta de entrada, a audiência de custódia completa 10 anos, em 2025, cerca-da por desconfiança. A ideia de que “a polícia prende ‘bandido’ e a Justiça solta” passou a ser repetida pela população, diante da repercussão de casos polêmicos em que os envolvidos responderam em liberdade. Mas será mesmo que essa percepção condiz com a realidade do sistema judiciário? Os números da Paraíba mostram que a situação é mais complexa do que parece. Entre 2015 e 2024, foram realizadas 39.160 audiências de custódia, das quais 63,8% (um total de 25.012) resultaram na manutenção da prisão preventiva, enquanto 35,6% delas levaram à liberdade provisória.

Na prática, os dados do Painel Estatístico do Sistema de Audiência de Custódia (Sistac), ligado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mostram que, a cada 10 audiências feitas no estado, seis pessoas permaneceram detidas e quatro puderam responder ao processo em liberdade. A tendência nacional é semelhante: em 10 anos, 59% das prisões foram mantidas, em um universo de dois mi-

lhões de audiências. Mas, se essa é a realidade em todo o país, por que a audiência de custódia ainda é vista como um instrumento tão permissivo?

Para o promotor de Justiça Glauco Coutinho Nóbrega e o defensor público José Gerardo Rodrigues Júnior, a resposta esbarra na falta de conhecimento sobre o assunto e sobre a própria legislação. Por isso, antes de qualquer polêmica, é preciso entender

o funcionamento desse mecanismo, previsto no Código de Processo Penal (CPP) desde 2015, que tem como objetivo verificar a legalidade das prisões efetuadas no Brasil. Basicamente, todo cidadão preso em flagrante tem o direito de ser apresentado a um juiz, dentro de 24 horas, em uma audiência de custódia. Mas o que está em discussão não é a

culpabilidade do investigado, como muitos pensam.

Segundo José Gerardo, não se trata de um julgamento, mas de um procedimento que permite ao juiz ouvir o detido e verificar se houve algum tipo de irregularidade, como violência, tortura ou abuso policial. É quando se analisa a necessidade da prisão preventiva, a possibilidade de aplica-

ção de medidas cautelares e eventuais encaminhamentos assistenciais. O defensor público reforça que esse momento é essencial para assegurar direitos fundamentais. “A audiência de custódia humaniza a decisão judicial, uma vez que o magistrado tem acesso à realidade da pessoa presa, sua condição física e social, trazendo elementos para uma tomada

de decisão mais justa e efetiva”, pontua. Ao avaliar se a prisão foi realizada dentro dos limites da lei, o juiz — acompanhado por representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública (ou de um advogado particular) — pode decidir entre relaxar a prisão, convertê-la em preventiva ou conceder liberdade provisória, com ou sem medidas cautelares.

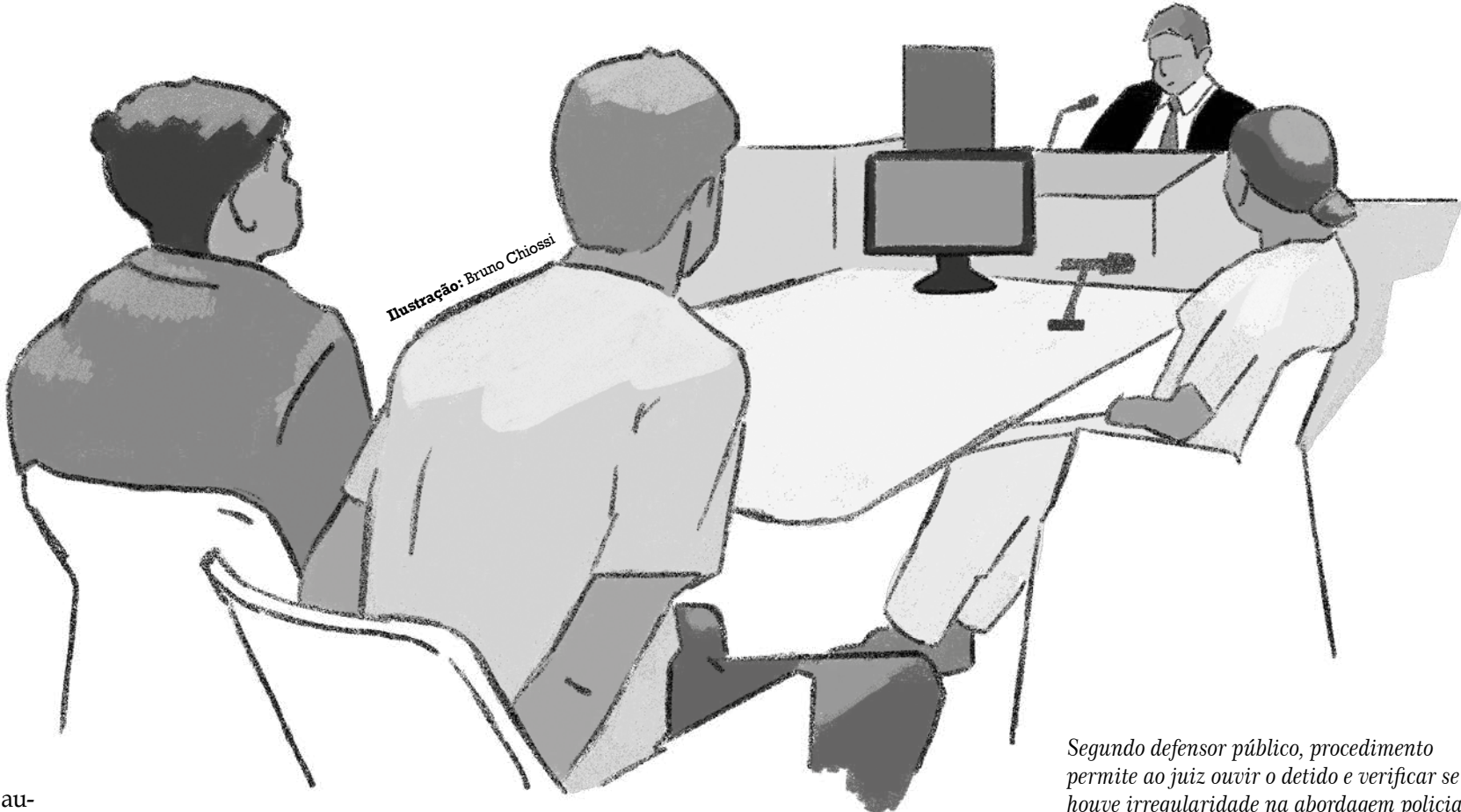


Ilustração: Bruno Chiossi

Segundo defensor público, procedimento permite ao juiz ouvir o detido e verificar se houve irregularidade na abordagem policial

Apesar das críticas, no estado, a maioria das prisões é mantida

Como promotor de Justiça, Glauco ressalta que, de fato, o que está em jogo não é a culpa ou a inocência do preso, mas a conformidade da prisão com o processo legal: “Verifica-se, por exemplo, se foram cumpridas as determinações legais de informar a prisão à família e à Defensoria Pública, dentre outras”. Existindo qualquer irregularidade, a opção é pelo relaxamento da detenção. Entretanto, como ele lembra, isso não significa que o preso será necessariamente solto, já que, dependendo da gravidade do caso, ainda pode ser decre-

tada a prisão preventiva. Porém, se tudo ocorreu dentro da lei, o Ministério Público passa a avaliar qual medida pode ser aplicada ao investigado. Na maioria dos casos, o preso deixa a audiência em liberdade provisória, mas com restrições, como a proibição de frequentar determinados lugares, sair da cidade ou manter contato com os envolvidos no caso.

Isso acontece porque, desde 1977, o CPP determina que ninguém pode permanecer preso apenas pelo flagrante. Ou seja, se o investigado responde em liberdade, é porque

a lei assim determina — está na Constituição, como destaca o promotor: “Todos são inocentes, até que se prove o contrário, que só ocorre quando não couber recurso contra a sentença condenatória”. É por isso que, ainda hoje, muita gente associa a audiência de custódia à soltura automática de presos; para se ter uma ideia, a conversão para prisão preventiva só ocorre em casos extremos, como crimes violentos, delitos cometidos por reincidentes, descumprimento de medidas protetivas de urgência e risco comprovado de

fuga ou ameaça a vítimas e testemunhas.

Glauco reconhece, contudo, que as limitações impostas pela legislação frustram a sociedade, que espera que o investigado permaneça preso até ser julgado. “Há casos em que entendo que a prisão em flagrante deveria ser convertida em preventiva, mas a legislação não permite. Minha opinião é de preponderância do interesse da sociedade, mas não é possível ir contra a lei”. Segundo o promotor, o problema não está na audiência de custódia em si, mas na com-

binação entre o aumento da criminalidade e a atual legislação, que ele considera mais frágil. “Nos últimos tempos, ela sofreu reformas que dificultam a manutenção da prisão. É voltada à excessiva defesa do preso, em detrimento da segurança pública”, crava.

A reincidência de crimes é outro fator que alimenta a polêmica em torno desse mecanismo. Quando um investigado volta a cometer delitos depois de ser liberado pela Justiça, a sensação de impunidade cresce ainda mais. Para Glauco, o descumprimento de medidas

cautelares é um forte indicativo da periculosidade do investigado e, nesses casos, mantê-lo preso preventivamente passa a ser uma necessidade.

De todo modo, contradizendo a ideia de que a audiência de custódia funciona apenas como um mecanismo de soltura, os números mais recentes mostram que, na Paraíba, a maioria das prisões continua válida após a análise do juiz: entre janeiro e agosto de 2024, foram realizadas 5.655 sessões do tipo no estado, e, em 67,2% delas, a detenção foi mantida.

Medida é essencial para a gestão carcerária, diz secretário

Não é novidade que o sistema prisional brasileiro opera no limite. A superlotação e a falta de vagas desafiam a gestão carcerária diariamente, enquanto o fluxo constante de detenções mantém a rede ainda mais pressionada. Nesse contexto, as audiências de custódia cumprem

um papel importante na legalidade das prisões, mas não sem custos: há reflexos no orçamento e na estrutura da Justiça. Segundo o promotor Glauco Nóbrega, o peso financeiro é significativo. “Há impactos econômicos decorrentes da necessidade de criação de estrutura física, de

equipamentos e de equipes pelos Tribunais de Justiça e pelos Ministérios Públicos”, afirma.

Ao mesmo tempo, são as audiências de custódia que impedem prisões desnecessárias, evitando que o sistema carcerário fique ainda mais sobrecarregado e garantindo que

apenas aqueles que realmente precisam continuar presos ocupem as celas. Para o secretário de Administração Penitenciária do estado (Seap), João Alves, esse instrumento é essencial para otimizar a gestão carcerária. “Quem não tem uma visão aprofundada sobre a Justiça Criminal acredita que se trata de um mecanismo para beneficiar quem comete crime. Contudo, a realidade é bem diferente”, argumenta. Ele destaca que, desde sua implementação, houve uma redução considerável nas prisões preventivas e um aumento na aplicação de medidas alternativas. “Isso preserva os vínculos familiares e sociais e permite que o indivíduo continue trabalhando e contribuindo para a sociedade até o julgamento final do processo”.

Na Paraíba, essa abordagem vem sendo fortalecida por iniciativas como o Atendimento à Pessoa Custodiada (Apec), ser-

viço que analisa as condições sociais, psicológicas e de saúde do preso antes e depois da audiência. O Governo do Estado também implantou, com apoio do Tribunal de Justiça (TJPB), a Central de Regulação de Vagas, que monitora a ocupação dos presídios e distribui os detentos de forma mais eficiente. Conforme João, a Seap está empenhada, ainda, na implantação da Central Integrada de Alternativas Penais (Ciap), cujo objetivo é fortalecer a Política de Alternativas Penais, isto é, a promoção de estratégias mais humanizadas e socialmente produtivas no combate ao encarceramento em massa. “Além de atuar na prevenção das violências e da criminalidade, a partir da intervenção em fatores de risco, a Ciap promove a proteção social ao público atendido, bem como o resgate e o fortalecimento dos laços familiares e sociais”, finaliza.



Foto: Divulgação/Secom-PB

Quem não tem uma visão aprofundada da Justiça Criminal crê que se trata de um benefício para quem comete crime. Mas a realidade é diferente

João Alves



Foto: Luiz Silveira/Agência CNJ

Instrumento impede detenções desnecessárias e evita sobrecarregar ainda mais as cadeias

FUTURO PROMISSOR

Cruzeiros internacionais à vista

Chegada de navio de luxo, em Cabedelo, evidencia planos do governo de inserir estado em rota de viagens marítimas

Lilian Viana
lilian.vianacananea@gmail.com

A Paraíba entrou, de vez, na lista de estados “queridinhos” dos turistas brasileiros e estrangeiros. Além do aumento expressivo, em 2024, na procura por viagens a municípios paraibanos, Cabedelo prepara-se para receber um navio de luxo com turistas de alto poder aquisitivo, vindos da Europa. A chegada já tem data certa: 29 de outubro, com cerca de 150 passageiros e 120 tripulantes.

Especializada em oferecer experiências de turismo regenerativo, unindo luxo à consciência ambiental em seus cruzeiros, a empresa britânica Swan Hellenic já opera em destinos consagrados do Brasil — como Itacaré (BA), Trancoso (BA) e Búzios (RJ) — e escolheu a parada no estado, não só pelas belezas naturais, mas também pelo Porto de Cabedelo, que possui estrutura moderna e localização privilegiada para atender embarcações com segurança e conforto. “O SH Vega não será apenas um cruzeiro, mas uma janela para o mundo conhecer a beleza do Litoral paraibano, considerado um dos mais preservados do Brasil”, argumenta o secretário de Turismo de Cabedelo, Haenell Farias.

Ele acredita, ainda, que a chegada do navio também

Visita

Com cerca de 150 passageiros, o SH Vega, da Swan Hellenic, desembarcará na Fortaleza de Santa Catarina, em outubro, e será recebido com uma programação especial

pode transformar a cidade em um destino turístico global, consolidando-a como um lugar que combina sofisticação e sustentabilidade. Esse será o primeiro navio da empresa a chegar à Paraíba, mas a Swan Hellenic já sinalizou interesse em tornar Cabedelo uma parte permanente da rota, de acordo com o secretário. “Ainda não nos foi informado sobre quando os outros navios virão, mas a expectativa é grande”, vislumbra.

A recepção aos turistas ocorrerá na imponente Fortaleza de Santa Catarina, um dos principais cartões-postais do município. Para recebê-los, está sendo organizada uma programação que reúne artesanato, música e gastronomia. “Vamos receber da forma que sabemos fa-



Empresa já demonstrou interesse em tornar Cabedelo uma parte permanente de seu roteiro, segundo o secretário de Turismo da cidade

zer melhor: com alegria”, frisa Haenell.

Embora ainda não se saiba exatamente de quais países europeus os turistas virão, o impacto é considerado promissor. O secretário destaca que a movimentação de turistas trará grandes benefícios para o comércio e os serviços da cidade, além de colo-

car Cabedelo em uma posição de destaque no cenário turístico nacional e internacional. “Os turistas, que chegam com alto poder aquisitivo, terão a oportunidade de conhecer as riquezas culturais e naturais da cidade, enquanto a comunidade local colherá os frutos de um turismo cada vez mais robusto”, projeta.

A expectativa é que, com a possibilidade de inclusão da cidade na rota turística da empresa britânica, a cidade viva uma revolução no setor de turismo, com impactos duradouros na economia e no desenvolvimento social. “Nossa meta é que Cabedelo entre, de vez, na rota dos cruzeiros, e que

possamos fomentar nossa economia, gerando emprego e renda para nossa população”, complementa o secretário. O destino seguinte do navio, após o desembarque no Litoral paraibano, ainda não foi confirmado, mas a expectativa é que a mesma embarcação retorne ao estado em 2026.

Para receber navios de grande porte, porto será expandido em 120 metros

Para Ricardo Barbosa, diretor-presidente da Companhia Docas da Paraíba (Docas-PB), que administra o Porto de Cabedelo, a chegada do navio é um prenúncio positivo de uma consolidação futura da Paraíba na rota de cruzeiros turísticos. “É fato que estamos nos preparando para um futuro marcante. Receber o cruzeiro da Swan Hellenic é um momento importante, mas, para que nos consolidemos como rota oficial de cruzeiros, uma nova dragagem, com a ampliação do raio da bacia de evolução [local que em que os navios fazem as manobras de atracamento e desatracamento] é algo primordial, e os levantamentos para isso já estão em fase conclusiva”, afirma.

O porto, que completou 90 anos em janeiro, tem colocado

em prática o maior programa de investimentos da sua história, com melhorias em infraestrutura e sustentabilidade, incluindo novos prédios, completa instalação de energia fotovoltaica, drenagem, pavimentação, aquisição de equipamentos, reforma e ampliação dos armazéns. Essas iniciativas são importantes, não só para acolher, com qualidade e segurança, o navio da Swan Hellenic, mas para preparar o espaço para receber embarcações de porte superior.

“A ideia é aumentar o local em 120 m, quase o dobro do tamanho atual. Assim, será possível receber, além desse navio de pequeno-médio porte, navios maiores, com milhares de passageiros”, acrescenta Ricardo, ao ressaltar que, paralelamente, a Docas-

-PB também tem estreitado o diálogo com grandes armadores, como são chamados os operadores de transporte marítimo comercial, para que o Porto de Cabedelo seja oficialmente inserido na rota internacional de cruzeiros. “É um projeto nosso para um futuro próximo”, reforça Ricardo.

■ **Com o maior programa de investimentos de sua história, espaço ganhará diversas obras de infraestrutura**



Foto: Divulgação/Docas-PB

Docas-PB prepara nova dragagem para o Porto de Cabedelo, que completou 90 anos em janeiro

Parceria com companhia britânica foi firmada no mês passado

O relacionamento da Paraíba com a companhia de cruzeiros Swan Hellenic foi iniciado no mês passado, quando o Governo do Estado recebeu representantes da empresa britânica. Entre os dias 1º e 2 de fevereiro, uma comitiva da Swan Hellenic veio para discutir a inclusão de Cabedelo em suas futuras rotas, previstas para 2026. A passagem foi marcada por uma agenda repleta de encontros e visitas técnicas aos principais pontos turísticos locais, e visou consolidar o município da Região Metropolitana de João Pessoa como um destino estratégico para turistas que buscam experiências exclusivas e sustentáveis.

A comitiva foi recebida pela secretária do Turismo e Desenvolvimento Econômico (Setde) da Paraíba, Rosália Lucas, que representou o governador do estado, João Azevêdo. Acompanhada por autoridades locais, como o secretário de Turismo de Cabedelo, Haenell Farias, e o presidente da Empresa Paraibana de Turismo (PBTur), Ferdinando Lucena, a equipe do Swan Hellenic conheceu as potencialidades turísticas e a infraestrutura do Litoral paraibano, incluindo o Porto de Cabedelo, um dos pontos-chave para a chegada de navios de luxo.

Durante a visita técnica, os executivos da com-



Foto: Julio Cesar Peres

“**Com potencial para receber turistas de alto padrão, a PB posiciona-se como um dos novos polos turísticos do país**

Rosália Lucas

panhia estrangeira ficaram encantados com o que a região costeira do estado tem a oferecer. Eles percorreram diversos pontos turísticos de Cabedelo e de outras cidades da Paraíba, passando por aldeias indígenas, o Centro Histórico de João Pessoa e o Salão do Artesanato Paraibano, conhecido por apresentar a rica e diversa produção de peças feitas à mão. A visita foi uma oportunidade para que a equipe da Swan Hellenic observasse, de perto, as belezas naturais e culturais da região, além de avaliar as condições estruturais para o desembarque de turistas

internacionais. A secretária Rosália Lucas destacou a importância da parceria com a empresa para o futuro do turismo na Paraíba: “Em nome do governador João Azevêdo, apresentamos as potencialidades do Destino Paraíba, incluindo a nossa infraestrutura, que abrange desde a rede de hotelaria e o policiamento especializado para o turismo, até os investimentos em segurança e ampliação do Porto de Cabedelo. Estamos trabalhando para potencializar o turismo do estado, estabelecendo parcerias que valorizem nosso Litoral e gerem novas oportunidades econômicas para a população”, argumenta.

A visita também contou com a presença de diversas autoridades, como Patrícia Zito, consultora da Swan Hellenic; Márcilio Henrique, gerente de Marketing da Secretaria de Turismo de Cabedelo; e representantes da Docas-PB, da Receita Federal e da Marinha do Brasil, entre outros. “Com um potencial enorme para receber turistas de alto padrão e uma infraestrutura em constante desenvolvimento, a Paraíba posiciona-se como um dos novos polos turísticos do Brasil, com Cabedelo tornando-se, cada vez mais, um potencial para receber cruzeiros turísticos”, resume a titular da Setde.



LITERATURA

Centésima festa das letras

O Pôr do Sol Literário terá, na próxima quinta, sua 100ª edição, com diversos convidados

Esmejoano Lincol
esmejoanolincol@hotmail.com

Numa conversa em 2013, enquanto representava a Paraíba na Feira do Livro de Frankfurt, na Alemanha, o jornalista e escritor Helder Moura ouviu de um colega uma pergunta inconveniente: “A literatura do seu estado tem grandes nomes atualmente?”. Helder revela que “Aquilo me gerou uma revolta. E uma ideia”. No retorno ao Brasil, o autor reuniu-se com um grupo de 10 colegas para criar a Confraria Sol das Letras e o Pôr do Sol Literário — sarau promovido uma vez por mês. O centésimo evento está marcado para a próxima quinta-feira (27): será a partir das 17h30, na Academia Paraibana de Letras (APL), Centro de João Pessoa, com entrada franca (confira a programação no quadro).

Nessa edição, além do habitual momento musical (com as participações confirmadas de Guga Limeira, Mariana Cardoso e Seu Pereira) e da inauguração de mais de uma exposição artística coletiva (reunindo obras de Antônio David, Guy Jo-

seph, Nicolas Macedo, Socorro Sobreira e Wilson Figueiredo), o tradicional lançamento de livros cederá lugar à edição 2025 do Prêmio Solito, que destaca projetos e trajetórias relevantes para o segmento na Paraíba. Desta vez, serão laureados: Bianca Rufino (na categoria poesia, pela obra *Entre*); Phelipe Caldas (romance, por *O Menino que Queria Jogar Futebol*); Ramalho Leite (crônica, por *Pequenas Histórias para Quem Tem Preguiça de Ler as Grandes*); e Felipe Gesteira (infanto-juvenil, com *Quem Vai Chegar Primeiro?*).

Mas toda essa empreitada começou bem antes. Indignado com o pouco reconhecimento da produção literária local, considerando os autores contemporâneos, Helder aproximou-se de um grupo de amigos e colegas autores, com o intuito de pensar uma estratégia para dirimir o abismo entre escritores e os públicos local e de outros estados. Como recorda Ana Paula Cavalcanti, além deles, estavam Juca Pontes e Marcos Alves (atual diretor da Fundação Cultural de João Pessoa [Funjope]). “Esse grupo sal-

tou depois para 13 pessoas e incluía amigos que não estão mais conosco, como Juca e Antônio Fonseca. Políbio Alves se afastou, mas ainda possui cadeira de honra na Confraria”, detalha.

A programação do evento evoluiu e se diversificou — da inclusão de outras linguagens, como artes plásticas, passando por debates que destrincham personagens clássicos da literatura brasileira. De acordo com Ana Paula, o sarau ganhou respeito no meio cultural pessoense, com requisição frequente para lançamentos de trabalhos.

“Criamos também um quadro muito interessante, ‘Os Paraibanos Fora’. Nós contávamos escritores e artistas que estavam fora do Brasil, que gravavam um vídeo para exibição no encontro. Quando completamos cinco anos, ganhamos uma homenagem do músico Washington Spínola, que criou um tema exclusivo para o Pôr do Sol. Foi muito emocionante”, relembra.

A primeira edição ocorreu em novembro de 2013, na Estação Cabo Branco. Ao longo dos encontros,

o local do evento também variou. Além da própria APL e da Fundação Casa de José Américo (FCJA), a Livraria do Luiz (no MAG Shopping, Manaíra) foi palco de muitos saraus.

“A confraria é feita exatamente desses autores que estão começando e daqueles autores já consolidados, algo que casa muito com a proposta do nosso catálogo. Quando o Pôr do Sol acontece aqui, o retorno para a gente é essencial. Nos últimos dois anos, produzimos o Pôr do Sol Kids, em outubro, para atingir esse público infantil e apresentar artistas mirins dentro do cenário pessoense”, declara Jéssica Queiroz, que integra a equipe da livraria.

Os entrevistados foram unânimes ao assinalar a importância de Juca Pontes na gênese do projeto. Iam Pontes recorda que a personalidade do pai foi responsável pelo estreitamento de laços entre ele e a confraria, já que ele era um entusiasta da cena literária local. O próprio Iam rememora a primeira edição do evento — um sucesso desde essa gênese.

“Ele foi fundamental, um elo

entre pessoas do segmento, impulsionando o movimento literário paraibano. Como agitador cultural, autor e grande editor, Juca dedicou-se à construção de pontes que tornaram todo esse cenário possível: um encontro mágico entre livros e autores, embalado pelas tardes de quinta-feira”, assevera.

Além de celebrar a empreitada da confraria, Naná Garcez, diretora-presidente da Empresa Paraibana de Comunicação (EPC), se diz grata aos responsáveis pelo projeto: ela e o marido, Agnaldo Almeida, jornalista paraibano falecido no ano passado, receberam homenagens em edições distintas do Pôr do Sol.

“Na lei que criou a EPC, está a atribuição de promover e divulgar a cultura paraibana. Receber essa homenagem lá do Pôr do Sol Literário, sabendo quem eram as pessoas que fizeram essa escolha, me deixou muito honrada. Agnaldo, por sua vez, estava emocionado por ter convivido com muitos dos presentes. O Pôr do Sol significa um grande fortalecimento do ambiente li-

terário da Paraíba”, diz.

Mais de uma década depois da pergunta infame que lhe fez criar o Pôr do Sol Literário, Helder Moura festeja a centésima edição do sarau, que ainda é realizado de forma independente, com o apoio dos membros da Confraria. Para o futuro, o jornalista pretende consolidar dois projetos: o primeiro, a distribuição de livros paraibanos em escolas da capital.

“O segundo evento é festival literário, mais informal, exatamente, no mesmo local e num período mais curto, com oficinas, *workshops* e coisas do tipo, mas com um volume maior de estreias. A gente percebe que existe uma grande demanda de lançamento de livros, e poucos eventos para fazê-lo. É um sonho que a gente espera realizar agora, em 2025”, conclui.

ONDE:

■ ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS (R. Duque de Caxias, nº 37, Centro, João Pessoa).

Guga Limeira (ao lado) e Seu Pereira (abaixo) estarão no momento musical, no início do evento

Foto: Theres Silva/Divulgação



Foto: Divulgação



PROGRAMAÇÃO

1º MOMENTO (Música):

Seu Pereira
Mariana Cardoso
Guga Limeira

2º MOMENTO: Sarau poético:

Kairos
Igor Gregório

3º MOMENTO (Música):

Luís Felipe e Roberto Arnaldo

4º MOMENTO (Prêmio Solito, categorias literárias)

Poesia: *Entre*, de Bianca Rufino
Romance: *O Menino que Queria Jogar Futebol*, de Phelipe Caldas
Crônica: *Pequenas Histórias para Quem Tem Preguiça de Ler as Grandes*, de Ramalho Leite
Infanto-juvenil: *Quem*

Vai Chegar Primeiro, de Felipe Gesteira

5º MOMENTO (Exposição):

Guariguazi
Maria das Graças Santiago
Antônio David
Wilson Figueiredo
Guy Joseph
Socorro Sobreira
Nicolas Macedo

Artigo

Estevam Dedalus
Sociólogo | Colaborador

Nietzsche, Fernanda Montenegro e os jurunas

Nietzsche admirava a maneira como os antigos gregos viam o sofrimento como próprio da existência, e do mesmo modo a alegria, a bebida, a paixão, o amor, o medo e a arte. O sofrimento, assim como tudo que faz parte da vida, é, portanto, necessário. O universo não teria um início, não sendo criado por Deus, ele sempre existiu. No mundo grego, também não haveria pecado, céu ou paraíso. É pela condição necessária do sofrimento que devemos aceitá-lo. A existência humana é naturalmente trágica e se opor a isso é encarar uma luta vã, que inutilmente nega o verdadeiro estado das coisas.

Essa visão começou a declinar depois da influência de Platão e a sua criação de um novo ideal moral, que é visto por Nietzsche como uma degeneração. É com Platão que se estabelece a busca pela verdade e concepções dualistas, como a separação entre corpo e alma, mundo das ideias e dos sentidos, a figura de um demiurgo criador do universo, em contraposição à antiga concepção trágica. Essas ideias serão apropriadas posteriormente pelo cristianismo.

A moralidade que surgirá está baseada na recusa do mundo, em sua negação enquanto um lugar ilusório marcado pelo pecado ou pela inferioridade do corpo e dos sentidos em relação à alma. A “verdade” não é mais intrínseca ao mundo, mas algo que está numa esfera transcendente. É por isso que Nietzsche verá em Platão um inimigo e no cristianismo uma moralidade decadente.

Em entrevista à Globo News, a atriz Fernanda Montenegro, hoje com 95 anos, falou sobre a forma como lida com a ideia da morte e o sentimento de angústia. Para Fernanda, a angústia é um sentimento universal, próprio da condição humana. Ao estarmos vivos irremediavelmente vamos nos angustiar. Não há saída para esse sentimento por mais que nos entupamos de antidepressivos, álcool ou outras drogas e busquemos escapes hedonistas. Precisamos aceitá-lo como algo inerente à nossa vida.

Segundo Fernanda: “Sem a angústia não se vive, angústia é sinal de vida. O dia que você deixa de sentir angústia você tem Alzheimer ou outra doença desse tipo que

tira você da vida, não é? A consciência da morte... Você pode fazer disso algo insuportável ou suportável, embora como uma eterna despedida. Impressionante isso, sem nenhuma morbidez, estou falando isso na idade que eu tenho...”.

Essas ideias me fizeram lembrar do povo Juruna e de suas concepções sobre a morte. Esta não é um meio que separa os vivos dos mortos. Trata-se de uma forma de reorganização da existência que opera no interior de uma rede de relações que inclui não apenas nós humanos, mas os ancestrais, os espíritos e os animais. A morte para eles é fundamental porque é a responsável por permitir que a pessoa que morreu possa assumir novas perspectivas e se ligar a outros seres e dimensões do cosmos.

A morte para os jurunas não é, portanto, um mal em si, mas um momento de fechamento de um ciclo. Para eles, a consciência da morte também é fonte de angústia, reelaborada a partir da ideia de que não é o fim. A morte seria, assim, uma nova maneira de ser no mundo, de pertencer à multiplicidade do cosmo.

Estética e Existência

Klebber Maux Dias
klebmaux@gmail.com | Colaborador

Sentido da morte

O conceito de morte, no pensamento do filósofo, escritor e professor alemão Martin Heidegger (1889-1976), gravita o seu livro *Ser e Tempo*, publicado em 1927. Para Heidegger, a morte é um fenômeno existencial que revela aspectos sobre o sentido da vida do ser humano. O pensador defende que compreendê-la é essencial para analisar a maneira específica como as pessoas se relacionam com o mundo e com suas existências. Para isso, ele introduz a noção de “ser-para-a-morte” para descrever a relação que o ser humano tem com a finitude.

O ser humano, ao contrário de outros seres, é o único que tem consciência de sua própria finitude e de sua morte. Isso significa que ela é uma possibilidade que constitui a todos e os define enquanto seres. Ela está sempre presente como uma possibilidade que se aproxima de forma inevitável. Essa relação oferece aos humanos a possibilidade de uma existência mais autêntica, com a consciência de que a vida material é finita e deve ser útil. A maioria das pessoas vive em uma “existência inautêntica”, ou seja, vive de acordo com as convenções, os hábitos e os valores impostos pela sociedade. Esse modo de viver, para Heidegger, é definido pela tendência de existir de forma impessoal, em conformidade com as expectativas do grupo social, sem refletir sobre o próprio ser, ou seja, sobre si.

A morte revela a impossibilidade de se escapar da finitude e do destino pessoal. Ao reconhecê-la como algo que pertence à individualidade, o ser humano tem a oportunidade de transcender uma inautenticidade e construir um sentido de beleza moral na própria existência. Essa consciência faz com que a pessoa se constitua de forma menos alienada. Nesse sentido, o “ser-para-a-morte” heideggeriano valoriza o questionamento sobre o pertencimento. Isso se torna uma fonte de liberdade sobre o que é mais importante na vida.

No núcleo do pensamento heideggeriano, está o conceito de *Dasein* — o “ser-aí”, o ser que está no mundo e que tem uma relação única com ele. O *Dasein* é, em essência, o ser humano, e sua existência é caracterizada pela consciência de que está sem-



Heidegger: a finitude da existência humana é o que faz refletir sobre a liberdade

pre se projetando para o futuro, mas também está preso ao passado. Para Heidegger, a morte é uma perspectiva que dá forma à temporalidade, pois a finitude da existência humana é o que define a pessoa e a faz refletir sobre a liberdade. A morte, portanto, é um “evento” que estrutura a maneira de como se vive. O *Dasein*, ao ser confrontado com a morte, toma uma decisão radical: ele pode fugir dessa consciência (vivendo de forma inautêntica, como a maioria das pessoas faz) ou pode acolher essa realidade e viver de maneira autêntica, reconhecendo a transitoriedade e o caráter único da própria existência. Outro aspecto na reflexão de Heidegger sobre a morte é a ideia de que cada ser humano deve enfrentá-la de maneira individual. Esse reconhecimento permite que a pessoa se afaste das distrações e das mediocridades da vida cotidiana e busque uma vida mais significativa com responsabilidade pela própria vida, vivenciando as oportunidades que surgem no dia a dia com mais consciência e liberdade.

A morte heideggeriana não é apenas o fim da vida, mas um con-

ceito que sensibiliza o ser humano a encarar a finitude e a contingência de sua existência. Ao invés de ser vista como um evento negativo ou trágico, a morte é uma condição que possibilita viver de maneira livre, reconhecendo a própria finitude e, assim, tornando cada momento da existência mais nobre, significativo e com beleza moral. Ao compreender que a morte é a possibilidade que define todos os seres, eles são conduzidos a construir um modo de viver mais alinhado com os valores autênticos e pessoais.

Sinta-se convidado à audição do 512º Domingo Sinfônico, que ocorrerá neste dia 236, das 22h às 0h. Para quem está em João Pessoa (PB), a sintonia é na FM 105.5, ou você pode acessar (clicar em rádio ao vivo) pelo aplicativo em <https://radiotabajara.pb.gov.br/radio-ao-vivo/radio-fm>. Durante a transmissão, comentarei sobre a vida trágica e o sofrimento diante da morte do pianista e compositor russo Piotr Ilitch Tchaikovsky (1840-1893). Também farei uma análise estética e musical de algumas obras de Tchaikovsky.

Kubitschek
Pinheiro

kubipinheiro@yahoo.com.br

Dr. Milcíades
Leal, 61

Talvez as acácias nunca existiram naquele jardim. Acho o nome mais bonito desse lugar, quase um lugarejo, no bairro de Tambiá. Já faz tempo e hoje é só um jardim sem acácias. Não que elas morreram e antes que fosse, só o que faltava para que da vida soubesse a história inteira daquele lugar.

Tem uma canção de Zé Ramalho com esse nome, ‘Jardim das acácias’. “Nada vejo por essa cidade que não passe de um lugar-comum, mas o solo é de fertilidade, no jardim dos animais em jejum”. Tão lindo esse verso.

Essa canção foi feita no sobrado da esquina da R. Doutor Milcíades Leal, nº 61 — no Jardim das Acácias, quando o pintor Raul Córdula era casado com a professora Heide Cabral Córdula.

Voltei lá nesses dias, procurando o ângulo mais bucólico, jamais jornalístico, e o imaginei reluzindo nos meus olhos, já do outro lado — lado nenhum, era só calmaria —, acenando tão levinho que quase não se sente; que estará cá sempre.

Eu ia muito ao Jardim das Acácias — desde os anos 1970, quando conheci o poeta e escritor Irismar Lira, um apaixonado por Vanusa, Odair José e Diana, entre outros. Nessa época, ele me convidou para escrever no seu livro, acho que foi numa primavera, e ele viu em mim um inocente prefaciador.

Tantos sonhos necessários para quem (eu) só queria estar lá mais um bocado. E nem eram só as acácias que nunca existiram, que me faltava a voz, de alguém cantando longe dali.

Fui almoçar muitas vezes no Jardim das Acácias, na casa de D. Heide, mãe de Francis, com quem me casei. Saía do Tribunal de Justiça a pé — era longe e perto, mas as pernas me levavam para arrozinho, feijão e galinha. Eu era alegre como um rio.

Voltei lá e não vi mais ninguém, fui na casa 61 e meu coração ficou triste com a imagem da lembrança e já não me faltava paciência. Se era para visitar apenas, não precisa mais de almoço, somente o colosso daquele lugar, então a decisão de ir lá mexeu comigo. Afinal, não tinha nada ou me adiantaram tudo.

Não precisei de ganas que me trouxessem novidades, afinal, da vida, as novidades são outras, mesmo nos dias em que eu era um rapaz de cabelos encaracolados e autorretrava como um homem de incertezas. Eu era jovem e não sabia.

Acácias que também me serviam para “uma esperança”, adiantando que a vida não era mais sertaneja, sem pai e mãe e almoço na mesa. Eu tinha que arrancar a vida de todos os lugares.

Os cachos das acácias da Praça João Pessoa mais parecem uma sentença, uma resistência, como as que fazem os deuses desejarem ser outras coisas, para escutar os lampejos de alguns mortais.

De todas as riquezas, talvez só as suntuosas descrições dos velhos casarões no caminho para o Jardim das Acácias me fizessem tecer um fio de mim luzindo sem ambições. Isso para dizer que não seria nunca a eternidade a tentar, e que, com as canções, eu reconhecera o privilégio de estar por ali.

Morrer não é isso; por isso, mais do que a saudade desse vínculo com o desejo, com a paixão, o amor pelas acácias não sai da minha cabeça, desde a primeira vez que botei meus pés naquele Jardim sem Acácias.

Kapetadas

- 1 — A vitalidade só tem um defeito: não é vitalícia.
- 2 — Não sei se todo mundo sabe: o prazo para ficar de bem com a vida é só durante a vida.



“Voltei lá procurando o ângulo mais bucólico, jamais jornalístico”

Colunista colaborador

Coisas de Cinema

Alex Santos

Cineasta e professor da UFPB | Colaborador

A grande ilusão do cinema

Será o cinema uma grande ilusão? As imagens projetadas numa tela branca significam, apenas, uma quimera? Na grande maioria dos casos, não seria a “representação” das múltiplas realidades que normalmente vivemos? De quando em vez, esses não seriam fatos muito mais contundentes, cruéis e espetaculosos, que os mostrados pelo próprio cinema?

Um parágrafo inteiro de indagações, como esse aqui ordenado, quicá, não seja suficiente para buscarmos uma resposta. Uma definição do que mais simbólico e belo deva ser a arte-do-filme. Uma arte singular, completamente maiúscula, que traduz de forma plural e direta, em seu discurso, o intimismo, ou a extroversão dos quantos personagens aborda, remotamente conduzidos numa velocidade em 16 fotogramas por segundo, também no padrão sonoro atual de 24 quadros por segundo. Ou, ainda, digitalmente construído em *frames*, para citarmos sua tecnologia atual.

A complexidade estrutural narrativa do cinema continua a mesma: a de veicular a partir do folhetim, uma mensagem direcionada a “alimentar” o sonho. No começo, simplesmente *move* de imagens, hoje com adornos e todos os aparatos tecnológicos e audiovisuais possíveis, então destinados ao entretenimento, enquanto função social.

Contextualizando entre conteúdo e preferências no cinema, de quando em vez, fico meditando sobre a estranhe-



Foto: Arquivo pessoal

Oficinas de cinema, em Areia: hoje, muitos estudantes são profissionais do audiovisual

za de algumas afirmações, muitas vezes manifestadas impensadamente, de que o cinema de hoje deveria ser muito mais “visual”, com cenas brilhantes e claras como um dia de sol. Será que o cinema de hoje também não é construído sob tal propósito, quando lhe cabe determinadas “afirmações” narrativas? Não obstante ser uma “arte de luz”, como afirmara o genial Fellini? A rigor, cinema não é só cenas claras e brilhantes como se tem na televisão, cuja luz primitiva, tecnicamente diáfana, houve de ser sublimada, quando se assemelha à luz do cinema.

O grande mistério do cinema está nele mesmo; na sua fantasia, que nos transporta, ampliando as visões de mundo daqueles que, desde o início de

seu aprendizado, proponham-se a segui-lo. E isso lembra-me as experiências realizadas durante os festivais na cidade de Areia. Um início que cresceu para muitos que, hoje, militam profissionalmente no cinema.

Mas, a partir do momento em que se ousa desmistificar o cinema, o seu âmagô, a sua essência enquanto “arte do belo”, pouco ou quase nada restará do seu encantamento. Cinema é a arte da contemplação, ao inatingível em sua essência: a tela branca onde são projetadas suas imagens. Por trás dela, mero vazio, o “nada”, apenas o sonho, a quimera... Pertinência: *La Grande Illusion* (1937), obra do cineasta francês Jean Renoir. – *Para mais “Coisas de Cinema”:* www.alexasantos.com.br.



O que os Olhos Não Veem...

Ocupante da cadeira 35 da Academia Paraibana de Cinema, que tem como patrona a atriz Margarida Cardoso, a cineasta Vânia Perazzo exibiu e comentou, nesta semana, o seu filme *O que os Olhos Não Veem*, em sessão gratuita no Sesc Cabo Branco, em João Pessoa, sob a marca do Cineclube Homem de Areia, da Fundação Casa de José Américo. O filme, premiado como melhor roteiro no Fest Aruanda, em 2019, é baseado em uma peça teatral e discorre sobre a “desventura” e a amizade de duas mulheres em seus cotidianos.

A cineasta Vânia Perazzo, natural da cidade de Areia, região do Brejo da Paraíba, tem uma lista importante de realizações a destacar o cinema paraibano. A APC parabeniza a sua parceira de academia.

MÚSICA

Ruanna e O Samba Leve tocam no Manga Rosa

Esmejoano Lincol
esmejoanolincol@hotmail.com

A gaúcha Ruanna, radica-da em João Pessoa há 10 anos, diz que sempre teve atração por “sons agudos”. Não à



Ruanna e o cavaquinho: uma paixão recente

Foto: Jurea Araújo/Divulgação

toa, desde criança, ela buscava maneiras de explorar seu gosto musical. Aproximou-se, a princípio, da guitarra, instrumento que a consagrou nos palcos. Mais recentemente, uma nova paixão invadiu o seu coração — o cavaquinho, objeto que levará consigo num show, com o seu conjunto

Samba Leve: será hoje, às 19h, no Manga Rosa Arte Bar, situado no bairro do Bessa, em João Pessoa. As entradas são cobradas por meio de *couvert* artístico de R\$ 15, pagos no local.

O Samba Leve conta com Uirá Garcia e Rodrigo Amaral (este em substituição a Del Santos). Para o show de hoje, no ritmo do samba, ela reúne diversos artistas tarimbados. “Temos clássicos de Beth Carvalho, Alcione e Cartola. A gente faz até um Roberto Carlos no formato de samba. O pessoal vibra junto quando cantamos Caetano e Gal, por exemplo, nessa grande mistura de sons”, detalha.

Por 15 anos, ela oscilou entre a trajetória na música e outros vínculos de trabalho, chegando a interromper uma graduação em Música. Tudo mudou com sua chegada a João Pessoa: por aqui, ela estreitou laços com a cena local.

“Faz uns quatro anos que eu consigo pagar minhas contas totalmente com música. Eu vivo só de palco, porque eu não dou aula, como muitos músicos também fazem”, informa.

Ela cita Rita Lee e Marisa Monte como duas das mulheres que mais lhe inspiraram, tanto no começo da carreira como agora, consolidada. O interesse pelo samba trouxe outras referências no segmento, como Clara Nunes e Maria Rita.

Flutuar entre os gêneros, também nos shows, concebeu-lhe a oportunidade de introduzir o cavaquinho em outros segmentos da música. “Numa gravação, eu já coloquei alguns efeitos de distorção nele, que faz lembrar um pouco o som da guitarra baiana. Quem ouve, inclusive, pensa que é uma guitarra. Gosto de brincar assim e acho que a gente tem que experimentar os instrumentos”, assinala.

A propósito, ela recorda que sua imersão no samba e ao cavaquinho começou por acaso, numa conversa informal com o vizinho Rodrigo, seu primeiro incentivador nessa empreitada — “errando muito no começo”, como ela afirma, mas feliz com o resultado, atualmente. Além de manter seus projetos solo e em conjunto, como as bandas Samba Leve e Gatunas, Ruanna projeta o lançamento de um EP solo — o primeiro, depois de uma série de *singles*. “É uma demanda que já vem há um tempo. Já comecei uma pré-produção e quero lançar em breve. Estou aí, trabalhando para isso!”, conclui.

ONDE:

■ MANGA ROSA (Av. Campos Sales, nº153, Bessa, João Pessoa).

Letra Lúdica

Hildeberto
Barbosa Filho

hildebertopoesia@gmail.com

Viagem de volta

É bom voltar a certos amores. Certos amores literários, por exemplo. Não amamos apenas as coisas reais. O universo imaginário, com seus temas, enredos, ritmos, cenários, personagens, também merece nosso amor.

Para mim, alguns autores ou autoras não são apenas lidos, são amados. E, por serem amados, nunca são lidos definitivamente, mesmo que sejam lidos por completo.

Às vezes, fico algum tempo longe deles, e, movido por razões várias, começo a enfrentar outras solicitações de leitura, percorrer outros caminhos, experimentar sabores diferentes na instância do conhecimento e do prazer. Mas, aqui e ali, procuro fazer a viagem de volta. Os amores são exigentes.

Não importa se trata-se de um ficcionista, de um ensaísta ou de um poeta. Cada um, a seu modo e na clareira de sua criação, como que me chama ou me convida para estar com ele de novo, dentro de sua geografia vocabular, do seu universo imaginário e imagético que me confere preciosas mônadas de sabedoria ou prende-me ao reino mágico e essencial da beleza.

Uns devolvem-me as secretas lições da tristeza; outros, estimulam o gosto da arte de refletir. Há os que falam de amor, do tempo, da dúvida, da terra, de Deus. Também me deparo com aqueles que são puro devaneio, melodia obscura, ideias intempestivas, sugestões solares e noturnas. Não esqueço, aqui, aquele ou aquela que transformam a palavra num corpo cilíndrico, aberto aos pedidos inesperados das grandes epifanias.

Um Guimarães Rosa ou uma Clarice Lispector; um Alceu Amoroso Lima ou um Augusto Meyer; uma Cecília Meireles ou um Augusto Frederico Schmidt, só para me restringir a um pequeno capítulo da literatura brasileira, que me vêm à memória na casualidade desta crônica.

Não são autores que se leem por completo. Não são autores que se permitem a leitura apenas de reconhecimento, de curiosidade, de visitação. Não são autores talhados para o esquecimento. São autores que exigem a nossa íntima convivência, o permanente e prazeroso retorno ao aconchego de suas páginas.

Seus textos cristalizam, quer na sutileza do verso, quer na fluidez e na sinuosidade da prosa, a verdade seminal contida no pensamento de Ezra Pound: “Literatura é novidade que é sempre novidade”.

Por isso mesmo nunca digo que os li. Digo que os estou lendo, relendo-os, dialogando com eles, na circunstância venturosa da leitura inesgotável. Na leitura de sempre. Como um fato único na diversidade da vida. Um ato de amor.

Guimarães flui como um rio mítico. Sua linguagem possui o odor de uma metafísica. Clarice parece-me um bruxedo luminoso. Seu estilo purifica como óleo curativo. Alceu toca a carruagem das ideias com amor e sabedoria. Augusto nasceu para capturar o sigilo das formas verbais. Cecília parece-me uma oração encantada, uma harpa a solar a partitura do tempo, e Schmidt faz do verso um oráculo da solidão e da melancolia.

Essas coisas não se realizam na banalidade do imediato. Essas coisas pertencem ao ciclo da duração. Duram para sempre como tudo que é belo. Como tudo que se ama. Por isso, sempre estou fazendo a viagem de volta.

Foto: Divulgação/Sec. de Educação de Goiás



Guimarães Rosa: “Linguagem possui o odor de uma metafísica”

Colunista colaborador

RACISMO

Ações para enfrentar o preconceito

Mês de março é marcado por iniciativas que combatem a discriminação racial e enfrentam desafios estruturais

Paulo Correia
paulocorreia.epc@gmail.com

O mês de março é marcado pelas ações de enfrentamento do preconceito e da discriminação racial. O dia 21 de março é internacionalmente reconhecido como o dia do combate ao racismo. Na Paraíba, as políticas públicas ressaltam a construção de uma educação antirracista, mas enfrentam desafios estruturais comuns em todo país, como a falta de investimentos contínuos.

Na Paraíba, o Plano Estadual de Promoção à Igualdade Racial (PlanePIR) foi instituído em novembro de 2021, com o objetivo de combater as desigualdades étnico-raciais e promover a inclusão social de negros, indígenas, quilombolas, ciganos e comunidades de religião de matriz africana. Com duração de 10 anos, o PlanePIR foi elaborado em diálogo com movimentos sociais e o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Cepir).

Na ocasião de seu lançamento, a secretária da Mulher e da Diversidade Humana na época, Gilberta Soares, declarou a importância de ações voltadas à valorização e ao cuidado das populações negras e de comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas e ciganas. “O plano promove uma gestão integrada das políticas, que incluem atribuições e orçamentos, valorizando e ampliando o que está sendo feito, porque ainda temos muitos desafios para alcançarmos a equidade social”, declarou a secretária na época.

O plano é dividido em cinco eixos de atuação: enfrentamento do racismo estrutural, múltiplo e agravado; política de ações afirmativas e de equidade racial; Sistema estadual de promoção da igualdade racial (Siepir-PB); participação política e controle social; e meio ambiente, desenvolvimento sustentável e qualidade de vida.

A gerente-executiva de equidade racial do Centro

de Referência da Igualdade Racial João Balula, Jadiele Berto, salienta que uma das grandes ações do plano é o Centro de Referência, pois oferece acolhimento psicológico, jurídico e pedagógico às vítimas do racismo, “em um país que foi construído com base na violência racial por mais de 300 anos”.

Para Leonardo Silva, integrante da Marcha da Negritude Unificada e do Observatório Paraibano Antirracismo, o plano estadual promove ações em todos os órgãos governamentais da administração direta, mas aponta duas questões principais que precisam ser aprimoradas: a interiorização de suas ações, que hoje têm maior concentração na capital, além da ampliação de delegacias especializadas pelo estado. Atualmente, o estado possui a Delegacia de Repressão aos Crimes Homofóbicos, Étnico-raciais e Delitos de Intolerância Religiosa (DECHRADI), localizada no bairro Tambiá.

Conforme Leonardo Silva, “uma das coisas que a gente tem cobrado é que as ações do plano sejam interiorizadas. Há um Centro de Referência da Igualdade Racial, que é o Centro João Balula. O plano também contempla a criação de outros, não só o daqui da capital, teria que ter um para cada microrregião. Isso ainda não tem nem previsão de quando e quando vai ser feito [...]”.

Com relação à delegacia especializada, ele complementa que “é uma delegacia apenas para o estado todo. Se ocorre um crime lá no Sertão, daqui que se saiba desse crime, classifique-se como um crime de racismo e ele chegue para delegacia especializada para ser investigado, é um tempo em que talvez você perca muitas provas, muitas evidências e indícios que poderiam ou demonstrar que existe crime de racismo ou inocentar uma pessoa”.

O militante explica que, em 2024, movimentos sociais entraram com uma solicitação junto ao Ministério Público da Paraíba (MPPB)



Anteontem foi o dia do combate ao racismo e as políticas públicas investem na construção de uma educação antirracista

“sobre as informações relativas à implementação e ao desenvolvimento do I Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial (PlanePIR), no tocante à efetivação das ações, a partir do ano 2020 a 2023”.

Na resposta encaminhada pelo MPPB, Leonardo destaca o Selo Minha Escola é Antirracista, que contempla projetos escolares voltados ao letramento racial na comunidade escolar, assim como a ação de Letramento em Igualdade Racial continuamente em todo o estado, realizado em parceria com as escolas e as prefeituras, que prevê “realizar curso de formação continuada sobre os conteúdos do Estatuto da Igualdade Racial e normativas correlatas, [...] destinado ao quadro de efetivos dos órgãos operativos da Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social (Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar), e objetiva suprir estes conteúdos que não foram contemplados durante o curso de formação do quadro efetivo dos órgãos operativos mencionados”.

A secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana foi procurada, mas não respondeu o contato até o fechamento desta reportagem.

Defensoria Pública investe na promoção dos direitos humanos

No debate sobre o combate ao racismo, a Defensoria Pública tem como missão constitucional, enquanto instituição que integra o sistema de Justiça, a promoção dos direitos humanos. Para tratar sobre os crimes relacionados ao racismo, a Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) conta com a Coordenadoria de Combate ao Racismo.

De acordo com a DPE-PB, essa coordenadoria tem como objetivo “assegurar os direitos de grupos historicamente marginalizados, com atuação que vai além do enfrentamento do racismo e de outras formas de discriminação, promovendo ativamente a igualdade racial e a celebração da diversidade como valores fundamentais para a construção de uma sociedade justa e inclusiva”.

A defensora pública Aline Mota, que compõe a coordenação da Coordenadoria de Combate ao Racismo, salienta que existem poucas defensorias públicas pelo país que possuem núcleos ou coordenadorias especializadas no combate ao racismo, sendo reflexo da “falta de entendimento da importância de enfrentar a temática de forma especializada”. Segundo a defensora, “a vasta maioria das defensorias públicas não têm um núcleo especializado, um órgão especial utilizado para promoção da igualdade racial. No Nordeste, por exemplo, só tem a Defensoria da Bahia, que tem um Núcleo Especializado, e aqui na Paraíba, que tem a Coordenação do Combate ao Racismo”.

Atualmente, a Defensoria Pública de 18 estados não possui núcleo ou coordenadoria própria para o combate ao racismo. Os estados que possuem são: Bahia, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, São Paulo e Tocantins.

Entre as últimas ações de



Aline Mota da Coordenadoria de Combate ao Racismo

combate ao racismo empregadas pelo Judiciário, a defensora ressalta a elaboração do Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como uma forma de “evitar a reprodução do racismo nas decisões [dos magistrados]”. Segundo ela, a medida visa “levar a problematização aos juízes acerca das questões raciais no Brasil e também de sugerir algumas diretrizes para que eles possam nortear suas decisões a partir de uma perspectiva de raça”.

Segundo o CNJ, o protocolo, instituído em fevereiro de 2024, “não orienta apenas

o julgamento de processos que envolvem pessoas ou comunidades negras, como partes ou testemunhas, mas tem o potencial de impulsionar uma mudança de postura do Judiciário brasileiro no sentido de aplicar as normas considerando as dinâmicas das relações raciais que se inscrevem na formação social brasileira”.

Desde 1969, o Brasil condena a discriminação racial comprometendo-se a adotar, “por todos os meios apropriados e sem tardar, uma política de eliminação da discriminação racial em todas as suas formas e de promoção de entendimento entre todas as raças”.

Saiba Mais

21 de março, massacre em Shaperville

O dia internacional pelo combate ao racismo foi instituído em 1966, pela Organização das Nações Unidas (ONU), por conta do assassinato de 69 pessoas e 186 feridos, realizado pela polícia sul-africana, ocorrido no bairro de Shaperville, na cidade de Gauteng, na África do Sul, em 1960.

O massacre foi uma reação do governo vigente à uma manifestação de cerca de cinco mil pessoas que faziam um protesto pacífico contra a Lei do Passe, que obrigava os negros a portar um cartão no qual eram indicados os locais onde eram permitidas a circulação.



Foto: Arquivo pessoal

Leonardo pede delegacias contra o racismo no interior

Uma das coisas que a gente tem cobrado é que as ações do plano sejam interiorizadas

Leonardo Silva

Renata Ferreira

Sonho de estudante virou realidade diante do convite para um novo projeto

Jornalista chegou à Redação para ajudar a mudar o produto que se entrega ao leitor e, há 14 anos, continua colaborando como editora-adjunta, de olho na qualidade da informação e na responsabilidade com a notícia precisa

Luiz Carlos Sousa
lnhijo@gmail.com

A história de Renata Ferreira com **A União** é recente, apesar de já ter 14 anos. Chegou à Redação a convite de Beth Torres, então editora geral e diretora técnica. Veio para abraçar um projeto de renovação. Foi assumindo responsabilidades e não se afastou mais. Passaram por aqui 10 editores e Renata sempre presente na execução das tarefas de editora-adjunta: reescrevendo, mudando títulos, reeditando, cuidando da qualidade. Começou como comissionada e hoje é concursada. Nessa conversa com o Memórias A União, ela conta um pouco de sua trajetória, do drama da pandemia de Covid-19, dos projetos e das idas e vindas em busca da melhor informação. Ela também destaca a vocação de **A União** para escola e acredita que ainda há espaço para impressos apesar do crescimento tecnológico. Renata é categórica ao reconhecer: “Trabalhar n’**A União** sempre foi um sonho, desde os tempos do curso de Comunicação”.

Entrevista

■ *Renata, o que é que trouxe você para A União?*

Cheguei em **A União** em 2011, a convite de Beth Torres. Houve uma mudança de governo na época, e eles queriam fazer uma reestruturação grande no jornal. Trabalhava no Correio na época, era subeditora de Economia. Beth trouxe uma equipe de grandes nomes da imprensa para somar à equipe antiga. Vim nessa.

■ *Aceitou o convite de primeira?*

Recebi esse convite e resolvi topar. Achei que precisava, era uma coisa nova, um desafio profissional. E, desde que eu entrei no jornalismo, depois de formada, dentro de Redação — também fiz assessoria —, eu trabalhava na editoria de Economia. Então, além de ser um desafio, um cargo com mais responsabilidade, também ia lidar com todas as áreas. Era uma coisa que eu sentia falta. E vim contente, com uma equipe ótima, com Beth, com quem eu me dava muito bem.

■ *Houve uma pausa na circulação do jornal?*

Uma pausa, acho que por causa dessa equipe toda nova, e eles queriam um novo projeto gráfico. Era uma equipe que estava começando a partir do dia 1º de janeiro. Então foi necessária essa pausa para fazer o novo projeto para a gente se adaptar à equipe. Eu acho que foram uns 15 dias.

■ *Produzir alguma coisa já de gaveta?*

Exatamente. E na época tínhamos também o *blog*. Muito tempo atrás, não tinha tanto *site*, essas coisas. Na época a gente botou um *blog* daqui da Redação. E, atualizando, a gente falava mais sobre a imprensa, na verdade, do que exatamente das matérias. Era mais sobre o dia a dia do jornalista. Era bem divertido. O superintendente era Ramalho Leite.

■ *Você vinha de Economia. De repente, vem para lidar com Política, com Cidades, Cultura. Teve alguma dificuldade para se adaptar ou já foi se envolvendo?*

Tem que fazer. Acaba que, como a gente tem muitos apoios, porque

eu tinha um bom editor de Cidades, para dar o apoio, tinha um bom editor de Cultura... inclusive, o editor de Cultura na época era William Costa, maravilhoso. Aprendia com eles tudo o que precisasse. Então não foi tão pesado. O que foi mais difícil para mim foi porque eu vinha de uma escola de números, muitos números. Toda matéria era baseada em números, no jornalismo de precisão. A escola Correio da Paraíba era muito isso, bem objetiva. E eu não era tão focada naquele jornalismo de serviço, no jornalismo cultural, como você falou agora. E aqui é um jornal público, a gente tem que fazer um serviço público. Eu estava com a cabeça no furo jornalístico. E hoje em dia é tão *démodé* falar em furo jornalístico.

■ *Aliás, não só do furo, mas aquela história de editorializar a notícia, sempre tentando ver uma segunda intenção, farejando, tentando destrinchar o material para entregar ao leitor algo bem mastigado, que era a característica do Correio.*

E **A União** preocupada em dar informação, serviço. E outra coisa que a gente foi acrescentando a essa parte do serviço, que já tinha, mas a gente quis abraçar mesmo, foi a história sobre direitos humanos, falar sobre direitos de minorias.

■ *Consumidor, serviço mesmo?*

Dar visibilidade a públicos, como a população LGBT, como o movimento negro, como quilombolas etc. Isso já havia antes, com certeza, mas o que eu quero dizer é que, na época que a gente entrou, a gente foi enfatizando isso.

■ *Mas, nessa história, você já tem 14, 15 anos de A União. Chegou a sentir alguma dificuldade ou nunca foi problema para trabalhar?*

Em termos de editores, eu fui muito sortuda, porque eu nunca tive problema com nenhum deles.

■ *Pessoal eu sei que não teve. Mas eu digo porque, às vezes, por exemplo, um direciona mais a cobertura para política ou mais para economia. Geralmente todos têm uma queda por cultura quando vêm para A União.*

É verdade, tem isso, sim. Eu

acho que Beth seria uma editora mais política, ela conhecia muito a área política. E Walter Galvão, inovador, sempre tinha um projeto novo tirado da cartola. E André Cananéa era o cara da tecnologia, de querer atualizar o jornal.

■ *No período que você passou como editora antes da chegada de Gesteira, algum friozinho na barriga — porque o desafio de editar é grande — ou você já estava com experiência suficiente para enfrentar?*

Você vai pegando o jeito e a coisa vai indo, entra no seu dia a dia. Mas é, sim, uma responsabilidade maior. É você estar ligada até altas horas da noite, esperando alguém dar uma resposta ou alguém dizer: “Ei, pera aí, isso aí que você botou está errado”. Eu não vou lembrar agora, mas aconteceram algumas vezes. E isso é muito ruim.

■ *Você é de uma geração que não trabalhou em jornal com máquina de datilografia.*

Nem no curso de Comunicação tinha mais máquina. Já sou de uma geração do computador mesmo. A gente aprendeu a diagramar no curso, no PageMaker mesmo.

■ *Foi o primeiro programa de editoração eletrônica.*

E, obviamente, a adaptação no jornal era apenas conhecer o programa que você ia utilizar. Essa parte da tecnologia já faz muito tempo, era muito diferente. Logo que entrei, era a história de fazer a entrevista por e-mail, que hoje em dia é por WhatsApp. Alguns editores ficavam incomformados com quem fazia por e-mail, mas facilitava.

■ *Nesse período como editora-adjunta, com que editoria você se relacionou mais?*

A editoria de Cidades, que aqui nós chamamos de Paraíba, que traz as matérias sobre o que está acontecendo aqui.



“O que foi mais difícil para mim foi porque eu vinha de uma escola de números, muitos números”



Para Renata Ferreira, a maior preocupação é com a precisão da informação, para não levar dúvidas para os leitores

tecendo no dia a dia das pessoas. E Economia, que nós retomamos há alguns anos. O caderno de Economia também é meu querido. Toda vez que eu posso me meter, eu me meto. Nem devia, mas às vezes me meto. Eu digo: “Olha, talvez tenha isso aqui”, aí trago uma coisa nova, porque eu gosto também, uma coisa que não saiu ainda de mim.

■ *Quando a gente se identifica, é muito bom, a produtividade é muito maior.*

Eu sempre gostei de números, o que é engraçado. Os jornalistas geralmente não gostam de números. “Ai, eu faço Jornalismo porque eu detesto número, eu só sei escrever”, alguns argumentam.

■ *Você lembra-se de algo que, por exemplo, teve que mobilizar a equipe em cima da hora e teve que correr?*

Minha memória em relação a essas coisas é muito vaga. Eu lembro da morte de Ronaldo Cunha Lima, ex-governador, que a gente teve que vir para cá no sábado e foi um bafafá, e todo mundo estava bem tenso, porque a gente não costuma vir no sábado. Foi uma coisa bem tensa, que marcou. Agora, no geral, é tudo tão assim, de momento e de correr tanto, que, logo depois que acaba, eu já vou começar outra coisa, eu já apago.

■ *Automaticamente, a gente tenta botar no papel e, às vezes, nem bota.*

É. Exatamente. Então a precisão da informação no texto dos repórteres, acho que é a maior preocupação da gente. Se leva mais tempo lendo as matérias e observando o que pode.

■ *Isso inclui às vezes checar com o repórter, às vezes com o editor, porque você é uma espécie de pente-fino também. Todo o material acaba convergindo para o seu birô e você dá uma olhada, até depois da revisão?*

Exatamente. E a gente, como você falou, vem depois da revisão.

e, quando eu cheguei aqui, todo mundo lá fazendo e, de vez em quando, eu fazia página sozinha, sem pedir a ninguém. Ele chegou para mim assim, bem sorrateiramente: “Olha, é o seguinte, lá no Correio, acho que era diferente, mas aqui, deixa o diagramador fazer, não é seu trabalho”. Aí eu: “É isso”. Ele certíssimo, e eu acostuada a um modelo que não estava legal. Eu posso fazer? Posso. No momento que eu preciso, posso fazer um ajuste. Dentro das minhas limitações, que tinha, eu não estava fazendo uma página boa. Ele estaria fazendo uma página boa e eu estava lá, atrevida, fazendo no lugar dele. Mas, para o dia a dia, para o básico, faço com certeza e gosto, inclusive.

■ *No dia a dia, o que é que mais preocupa você como editora-adjunta?*

A precisão da informação. Às vezes, a gente pega a matéria e fica naquela dúvida. “Ah, meu Deus! Espera aí, a gente vai apurar”. O repórter, quando ele começa a escrever, ele vem com toda a informação na cabeça e, em alguns momentos, ele faz isso — acho que todos nós fazemos — de escrever não sabendo do que está falando. Acontece isso.

■ *Automaticamente, a gente tenta botar no papel e, às vezes, nem bota.*

É. Exatamente. Então a precisão da informação no texto dos repórteres, acho que é a maior preocupação da gente. Se leva mais tempo lendo as matérias e observando o que pode.

■ *Isso inclui às vezes checar com o repórter, às vezes com o editor, porque você é uma espécie de pente-fino também. Todo o material acaba convergindo para o seu birô e você dá uma olhada, até depois da revisão?*

Exatamente. E a gente, como você falou, vem depois da revisão.

Isso foi uma coisa justamente dessa época que eu entrei aqui. Antes era só a Revisão que fazia — só a Revisão revisava — e logo depois já passava para a oficina. Nessa época, a gente acordou com Beth de passar antes por mim e qualquer dúvida passava para ela também, porque a gente tem que ter uma responsabilidade redobrada, porque às vezes eles fazem a revisão, corrigem o erro ortográfico, observam o erro gramatical, mas há questões de informação que a Revisão não vai conseguir pegar, nem é a função dela.

■ *Você já deu um “parem as máquinas”?*

Eu até dei. Mas eu não me lembro mais. Quando eu fiz isso, não cheguei na gráfica, mas a gente ligou: “Espera aí, aconteceu uma coisa aqui, vamos parar tudo”.

■ *Você chegou como uma convidada, na equipe de Beth Torres. E hoje é uma concursada. Como teve tempo para encerrar o concurso?*

Eu faço concurso público já há algum tempo, acho que desde que eu me formei. De vez em quando, estou fazendo um concurso. No início, inclusive, eu até passava em uns, mas nunca próximo da classificação. E aí teve um que eu passei, sabe para onde? Para a Chesf. Mas eu fiz muitos concursos de lá para cá. E o da EPC [Empresa Paraibana de Comunicação] não tinha nem como não fazer. Era o meu trabalho aqui, eu tinha que fazer, tinha que arriscar..

■ *E deu certo.*

Depois começamos a fazer umas escalas. Eu trabalhava um dia e André outro. Assim, todo mundo estava trabalhando, e outras pessoas também faziam esse revezamento.

■ *Ainda sobre o concurso, como é que você viu essa renovação total? Houve uma qualificação?*

Novas cabeças trazem novas ideias. Agora também a gente sente um pouco de falta dos colegas que se foram, se aposentaram, porque também eram profissionais maravilhosos. Então o primeiro impacto é um pouco de saudosismo: “Meu Deus, será que vamos conseguir com uma equipe toda nova?”.

■ *Como é que você lida com a fotografia? Lembro quando eu cheguei aqui n’A União, e ainda hoje, quando tenho algum problema para encontrar uma foto: Renata.*

É isso. Quando eu entrei aqui, no início, havia uma bagunça muito grande no arquivo de fotos. Usava-se muito, ainda, o arquivo físico de fotos e, obviamente, a gente já tinha há muitos anos fotografia digital, mas estava tudo muito bagunçado. E a gente chegou a iniciar um projeto para fazer a organização dessas fotos, mas nunca concluiu. Houve um problema aqui, outro problema ali, problema de licitação também, se eu não me engano. E não concluímos esse projeto para organizar. Depois só eu sabia mexer, sabia procurar foto. Mas não era a pessoa indicada, tinha que ter alguém.

■ *Qual é a impressão que você tem desse patrimônio, dessa legenda que é A União?*

A União é a referência para todo mundo. Todo jornalista que se formava na Paraíba queria vir para cá. Eu me lembro de, quando era estudante, querer vir para cá e conversar com um e com outro. E ouvi: “Não, você não pode ir como estagiária lá e tal”. E fiquei muito frustrada: “Eu não estou acreditando que eu não vou trabalhar n’**A União** ainda no curso, como estagiária”. E, assim, para você ver, dentro do curso de Jornalismo, a gente queria estar lá. Os grandes nomes que tinham, que a gente conhecia, que tinham iniciado aqui, e lembro que uma grande referência para mim, quando eu queria vir para cá, era Gonza



“O caderno de Economia também é meu querido. Toda vez que eu posso me meter, eu me meto”

ga Rodrigues, a minha referência.

■ *Também, você vai logo de Gonzaga Rodrigues? Até hoje a referência de todos...*

Eu queria ser ele, entendeu? E um dos queridos hoje eu trabalho com ele: Renato Félix. Admirava Renato Félix já na época do curso de Jornalismo. E ele bem jovenzinho, porque eu estava no curso, e ele tinha saído há pouco tempo.

■ *E tem essa característica d’A União de escola.*

É verdade.

■ *A União dá essa segurança, porque, por exemplo, muita gente pode achar que é uma tolice, mas, se qualquer texto não tiver pelo menos duas versões, quando chegar à sua mesa, você vai dizer: “Está faltando a versão de fulano de tal”.*

Pois é, a gente tem muito cuidado e muita responsabilidade. A gente não pode dizer besteira ao falar de alguém. A gente tem muita responsabilidade também com a pessoa que está saindo na matéria. Não pode dizer qualquer coisa de todo mundo. Então, muito cuidado para não cometer injustiças. Tem que ouvir o outro lado, sempre, em toda situação. Por mais que pareça que a pessoa que está sendo acusada é o maior canalha do mundo, mas, mesmo assim, a gente tem a responsabilidade de ouvir o outro.

■ *O fato de ser um jornal de Estado aumenta essa responsabilidade?*

O jornalismo por si só já tem que ter responsabilidade, mas o fato de ser um jornal de Estado duplica. O jornalista já tem a responsabilidade, mas aqui exige mais.

■ *E no longo capítulo da pandemia? Você estava aqui desde o começo da pandemia. Eu acho que você trabalhou remotamente também.*

Também. Na pandemia foi tão assustador, que, logo que começou, no primeiro dia, eu me lembro da reunião de pauta com o André Cananéa e a equipe toda aqui. André comunicando: “É o seguinte: nós vamos passar uns dias em casa”. Algumas pessoas diziam: “Mas para que isso? Isso daqui a pouco acaba”. André acrescentou: “Vamos passar uns dias em casa. Não sabemos ainda quantos”. Na nossa cabeça, seria um mês. Eu não lembro exatamente quantos meses foram, mas ficamos, um tempo, todo mundo em casa. Só ficavam aqui uma pessoa para cuidar das tarefas, para mandar para a gráfica, e um diagramador. E o resto tudo trabalhando remotamente, durante uns meses.

■ *E o revezamento?*

Depois começamos a fazer umas escalas. Eu trabalhava um dia e André outro. Assim, todo mundo estava trabalhando, e outras pessoas também faziam esse revezamento. E foi muito desafiador porque quem pensaria em fazer um jornal à distância em primeiro lugar? Foi uma

confusão no início, porque a gente aqui, presencialmente, é assim: “Fulano, tem isso na tua matéria”, “E a foto?”.

■ *“Chegou uma informação nova aqui”.*

É. “Essa tua página vai ter que mudar”, essas coisas. E fazer isso à distância... nossa, era uma demora! Você dizia a coisa, daqui a 20 minutos, a pessoa vinha. Claro, a pessoa estava trabalhando também.

■ *E não foi nem o fato que você teria que aprender grandes segredos para trabalhar remotamente. Porque aquele programinha que permite que você entre no computador à distância, supersimples, funciona.*

Essa parte técnica foi supersimples. Não teve complicação.

■ *A dificuldade era a falta daquele relacionamento gregário mesmo que a gente tem?*

Nossa senhora! A gente só percebe a importância do presencial quando acontece de você estar à distância, porque era insuportável.

■ *Lembro que cheguei aqui, a pandemia já estava mais ou menos domada.*

Sim. Mas era obrigatório o uso de máscara. Tinha uma comissão que, ao menor sintoma, mandava para casa e exigia o teste de Covid. Era muito complicado. Qualquer espirro que você desse já era Covid e aí a gente ainda hoje tem quando a brincadeira na Redação, quando alguém dá um espirro. Qualquer coisinha, você já tem que ir para casa, porque é um medo.

■ *Perdemos um colega.*

Logo no início da pandemia, a gente perdeu Alexandre Nunes aqui. Trabalhava no Correio das Artes com o André. Ele estava em casa, como todos nós, *home office*, e aí chegou a notícia que ele tinha adoecido e, daqui a pouco, chegou a notícia que era Covid. E, daqui a pouco, a notícia de que ele tinha ido para o hospital. Aí as coisas foram ficando tensas. E eu me lembro de Nara Valusca dizer: “Conversei com ele ontem. Ele está muito preocupado”. Aí eu já fiquei assim: “Não, mas vai dar tudo certo, está tudo bem”. Era início da Covid, infelizmente perdemos e foi uma dor. A primeira pessoa do nosso círculo que tinha morrido de Covid.

■ *Você começou uma avaliação sobre a importância de A União — eu pedi a você e você começou a falar — e eu depois me lembrei da história da Covid. Mas, voltando um pouco à avaliação, como é que você dimensiona essa grandeza desse projeto que dá certo há 132 anos?*

Acho que tem tudo para continuar mais 132 anos. **A União** tem tudo e merece continuar porque é um patrimônio para a população da Paraíba e para o jornalismo brasileiro. Eu acho que nós aqui fazemos o

nosso melhor, com toda a responsabilidade do mundo e pensando no futuro. A gente pensa muito no passado, a gente gosta de resgatar o passado, porque é o nosso papel também e gostamos disso, de trazer fatos, a história do jornalismo, a história da Paraíba. Mas a gente pensa no futuro. É isso que a gente tem que fazer agora, neste momento, principalmente esse momento de renovação, que nós temos profissionais jovens aqui, muitos jovens.

■ *A tecnologia já engoliu a ciência, já está engolindo a produção de imagens, som e texto, com a inteligência artificial. Será que a gente ainda vai ter como preservar o impresso?*

Eu fico no meio-termo. Até porque eu vejo que Europa e Estados Unidos, por exemplo, eles leem muito jornal. Muitos jornais morreram, mas muitos jornais estão sendo resgatados agora. Eu fico no meio-termo. Eu acho que a gente aqui muito provavelmente vai se renovar. O nosso material, factual, notícia, vai, sim, ficar na internet, mas nós vamos manter, sim, algum modelo de impresso aqui n’**A União**. Porque não acredito que o papel vá morrer, o livro não vai morrer. Acredito que, nos próximos anos, vamos dar esse salto do material noticioso ir para a internet, mas vamos manter alguma coisa no impresso.

■ *Você teria alguma coisa a acrescentar? De repente eu não perguntei algum fato que você gostaria de registrar.*

Gostaria muito de ter conhecido os outros prédios históricos onde **A União** funcionou, os prédios históricos em si, por tudo que dizem. “Tal prédio era o melhor de **A União**, a melhor época”, e eu fico, “Caramba! Queria ter visto isso. É muito incrível”.

■ *A União tem essa característica: tem tanto tempo de história, que a gente queria ter participado da própria história dela. Ela não é só uma reprodutora das cenas e das narrativas, mas é também protagonista?*

E, para quem gosta de jornalismo, fica imaginando uma Redação cheia de máquinas de datilografia.

■ *Eita, barulheira.*

Fica imaginando esse tipo de coisa e viaja.



Acesse o QR Code para assistir à entrevista no YouTube



SERVIÇO PÚBLICO

Vagas abertas na Paraíba e no Ceará

Oportunidades são para profissionais de nível superior em diversas áreas; salários variam de R\$ 1,5 mil a R\$ 7,6 mil

Priscila Perez
priscilaperezcomunicacao@gmail.com

A temporada 2025 de editais na Paraíba começou com o lançamento, na última semana, de um concurso da Prefeitura de Mogeiro, no Agreste, com 33 vagas em diversas áreas, para profissionais de nível superior, com salários de até R\$ 4 mil. Mas o estado não é o único destino para os concurseiros do Nordeste: no Ceará, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado (Arce) também lançou um edital atrativo com nove vagas e remuneração acima de R\$ 7 mil para a função de analista de regulação. Se o plano é garantir uma vaga no serviço público, a hora de se preparar é agora.

Na Paraíba, a Prefeitura de Mogeiro abriu vagas para as funções de assistente social, fiscal de tributos, orientador escolar, psicólogo educacional, psicopedagogo institucional, supervisor escolar e professores de Ensino Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Os salários ofertados variam de R\$ 1.518,00 a R\$ 4.004,74 por jornadas de 30 a 40 horas semanais. Para concorrer, é necessário ter graduação na área correspondente. As inscrições estão abertas até 6 de abril e devem ser realizadas pelo *site* da Ápice Consultoria, responsável pela

organização do concurso, mediante pagamento de taxa no valor de R\$ 95.

Todos os candidatos serão avaliados por meio de prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, e análise de títulos. Marcada para o dia 8 de junho, a etapa inicial será composta por questões de Língua Portuguesa, informática, raciocínio lógico e conhecimentos específicos. De acordo com o edital, apenas os candidatos que atingirem pelo menos 70 pontos na prova objetiva e se classificarem dentro do limite estipulado terão os títulos analisados. O resultado definitivo do concurso deverá ser publicado no dia 7 de julho.

Ceará

Já no Ceará, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado (Arce) está com nove vagas para o cargo de analista de regulação, além da formação de um cadastro reserva. Com oportunidades em diferentes áreas, como contabilidade, economia, engenharia e administração pública, o concurso oferece remuneração inicial de R\$ 7.675,53 por uma carga horária de 40 horas semanais. Há vagas para especialistas em contabilidade, gestão pública, saneamento básico, transporte e gás canalizado.

Para participar, os candida-



Agência reguladora do Ceará abriu nove vagas para o cargo de analista de regulação, além da formação de cadastro de reserva

tos devem ter formação superior específica, conforme a área de atuação, e registro no respectivo conselho de classe. Mas é preciso ficar atento ao prazo, caso haja interesse em concorrer: as inscrições terminam no dia 26 de março e custam R\$ 200. Pelo *site* do Instituto Consulplan, é possível garantir a participação no certame. Quanto à avaliação, o processo seletivo será composto por provas objetiva, discursiva e análise

de títulos. A objetiva será aplicada em 18 de maio e terá questões sobre Língua Portuguesa, inglês instrumental, raciocínio lógico-matemático, noções de Direito, legislação e regulação, além de conhecimentos específicos de cada área. Como ainda não há mais detalhes sobre o cronograma do concurso, os candidatos devem acompanhar todas as atualizações pelo *site* da banca organizadora: www.institutoconsulplan.org.br.



Pelo QR Code,
acesse o edital da
Prefeitura de Mogeiro



Pelo QR Code,
acesse o edital
da Arce

Engenheiro ambiental equilibra preservação e desenvolvimento

A cada novo empreendimento que surge na cidade, há um engenheiro ambiental atuando nos bastidores para garantir que o “desenvolvimento” aconteça de forma sustentável. Seu objetivo é um só: minimizar danos e propor soluções que equilibrem crescimento econômico e preservação ambiental. Seja na indústria, na construção civil, no agronegócio ou no setor público, esse profissional está sempre presente para otimizar o uso dos re-

ursos naturais e assegurar a aplicação das normas ambientais. Entretanto, se a demanda pelo engenheiro ambiental cresce à medida que desafios como mudanças climáticas, gestão de resíduos e saneamento básico ganham visibilidade, sua valorização — infelizmente — não é proporcional.

Segundo a engenheira ambiental Marília Henriques Cavalcante, atual conselheira do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da

Paraíba (Crea-PB), apesar de a profissão ser relativamente jovem no Brasil — foi regulamentada nos anos 2000 —, seu papel como propulsora da sustentabilidade é indispensável. No entanto, ainda hoje, há muita gente que não compreende a abrangência dessa profissão, limitando sua atuação a questões meramente burocráticas, como se o engenheiro ambiental fosse apenas um executor de normas. “Muitos não conseguem ver a importância de fazer

um licenciamento ambiental, seguir as condicionantes e ter um ambiente equilibrado”, observa, destacando que a falta de reconhecimento vem tanto pela sociedade civil quanto pelo próprio mercado.

Desafios e oportunidades

Além disso, a própria legislação ambiental brasileira impõe desafios à profissão. Para Marília, embora a estrutura das leis seja sólida, sua aplicação ainda é bastante falha. “Nossa lei é bonita, mas precisa ser cumprida. Precisamos fugir de ‘entendimentos subjetivos’, porque a aplicação precisa ser clara e objetiva para que consigamos ter a execução dessas normativas”, explica. A falta de clareza na interpretação das regras, segundo ela, impacta diretamente a atuação do engenheiro ambiental, dificultando o controle ambiental.

Apesar desses desafios, a carreira é recheada de oportunidades, principalmente em municípios que estão estruturando suas próprias secretarias ambientais e ampliando a fiscalização. “A nossa profissão é multidisciplinar e tem várias áreas de atuação”, afirma Marília. Além do setor público, a engenharia ambiental vem ganhando cada vez mais espaço na indústria, no agronegócio e na construção civil. “O gerenciamento de resíduos, tanto da construção civil quanto da área de saúde, tem sido um ponto de destaque, principalmente em cidades em crescimento como João Pessoa. Ainda tem a recuperação de áreas

degradadas, a questão dos lixões e o setor de energia, que está em alta no mundo e em nosso estado”, especifica.

Outra característica marcante da profissão é a interseção quase natural entre engenharia ambiental e sanitária. A especialista explica que as duas áreas são complementares e frequentemente atuam juntas, especialmente em questões relacionadas ao saneamento e à gestão hídrica. “O engenheiro ambiental trabalha com projetos de reúso de água, análise de ambientes e monitoramento de efluentes em estações de tratamento de esgoto”. Essa conexão entre as engenharias é tão forte que o Crea-PB já unificou as duas profissões em uma única câmara, reforçando a conexão de suas atribuições. “A Paraí-

ba é o primeiro estado a ter uma Câmara de Engenharia Ambiental e Sanitária”, complementa Marília.

Entretanto, se hoje o assunto da vez é a sustentabilidade, o futuro da engenharia ambiental aponta para novas especializações. Qualificações voltadas para a tríade ESG (sigla para Ambiental, Social e Governança) e economia circular são cada vez mais valorizadas pelo mercado. “A gestão de resíduos e a governança ambiental são áreas que sempre têm demanda, seja no setor público ou privado”, observa a profissional. Também estão em alta a gestão de recursos hídricos e a regulação do direito ambiental. Outro diferencial competitivo para quem quer se destacar na profissão é o uso de ferramentas como modelagem geoespacial e integração com o modelo tridimensional de gestão de projetos BIM (Building Information Modeling).

Para quem já atua na área e está em busca de ingressar na carreira pública, o concurso da Arce pode ajudar nessa missão. Na agência do Ceará, há uma vaga para analista de regulação — especialista em saneamento básico, cargo que exige graduação em Engenharia Ambiental, Sanitária ou Civil. Com salário de R\$ 7.675,53 e jornada de 40 horas semanais, o profissional terá a missão de fiscalizar e regulamentar serviços como abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana em todo o estado.



Engenheira ambiental Marília Henriques destaca a importância da legislação na área

Foto: Arquivo pessoal

“

Muitos não conseguem ver a importância de fazer um licenciamento ambiental, seguir as condicionantes e ter um ambiente equilibrado

Marília Henriques Cavalcante

Selic Fixado em 19 de março de 2025 14,25%	Salário mínimo R\$ 1.518	Dólar \$ Comercial +0,73% R\$ 5,717	Euro € Comercial +0,39% R\$ 6,183	Libra £ Esterlina +0,52% R\$ 7,400	Inflação IPCA do IBGE (em %) Fevereiro/2025 1,31 Janeiro/2025 0,16 Dezembro/2024 0,52 Novembro/2024 0,39 Outubro/2024 0,56	Ibovespa 132.344 pts +0,30%
--	---	--	--	---	---	--

COWORKING

Mercado de escritórios flexíveis em alta na PB

No estado, existem atualmente 77 espaços, segundo censo feito por plataforma

Carolina Oliveira
marquesdeoliveira.carolina@gmail.com

Nas empresas, novos arranjos e formas de configurar espaços de trabalho podem afetar a rotina e ser economicamente mais eficientes. Diferentes empresas buscam espaços que atendam necessidades específicas. Com isso, a criação de espaços flexíveis e multifuncionais vem se tornando cada vez mais frequente. Na Paraíba, de acordo com o Censo Coworking, produzido pela rede Woba, existem atualmente 77 escritórios flexíveis, sendo 24 presentes na própria plataforma.

Conforme os dados, publicados na edição de 2024 da pesquisa, esse mercado brasileiro cresceu aproximadamente 20% em 2023. A quantidade de espaços desse tipo no país foi de 2.443 para 2.986. Desse número, 58,5% concentram-se em capitais, posicionando essas regiões como centros de inovação e negócios. A evolução é sinal de uma transformação no panorama corporativo e reflete mudanças nas necessidades e preferências de empresas de todos os portes.

Além da busca por flexibilidade de localização, o modelo de escritórios flexíveis favorece a economia em custos de infraestrutura e maior facilidade para escalar operações. O crescimento de espaços de trabalho flexíveis foi 26,5% maior entre 2022 e 2023, quando comparado ao crescimento anual agregado dos anos anteriores, que já demonstrava um crescimento expressivo de 17,7% ao ano, desde 2019.

O aumento na demanda por esse formato torna o ambiente favorável para investimentos e oportunidades de expansão no setor.

Em João Pessoa, alguns espaços de trabalho incorporam essas características. Um deles é o Wine & Work, fundado há três anos. O espaço empresarial,



O ambiente permite interações com profissionais de diversas áreas, diz Andreia Barros (dir.)

localizado em Manaíra, nas palavras de seus fundadores, “conecta empresas e impulsiona negócios”. Com as salas ocupadas, abriga sete empresas parceiras em funcionamento.

Os empresários Ivan Rocha e Gustavo Galindo, proprietários da Núcleo Consultoria Imobiliária, são os fundadores do local. Inseridos no universo da construção civil, eles começaram a perceber, observando alguns clientes comprando imóveis, que as compras em si geram demandas por outros serviços. “Enxergamos a possibilidade de centralizar essas demandas”, explica Gustavo.

“Nunca convidamos para integrar o espaço outras empresas que desempenhem atividades que não ofereçam intercâmbio em relação aos parceiros, e também que pudessem criar por aqui qualquer tipo de concorrência”. Gustavo ressalta que, nessa comunidade de empresas, surgiu um compromisso de gerar negócio um para o outro. “Mesmo não havendo qualquer vinculação, e obviamente cada cliente está completamente livre para fazer suas escolhas, quando há oportunidade, indicamos prioritariamente as empresas que fazem parte do escritório”.

Conforme o empresário des-

creve, cada empresa tem sua própria equipe e CNPJ, atuando de forma independente. Possuem o endereço fiscal no espaço de trabalho e compartilham o gerenciamento infraestrutural: desde a recepção, um conjunto de despesas são compartilhadas, como vigilância, manutenção e limpeza e internet. Os custos de cada empresa são proporcionais ao tamanho de suas salas privadas. A empresa Núcleo Engenharia faz o gerenciamento e a divisão de despesas.

Para a jornalista Andréia Barros, da Vivass Comunicação, empresa mais recente no Wine & Work, trabalhar no espaço proporcionou uma série de vantagens. “O ambiente permite interações frequentes com profissionais de diversas áreas, e isso tem nos gerado parcerias es-

Os custos de cada espaço empresarial são proporcionais ao tamanho de suas salas privadas

tratégicas, novos clientes e colaborações espontâneas”. Ela ressalta benefícios como o conforto e atributos estéticos.

Segundo Andréia, a transferência para o local acompanhou um momento de expansão de sua empresa. “Por algum período, durante e após a pandemia, a Vivass deixou de ocupar um local fixo e adotou modelos de trabalho híbrido”. Andréia encontrou no escritório flexível um espaço para crescimento. A atual sala é a maior que a empresa de comunicação e relações públicas já ocupou, o que também aconteceu junto a um crescimento de equipe. A jornalista ressalta que isso foi muito mais viável economicamente por causa do modelo de espaço e custos do escritório.

Esses novos modelos de espaços de trabalho também beneficiam as atividades de profissionais da área da Saúde. A psicóloga clínica Ana Carolina Motta atende no Casulu Coworking há quatro anos. “Além de disponibilizar infraestrutura adequada, trata-se de uma rede colaborativa onde desenvolvemos projetos sociais e atividades em grupo, proporcionando vivências enriquecedoras”. Segundo a profissional, trabalhar em um espaço como esse traz tranquilidade à rotina.

Espaços oferecem eficiência e previsibilidade

Roberta Vasconcellos, CEO da Woba, destaca que o modelo de escritórios flexíveis evoluiu muito. Para além de espaços compartilhados, eles são inteligentes, adaptáveis e personalizáveis, oferecendo a estrutura como serviço. “Assim como usamos tecnologia em

nuvem sem precisar montar um servidor próprio, empresas podem ter um escritório pronto, sem precisar investir em infraestrutura, imobiliária ou mobiliário. Esse modelo entrega tudo em um único contrato: espaço, manutenção, gestão, tecnologia, segurança e

conectividade. Isso traz eficiência e previsibilidade”.

A flexibilidade se dá em diferentes aspectos: contrato, local e tamanho. “Você pode reduzir ou expandir sua operação sem grandes amarras. É um modelo pensado para o mercado dinâmico de hoje, onde a empresa precisa ter controle total e agilidade para se adaptar”, explica Roberta. Naturalmente, os benefícios desse modelo refletem em toda a cadeia. A diretora executiva aponta que, à medida que grandes empresas adotam soluções flexíveis, elas abrem oportunidades no mercado, movimentam diferentes fornecedores e incentivam uma nova forma de pensar o ambiente de trabalho.

“Isso também influencia e inspira pequenos empreendedores e profissionais autônomos a buscar modelos mais enxutos, eficientes e adaptáveis”.

O Brasil está entre os mercados mais promissores para esse modelo na América Latina, com alta adesão especialmente nos grandes centros urbanos, mas com um enorme potencial ainda inexplorado em outras regiões. “Acredito que o que impulse essa demanda seja a mudança estrutural na forma como as empresas enxergam o ambiente de trabalho, mas também a digitalização dos negócios e a busca constante por eficiência e economia operacional”, observa Roberta.

Economia em Desenvolvimento

Amadeu Fonseca
amadeu.economista@gmail.com | Mestre em Economia UFPB

O que esperar da economia em 2025?

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 3,4%, em 2024, superando os 2,9% registrados, em 2023, e marcando uma mudança relevante na dinâmica da atividade econômica. O crescimento, que em 2023 foi liderado pela agropecuária e pelas exportações, passou a ser impulsionado, em 2024, pelo mercado interno — com destaque para o consumo das famílias e os investimentos. Apesar dos bons resultados, o cenário para 2025 exige atenção, diante de fatores como inflação elevada, juros altos e uma previsão de desaceleração no crescimento.

Enquanto a agropecuária cresceu impressionantes 15,1%, em 2023, sustentando o desempenho das exportações (+9,1%); em 2024, o setor recuou 3,2%, impactado por condições climáticas desfavoráveis que afetaram culturas como soja e milho. Em contrapartida, a indústria (+3,3%) e os serviços (+3,7%) assumiram protagonismo. Na indústria, o destaque foi a transformação (+3,8%) e a construção civil (+4,3%). Já no setor de serviços, o comércio cresceu 3,8% e as atividades de informação e comunicação avançaram 6,2%.

Do lado da demanda, o consumo das famílias cresceu 4,8%, puxado pela recuperação do mercado de trabalho, aumento da renda real, programas de transferência

de renda e acesso relativamente facilitado ao crédito ao longo do ano. Os investimentos também surpreenderam: após uma queda de 3%, em 2023, a Formação Bruta de Capital Fixo cresceu 7,3%, em 2024, demonstrando maior confiança empresarial, sobretudo em setores como construção e tecnologia.

“

Apesar dos bons resultados, o cenário exige atenção, diante de fatores como inflação elevada

Amadeu Fonseca

O setor externo, no entanto, tornou-se fonte de preocupação. As exportações cresceram modestos 2,9%, enquanto as importações subiram 14,7%, puxadas por uma forte demanda por insumos, máquinas e veículos. A valorização do dólar contribuiu para a antecipação de compras externas, ampliando o déficit na balança comercial e gerando pressões sobre o câmbio e os preços internos.

A inflação fechou 2024 em 4,83%, acima do teto da meta de 4,5% do Banco Central (BC). O aumento de preços nos setores de serviços, alimentação e transportes exigiu a manutenção de uma política monetária restritiva. A taxa Selic terminou o ano em 12,25% e, com a projeção de inflação próxima a 6% para 2025, o mercado já sinaliza a possibilidade de novos aumentos — podendo chegar a 15%. Isso compromete o acesso ao crédito, pressiona o custo de capital e limita o consumo das famílias, fatores que devem pesar sobre o crescimento.

Com esse pano de fundo, as estimativas apontam para uma desaceleração do PIB em 2025, com projeções em torno de 2%. Nesse ambiente mais desafiador, será fundamental que empresas adotem uma gestão mais eficiente e estratégica, focando na redução de custos, inovação e resiliência financeira. A capacidade de adaptação, planejamento de longo prazo e uso inteligente de recursos será o diferencial para quem deseja manter competitividade e sustentabilidade em um ano que promete exigir ainda mais disciplina econômica.



Locais garantem infraestrutura e serviços básicos

MELHOR DESEMPENHO NA DÉCADA

Vendas de eletrônicos crescem 29%

Balanço do setor foi apresentado pela Eletros ao presidente Lula e ao vice-presidente Alckmin em Brasília

Agência Gov

Em 2024, a indústria brasileira vendeu ao varejo 117,7 milhões de aparelhos eletrônicos, como televisões, geladeiras, fogões e aparelhos de ar-condicionado, registrando um aumento de 29% em relação às vendas de 2023. Este é o melhor desempenho do setor da última década, de acordo com o balanço da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros).

Os dados foram apresentados, na segunda-feira (17), ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, pelo presidente da Eletros, Jorge Nascimento.

“A boa notícia não sai só do forno. Ela sai da geladeira, da TV, da *air fryer*, do ventilador”, brincou o ministro ao comentar, com a imprensa, os dados do setor eletroeletrônico.

Para Alckmin, o balanço positivo do setor eletroeletrônico é resultado do crescimento de 3,4% da economia em 2024, do aumento real dos salários e das políticas de estímulo à indústria brasileira.

“Isso reflete, de um lado, a melhora de renda da população; o emprego cresceu, a massa salarial cresceu; e a política industrial, a Nova Indústria Brasil, depreciação



Foto: Bruno Peres/Agência Brasil

O segmento de ar-condicionado foi o destaque do ano, com crescimento de 38% em relação a 2023, e atingiu 5,8 milhões de unidades

acelerada para trocar máquinas. É um setor que pode crescer mais ainda com *data centers*, que é produtor dos grandes equipamentos para *data centers*”, ressaltou o vice-presidente, que destacou os programas que disponibilizam crédito para fortalecer a indústria nacional, como a Letra de Crédito do Desenvolvimento, o Novo Padis, Brasil Semicom, Lei do Bem e a Lei da Informática.

“Empresa que quiser ser global, ela tem que estar no

Brasil. Nós estamos falando de uma das maiores economias do mundo”, concluiu o ministro Geraldo Alckmin.

Outros segmentos

Para o presidente-executivo da Eletros, o setor teve um ano de grande retomada e superação. “Os resultados alcançados, ainda que influenciados por diversos fatores, como o econômico e o climático, mostram a força da indústria nacional, sua capacidade de atender

à demanda e corresponder às expectativas do consumidor, que busca produtos cada vez mais modernos, eficientes e acessíveis”, afirmou Jorge Nascimento.

O segmento de ar-condicionado foi o destaque do ano, com crescimento de 38% em relação a 2023. A produção atingiu 5,8 milhões de unidades, superando as 4,2 milhões do ano anterior.

Com aumento de 33% nas vendas, a linha portátil, que envolve cafeteiras,

secadores de cabelo e ferro de passar, comercializou 80,8 milhões de equipamentos em 2024 — 19,8 milhões a mais do que no ano anterior.

As vendas de aparelhos da linha branca, da qual fazem parte fogões, máquinas de lavar e geladeiras, cresceram 17%, passando de 13,3 milhões, em 2023, para 15,6 milhões no ano passado.

O segmento de linha marrom, composto principalmente por televisores

e equipamentos de áudio, cresceu 22% em relação a 2023. A produção atingiu 13,4 milhões de unidades, contra 10,9 milhões no ano anterior. Mesmo após as Olimpíadas, o setor manteve um ritmo forte de crescimento, alcançando seu maior volume em 10 anos.

Até 2027, a Eletros estima R\$ 5 bilhões em investimento para novos negócios do setor de eletrodomésticos e eletroeletrônicos e ampliação de indústrias já existentes. As projeções da Eletros para 2025 indicam um crescimento de 8% a 10% no cenário mais otimista. Em uma visão mais conservadora, a estimativa é de um avanço médio de 5%.

Do ponto de vista estratégico, o setor seguirá com uma agenda voltada à competitividade, em alinhamento com a Nova Indústria Brasil e outras políticas públicas focadas em eficiência energética, estímulo à demanda por produtos mais modernos, modernização das linhas de produção, fortalecimento da cadeia de suprimentos, investimentos em infraestrutura logística e incentivo à exportação.

“A Eletros tem trabalhado em parceria com o Poder Público para não apenas superar desafios, mas também fortalecer a indústria nacional, reconhecendo sua importância para o setor produtivo brasileiro”, finaliza Nascimento.

NO MUNDO

Brasil se torna o segundo maior fabricante de ar-condicionado

As ondas de calor estão cada vez mais intensas. Diante desse cenário, e impulsionado pelo crescimento da economia, que fez as vendas da indústria de eletroeletrônicos aumentarem 29% no último ano, o setor de ares-condicionados se destacou, alcançando um recorde histórico de 5,9 milhões de unidades fabricadas — um crescimento de 38% entre 2023 e 2024. Esse desempenho levou o Brasil da quinta para a segunda posição entre os maiores fabricantes mundiais do produto, ficando atrás apenas da China, segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros).

Mesmo com esse avanço, apenas 17% dos lares brasileiros possuem ar-condicionado, evidenciando o grande potencial do mercado. O aumento expressivo da produção reflete a necessidade de suprir essa demanda e garantir que mais consumidores tenham acesso a equipamentos eficientes e econômicos.



Foto: Divulgação/Gree Electric

O aumento expressivo da produção reflete a necessidade de garantir que mais consumidores tenham acesso a equipamentos eficientes e econômicos

■ **Crescimento elevou o Brasil à segunda posição entre os maiores fabricantes do produto**

Originária da China, a Gree, uma das principais fabricantes do setor e pioneira na produção na Zona Franca de Manaus, registrou, em 2024, um crescimento ex-

pressivo de 38% no faturamento, superando a previsão inicial. Para 2025, a empresa projeta um aumento de 15% no faturamento e 17% no volume de produção. A aposta

está em equipamentos com tecnologia *inverter* e gás R32, que garantem alta eficiência energética, redução no consumo de eletricidade e menor impacto ambiental.

COMUNICADO DE FALECIMENTO DE PESSOA NÃO IDENTIFICADA

O Instituto de Polícia Científica do estado da Paraíba comunica que se encontra nas dependências do Núcleo de Medicina e Odontologia Legal, NUMOL, da cidade de João Pessoa PB, um corpo não reclamado, identificado como sendo do nacional. **WALTER JUNIO DA CONCEIÇÃO**, sexo masculino, cor preta, que mede 175 cm de estatura, com 42 anos de idade, cabelos crespos, pretos, longos, olhos pretos, filho de Maria Irene da Conceição, em situação de rua, trajando camiseta azul e bermuda estampada, sem sinais particulares. Falecido em 06/01/2025 em via pública, Rua da Areia, nesta Capital. Registrado neste NUMOL sob número: 0120250570; NIC 2025-9608.

Informações adicionais estão disponíveis no NUMOL, sito a Rua Antônio Teotônio S/N. Bairro Cristo Redentor da cidade de João Pessoa PB.

João Pessoa, 19 de março de 2025

MULHERES NA CIÊNCIA

Paraíba reforça compromissos

Governo do Estado promoveu evento em parceria com a UFPB, com pesquisadoras de diversas áreas

Ascom Secties

A ciência tem rostos, vozes e trajetórias diversas, mas a presença feminina nos espaços acadêmicos ainda precisa de incentivos e reconhecimento. Em um esforço para transformar essa realidade, o Governo da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior (Secties), promoveu, em parceria com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o evento Março das Mulheres na Ciência 2025. O encontro reuniu pesquisadoras de diversas áreas para discutir desafios e conquistas das mulheres na ciência, além de apresentar ações concretas de apoio à equidade de gênero no setor.

Em sua fala, o secretário Claudio Furtado destacou o papel essencial da Secties na execução de políticas públicas que promovem a ciência e a tecnologia com um olhar atento à equidade de gênero. “Quando analisamos os financiamentos públicos para pesquisa no Brasil, percebemos que mulheres da área de Humanas, por exemplo, têm menos oportunidades em editais de ciência e tecnologia. Para mudar esse cenário, lançamos um edital específico para pesquisadoras, com um investimento de R\$ 500 mil, visando contemplar especialmente as Ciências Humanas. Isso faz parte do compromisso do Governo da Paraíba de apoiar mulheres cientistas em todas as áreas”, afirmou.

Com inscrições abertas até o dia 7 de abril, o edital Apoio ao Protagonismo Científico de Mulheres e Meninas na Ciência irá selecionar 10 projetos de pesquisa no valor de até R\$ 50 mil cada. O orçamento provém integralmente do Tesouro Estadual. E é executado em parceria pela Se-

cretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior (Secties), pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq) e conta com o apoio da Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH).

Além desse investimento, a Secties também coordena ações estratégicas como o programa Limite do Visível, que busca fomentar a participação de estudantes da rede estadual em cursos tecnológicos de Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Ciência de Dados. A distribuição de vagas segue um critério de paridade, com 50% destinadas a mulheres, garantindo oportunidades iguais para o ingresso no setor tecnológico.

Realizado na manhã da última quarta-feira (19), no auditório do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da UFPB, o evento contou com a presença de importantes nomes da administração pública e do meio acadêmico.

A programação do evento teve uma palestra magna ministrada pela professora Francilene Procópio Garcia, gestora do Parque Tecnológico da Paraíba. A especialista apresentou dados que evidenciam as disparidades de gênero na ciência brasileira, como a distribuição de bolsas de produtividade do CNPq: 64,4% são destinadas a homens, enquanto apenas 35,6% contemplam mulheres, mesmo com

uma crescente presença feminina na pesquisa.

A jornalista e doutora em Ensino, História e Filosofia das Ciências, Alessandra Brandão, conhece bem essa realidade. Ela contou que se sentiu desestimulada por um ensino de ciências deficitário. “Como fui para comunicação, e na condição de funcionária, na época, da Fundação de Amparo à Pesquisa do meu estado (fapeal) encontrei não só incentivo intelectual e financeiro, mas achei outro caminho para fazer ciência. Essa é uma área de pesquisa que me encanta profundamente: mostrar a ciência como a grande aventura humana de produzir conhecimento sobre o mundo e a própria humani-

dade”, disse.

Como mãe de um filho neurodivergente, os desafios tornaram-se ainda maiores. “A estrutura é desenhada para alguém que não tem uma vida pessoal cheia de desafios. Temos sempre que estar prontos para produzir, especialmente no que se refere a prazos apertados, reuniões fora de hora, congressos sem estrutura para receber filhos”, comentou.

A pesquisadora foi uma das participantes da mesa-redonda Diálogos com Mulheres da Ciência, mediada pela professora Dra. Glória Rabay (CCTA/UFPB) e composta por outras pesquisadoras renomadas, como Marciane Magnani (CT/UFPB), Vanessa B. Schramm (UFCEG) e Cristiane Sassi (UFPB).

De acordo com Vanessa Shcramm, professora da UFCEG e doutora em Engenharia de Produção, embora não exista discrepância salarial entre homens e mulheres cientistas, existem outros aspectos que contribuem para vantagem competitiva dos homens. “Por exemplo, prêmios científicos e posições de liderança são ocupadas por homens; em conferências da área de tecnologia é comum que os palestrantes sejam homens, mesmo havendo mulheres igualmente qualificadas; artigos escritos por mulheres têm menor taxa de citação; a mulher quando tem filhos diminui ou interrompe suas pesquisas, como implicações na sua produção científica, que é um aspecto chave na seleção de financiamentos”, disse.

Por outro lado, a professora Marciane Magnani, pesquisadora e pós-doc pela Universidade de Brasília, mencionou que ser mulher na ciência é um privilégio. “É glamoroso, elas ocupam um espaço que lhes pertence e que é importante para a sociedade que estejamos em todos

os lugares. Estar na ciência é algo que me orgulha muito. Nós temos desafios, como todos que fazem ciência no nosso país, costumo dizer que vejo os desafios como novas oportunidades de tentar representar e ser uma voz daqueles que confiam em nós”.

A professora e doutora Cristiane Sassi é otimista e acredita que ainda há muito para mudar na história. “A minha perspectiva para o futuro é que as mulheres vão comandar mais espaços. Mas reconheço que está distante isso, porque há muito para mudar. Eu faço uma análise do departamento de Sistemática e Ecologia, onde participo da área de Zoologia e a maioria dos professores são homens, só tem eu de mulher”.

Na mesa de abertura, estiveram a vice-reitora da UFPB, professora doutora. Mônica Nóbrega; o secretário da Secties, Claudio Furtado; o pró-reitor de Pesquisa da UFPB, doutor José Roberto Nascimento; e a vice-diretora do CCHLA, doutora Thaís Augusta Cunha de Oliveira Máximo. A presença dessas lideranças reforçou o compromisso da gestão estadual em fomentar a inclusão das mulheres na pesquisa e na inovação tecnológica.

Ações

Além desse investimento, a Secties também coordena ações estratégicas como o programa Limite do Visível



O secretário Claudio Furtado destacou o papel essencial da Secties na execução de políticas públicas que promovem a ciência e a tecnologia com um olhar atento à equidade



Realizado na manhã da quarta-feira (19), no auditório do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da UFPB, o evento contou com a presença de pessoas da administração pública

Fotos: Mateus de Medeiros/Secties

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Estratégia gera retorno financeiro

Iniciativas são diferenciais para atrair clientes e investidores que priorizam negócios comprometidos com o planeta

Barbara Wanderley
babiwanderley@gmail.com

Em tempos de aquecimento global, existe uma preocupação crescente em relação ao futuro do planeta. O tema chamou atenção dos grandes empreendimentos e a sustentabilidade empresarial ganhou espaço. Trata-se da adoção de estratégias para que um negócio cresça sem comprometer o meio ambiente. A aplicação gera resultados a longo prazo para a empresa e demonstra valor perante os clientes.

A engenheira ambiental que responde pela gerência operacional de coleta seletiva da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Paraíba, Giovana Alves, explica que a implementação desse tipo de prática no setor privado é essencial. “É, sem dúvida, uma necessidade urgente e estratégica no cenário atual, sendo, inclusive, alinhado às metas da Agenda 30 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, por meio da adoção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, afirmou.

Segundo Giovana Alves, as práticas sustentáveis adotadas por empresas promovem a conscientização sobre a redução dos impactos ambientais; a reconfiguração dos modelos de desenvolvimento atuais; a mitigação das emissões de gases de efeito estufa; o fomento a projetos de conservação da biodiversidade; a destinação adequada de resíduos; o uso de fontes de energia renováveis, entre outras ações.

A profissional destacou que essas ações também podem trazer retorno financeiro para as empresas. “Essas e outras ações também trazem benefícios tangíveis para os negócios, como, por exemplo, a atração de clientes e investidores que, cada vez mais, priorizam empresas com compromisso genuíno com o planeta e com destaque pelo diferencial competitivo”, constata.

Ela complementa destacando que: “A adoção de práticas sustentáveis pode gerar economias significativas a médio e longo prazos, já que processos mais eficientes e o uso responsável dos recursos podem reduzir custos operacionais”.

Ações

Em suas cinco unidades na Paraíba, as lojas Assaí contam com o programa Destino Certo, focado no combate ao desperdício, no qual selecionam-se frutas, legumes e verduras sem valor comercial, mas em perfeito estado para consumo, doando para organizações sociais que atendem populações vulneráveis.

O gerente de Sustentabilidade e Investimento Social do Assaí Atacadista, Fabio Lavezo, destaca que a rede também pratica outros tipos de iniciativas sustentáveis. “Em 2024, reduzimos em 10% nossas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 no comparativo do quarto trimestre do ano sobre o mesmo período de 2023. O avanço reflete a evolução da nossa estratégia para tornar as operações mais eficientes e sustentáveis, com foco na transição para uma economia de baixo carbono”, informa.

Segundo ele, a empresa tam-



Foto: Carlos Rodrigo

Rede de supermercados doa frutas e legumes para organizações sociais para evitar o desperdício



Foto: Divulgação/Semas-Pb

“

A adoção de práticas sustentáveis pode gerar economias significativas a médio e longo prazos

Giovana Alves

bém reaproveita 43% dos resíduos, por meio de práticas de reciclagem, compostagem e redução do desperdício de alimentos. Somente no pilar de compostagem, a alta foi de 46% no volume de resíduos orgânicos, com relação a 2023.

Outra empresa que aposta fortemente na sustentabilidade no estado é a construtora MRV. “Na Paraíba, aplicamos métodos construtivos mais eficientes em termos de emissões de gases de efeito estufa, fazemos investimento em projetos de eficiência energética, economia de água, gestão de resíduos, plantio de árvores, além de obras de infraestrutura na vizinhança dos nossos empreendimentos, como acessibilidade urbana, drenagem de águas pluviais, extensão de rede de água e instalação de rede de esgotos”, contou José Luiz Esteves, o gestor-executivo de Sustentabilidade da MRV&CO.

Ele ressaltou a importância da sustentabilidade como diferencial entre as empresas. “Com demandas cada vez mais urgentes com relação ao meio ambiente e justiça climática, a sustentabilidade, hoje, é um fator essencial no mercado imobiliário como diferencial competitivo para empresas que desejam agregar valor a seus empreendimentos e reduzir os impactos ambientais urbanos”, disse.

O gestor ainda citou o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa, por exemplo, que analisa empresas nos quesitos eficiência econômica,



Foto: Divulgação/MRV

Construtora investe em eficiência energética para reduzir a emissão de gases do efeito estufa

Apostar em economia circular é uma opção

A Arcos Dorados, empresa responsável pelas lanchonetes McDonald's, estabeleceu 25 iniciativas obrigatórias para novas unidades e remodelações, visando reduzir o impacto ambiental de suas operações. Entre as ações, estão o uso de ar-condicionado de baixo consumo, gases refrigerantes não poluentes, aquecedor solar de água, iluminação LED, recuperação da água da chuva e da condensação do ar-condicionado para tarefas como limpeza, irrigação e manutenção de fachadas.

A empresa também aposta no potencial da economia circular, investindo continuamente em soluções inovadoras para acelerar a transição para embalagens recicladas, renováveis e certificadas. Hoje, 100% das embalagens de papel cartonado são certificadas FSC ou PEFC, que garante que são de origem sustentável. Além disso, possui meta de alcançar 100% de suas embalagens a partir de materiais recicláveis, renováveis ou certificados até o fim deste ano. Até o momento, já alcançou o progresso de 90,5%.

“Estamos comprometidos em continuar desenvolvendo e implementando práticas que contribuam para um futuro mais sustentável e justo para todos, e a reciclagem é uma parte fundamental de nossos esforços para promover a sustentabilidade e engajar os clientes nessa jornada junto com a marca”, afirmou a gerente sênior de Impacto Social e Desenvolvimento Sus-



Foto: Divulgação/REEECicle

Empresa instala pontos de coleta de eletroeletrônicos

tentável, Marie Tarrisse.

Outra iniciativa de destaque na empresa é o Programa de Valorização dos Alimentos, que consiste na identificação e separação de ingredientes que perdem valor comercial, mas ainda contêm qualidade para consumo. Esses itens são doados para ONGs por meio da plataforma on-line criada pela startup social Comida Invisível. Na Paraíba, o programa já contemplou instituições com mais de 100 kg de alimentos doados.

Além disso, a operação brasileira da empresa já possui mais de 70% dos restaurantes operados diretamente pela Arcos Dorados abastecidos com energia limpa, e a companhia fez a transição de 99% da frota de seus veícu-

los para o etanol. Atualmente, 100% do óleo utilizado nas cozinhas McDonald's é reciclado, direcionando o resíduo para o destino correto, contribuindo para a produção de biodiesel, ração animal e produtos de limpeza, além de promover a redução das emissões de CO₂.

Resíduos eletrônicos

Existem instituições cujas práticas sustentáveis fazem parte da sua finalidade. A REEECicle e o Instituto Inovação e Economia Circular (IEC-Brasil) praticam iniciativas voltadas para a coleta e reciclagem de resíduos eletrônicos; instalação de Pontos de Entrega Voluntária (PEVs); presença em eventos de instituições públicas, empresas

como ocupamos as cidades, a questão climática, a importância da educação, a equidade de gênero, impulsionamos um movimento importante de reflexão e ação no setor”, concluiu.

Consultoria

Empresários interessados em conhecer mais sobre a implementação de estratégias sustentáveis podem obter orientação no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Na Paraíba, a instituição oferece consultoria e apoio para as pequenas empresas que quiserem se tornar mais sustentáveis, conforme explicou o analista técnico Thiago Jatobá. “O Sistema Sebrae trata a sustentabilidade como um pilar estratégico para tornar os pequenos negócios mais inovadores e competitivos”, afirmou.

“O portfólio de serviços do Sebrae Paraíba conta com uma área completa de sustentabilidade, por meio das consultorias tecnológicas do programa Sebraetec, que abrange subáreas como: gestão de resíduos sólidos, eficiência energética, gestão de água, ar e solo, além de saúde e segurança do trabalho. Também há consultorias gerenciais que tratam de temas como gestão ambiental, gestão energética, adequação às normas ambientais, produção sustentável e responsabilidade social”, listou Thiago.

e escolas. Isso além das ações com impacto socioambiental, como a realização de cursos profissionalizantes gratuitos na área de reciclagem de equipamentos e tecnologia; doação de computadores remanufaturados para instituições do estado; e realização de eventos de educação ambiental, como gincanas escolares.

“Na Paraíba, enfrentamos uma certa resistência da população para conhecer mais sobre a economia circular e a importância da reciclagem dos eletroeletrônicos. Para combater isso, temos realizado cada vez mais ações em locais públicos, participamos de diversos eventos e estamos sempre à disposição para falar sobre educação ambiental”, comentou o diretor da REEECicle e do IEC-Brasil, Sávio França.

Ainda assim, os esforços vêm trazendo resultados. “Em 2024, coletamos 876 toneladas de lixo eletrônico apenas na Paraíba. Recebemos reconhecimento como o título de 1ª empresa de reciclagem no Norte e Nordeste com certificação NBR ISO 14001. Além disso, alcançamos o número de 853 computadores doados, promovemos qualificação gratuita para 876 pessoas e realizamos 111 eventos de educação ambiental”, informou Sávio.

Para ele, o maior benefício é evitar que os resíduos eletrônicos e seus elementos prejudiciais contaminem o solo, a água e danifiquem ainda mais a natureza.

PARAIBANO 2025

Foto: Cristiano Santos/Botafogo-PB

Começa a decisão pelo título

Sousa e Botafogo-PB jogam a partir das 17h, no Marizão; e o segundo confronto será no dia 30, no Estádio Almeidão

Lance da última rodada da fase classificatória, quando o Botafogo-PB derrotou o Sousa por 2 a 1



Danrley Pascoal
danrleyp.c@gmail.com

Sousa e Botafogo-PB iniciam, hoje, às 17h, no Marizão, a final do Campeonato Paraibano 2025. As equipes chegam à decisão pelo segundo ano consecutivo; em 2024, o Dino levou a melhor. Neste ano, o Belo busca a revanche contra o time do Sertão. No caso do Alviverde, é o terceiro ano seguido que o clube faz os dois jogos decisivos que valem o título estadual.

Paulo Foiani, que viralizou nas redes sociais comemorando a vitória sobre o Fortaleza, falou sobre a expectativa para os confrontos da grande final. Sem o peso de oito jogos sem vencer, o treinador demonstrou confiança na conquista do tetracampeonato.

“Queremos ser campeões, mas, para isso acontecer, nós temos que passar pelo Botafogo-PB. São mais 180 minutos, jogando diante do nosso torcedor em casa e depois definindo lá em João Pessoa. É uma decisão muito aberta. Eu tenho certeza que nós vamos fazer duas grandes partidas. Lutaremos para vencer a todo custo”, comentou.

Embalado pela vitória contra o Fortaleza, pela Copa do Nordeste, o Dino, agora, tenta voltar a vencer no Campeonato Paraibano. No Estadual, a última vitória foi contra o Nacional de Patos, na sétima rodada da fase classificatória, quando

ganhou por 3 a 0. Nos quatro jogos seguintes, teve três empates e uma derrota. Na semifinal, avançou após dois empates e triunfo nos pênaltis, por 4 a 3, contra o Serra Branca.

O resultado no Nordeste foi importante porque faz o Sousa chegar menos pressionado à decisão contra o Belo. Caso não tivesse vencido, seriam nove partidas sem vitórias. Para voltar a vencer também pelo Campeonato Paraibano, o Dino aposta na força dos jogos no Marizão. Pelo Estadual, o clube só perdeu uma partida como mandante, justamente para o Botafogo-PB, na última rodada da fase classificatória, jogando com um time reserva. Na campanha em casa, o clube tem ainda quatro vitórias e um empate.

Botafogo-PB

O Botafogo-PB terá mais uma chance de quebrar um jejum que dura cinco temporadas. A equipe não conquista o Campeonato Paraibano desde 2019. Após o clube ter se tornado do SAF, tanto dirigentes como jogadores e comissão técnica ressaltaram em entrevistas que o título pode ser um divisor de águas para a conquista dos demais objetivos; por exemplo, o acesso para a Série B. Nos anos de fila, o Belo foi vice-campeão em 2022 e 2024.

O Belo vive seu melhor momento na temporada. Após a

chegada de Alexandre Gallo e um pacote de contratações, o Botafogo-PB avançou em duas fases da Copa do Brasil e tomou do Sousa a melhor campanha do Campeonato Paraibano. São sete jogos de invencibilidade, contando as partidas pelo Estadual e pelo torneio mata-mata organizado pela CBF.

No período invicto, o Alvinegro venceu Campinense, Piciense, Sousa, Treze e Concórdia-SC, e ainda empatou com o Galo e a Portuguesa-SP. Nos sete jogos, foram 16 gols marcados e quatro sofridos. O bom momento se justifica pela quantidade de reforços trazidos desde meados de fevereiro; 12 atletas foram anunciados e já entraram em campo, sem contar algumas peças que chegaram, mas não podem mais atuar no Estadual.

Para a Rádio Tabajara, João Burse falou sobre o comportamento de sua equipe atuando fora de casa no jogo de ida, sabendo que terá a partida de volta no Almeidão. “Sabemos que vai ser um jogo muito difícil. Eles são fortes jogando em casa, mas a gente tem que pensar no nosso trabalho, na nossa evolução como time. O Botafogo-PB sempre vai entrar em qualquer jogo para vencer”, afirmou o treinador.

Retrospecto

Conforme Raimundo Nóbrega, pesquisador da história do Botafogo-PB, Dino e Belo es-

tiveram frente a frente em 105 oportunidades. O Alvinegro tem 51 vitórias, o Sousa tem 27 triunfos, e ainda ocorreram 27 empates. O primeiro jogo foi realizado no Estádio Almeidão, em 26 de julho de 1992, há 32 anos, pelo Campeonato Paraibano, com o clube pessoense vencendo por 2 a 1, com gols de Agnaldo e Doda; Edilson descontou para o Alviverde.

Nos últimos cinco jogos, há um grande equilíbrio, contabilizando-se uma vitória para cada time, além de três empates. A partida mais recente registra a única derrota do Sousa no Campeonato Paraibano 2025. Pela nona rodada, o Botafogo-PB venceu por 2 a 1 no Marizão. Guilherme Santos e Henrique Dourado marcaram os gols do Belo, e Bruno Matos, de pênalti, marcou o tento solitário do Dino.

Decisão de 2024

Na primeira partida da final do Campeonato Paraibano de 2024, Sousa e Botafogo-PB fizeram um jogo sem gols no Marizão. As equipes pouco construíram, e a marcação se sobressaiu em relação à criação de jogadas.

Com o empate na ida, o segundo jogo foi mais aberto, mas com poucas finalizações certas. No fim, o campeão foi decidido nos pênaltis após mais um empate, agora por 1 a 1, no tempo normal. Diego Ceará fez o gol do Dino, enquanto que Bruno

Leite, do lado do Belo, deixou tudo igual.

Nas penalidades, Bruno Fuso defendeu a cobrança de Wendel Lomar, e Pipico isolou sua batida. Como o Sousa acertou todas as suas cobranças, venceu por 4 a 3 e acabou sendo tricampeão paraibano depois de ser vice em 2012, 2021 e 2023.

Arbitragem

A final do Paraibano terá arbitragem de fora do estado. Toda a equipe faz parte do quadro da Fifa. Raphael Claus (Fifa-SP) apita a primeira partida da decisão. Danilo Manis (Fifa-SP), e Fabrini Bevilacqua Costa (Fifa-SP) são os assistentes. Edna Alves (Fifa-SP) será a quarta árbitra. O confronto também contará com o auxílio do árbitro de vídeo, que terá Daniel Nobre Bins (Fifa-RS) no comando.

Ingressos

Os ingressos para a primeira partida da grande final do Paraibano 2025 estão disponíveis no aplicativo Sousa Esporte Clube e na DinoStore. As entradas para visitante acontecem presencialmente, nas bilheterias do Marizão. Os bilhetes têm os seguintes valores: Arquibancada, R\$ 40 (inteira) e R\$ 20 (meia); Cadeiras, R\$ 100 (inteira) e R\$ 50 (meia); Visitante, R\$ 60 (inteira) e R\$ 30 (meia). Crianças com até 11 anos não pagam ingresso, mediante apresentação de documento oficial.

COPA JOÃO PESSOA

Competição vai acontecer em agosto

Premiação dobra, e Prefeitura vai pagar R\$ 52 mil, sendo R\$ 26 mil para o masculino e o mesmo valor para o feminino

A Copa João Pessoa de Futebol Amador só vai começar em agosto. O anúncio foi feito pelo secretário de Juventude, Esporte e Recreação, Zezinho Botafogo, e com premiação igual tanto para o masculino como para o feminino. O retardamento da competição acontece em função dos melhoramentos que estão sendo introduzidos pela Prefeitura de João Pessoa no Estádio Leonardo da Silveira, que tem previsão de entrega para o fim de julho ou o começo de agosto. No início da semana, o secretário reuniu, no auditório da Câmara Municipal, representantes dos times com o objetivo de traçar as diretrizes do modelo de disputa e a premiação em dinheiro do primeiro ao terceiro lugar. No total, serão pagos R\$ 52 mil nos dois naipes, um aumento de 100% em relação à disputa do ano passado.

“Tivemos uma reunião muito produtiva com os representantes dos bairros, onde recebemos várias sugestões valiosas. Juntos, tomamos uma decisão importante e estamos trabalhando em outras melhorias para finalizar o regulamento e oferecer um excelente evento para a cidade. Gostaria de agradecer a todos que compareceram por depositar confiança na nossa gestão, apoiar o trabalho da secretaria e contribuir para construir uma João Pessoa cada vez melhor para todos os esportes”, comentou Zezinho Botafogo, secretário de Juventude, Esporte e Recreação.



Representantes dos bairros marcaram presença na reunião com o secretário Zezinho Botafogo para debater a realização da Copa João Pessoa

Serão 64 equipes no masculino, e a expectativa é de 12 equipes no feminino. Além da premiação igual para os dois gêneros, os prêmios serão distribuídos da seguinte forma: R\$ 14 mil para o campeão, R\$ 8 mil para o vice-campeão e R\$ 4 mil para o terceiro colocado, totalizando R\$ 26 mil para cada categoria.

Além disso, todas as equipes receberão padrão de jogo, bolas, e os três primeiros colocados receberão medalhas e troféus. Durante a reunião,

foi estabelecido que a 16ª edição da competição começará em agosto. Além disso, a secretaria se comprometeu a oferecer maior apoio para promover o esporte amador na cidade, como explica o secretário-executivo Juliano Sucupira: “Foi muito proveitosa essa primeira reunião. Em conjunto, após um planejamento detalhado com toda a equipe técnica envolvida, decidimos adiar o início do evento, previsto inicialmente para o primeiro semestre, para o início do segundo se-

mestre, permitindo assim a implementação de melhorias”, explicou.

A decisão foi bem recebida pelos coordenadores. Para Roberto Gomes, de Mangabeira IV, a expectativa é alta entre os times, que buscam se preparar para a disputa. “A gestão nos mostrou um olhar diferente, o que é fundamental para nos organizarmos melhor e, principalmente, ter tempo para deixar os campos em melhores condições”, destacou.

Além da Graça, pode-

rão ser utilizados o estádio Wilson Leite Braga (Wilsão) e o Centro de Treinamento Ivan Tomaz (Tomazão). E os uniformes (camisa, calção e meião) serão cedidos pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, por meio da Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação (Sejer). O formato da competição será eliminatório.

Com a organização da Prefeitura de João Pessoa, por meio da Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação, a Copa João Pessoa de Futebol reforça o papel

no incentivo ao esporte local, onde proporciona oportunidades para atletas e movimentam as comunidades envolvidas.

Contribuição social

Como parte do compromisso da Copa João Pessoa de Futebol com a comunidade, cada atleta e membro da comissão técnica fez a doação de 2 kg de alimentos não perecíveis. Esses alimentos serão destinados ao banco de alimentos da Prefeitura de João Pessoa.

CENTRO DE CONVENÇÕES

Zico será um dos palestrantes do Congresso Paraibano de Gestão Municipal, em abril

Um dos mais renomados jogadores do futebol brasileiro, Arthur Antunes Coimbra, o Zico, será atração no II Congresso Para-

bano de Gestão Municipal, de 2 a 4 de abril, na cidade de João Pessoa, evento que será realizado no Centro de Convenções e reuni-

rá prefeitos, prefeitas, secretários, assessores e demais gestores municipais da Paraíba. O encontro, promovido pela Federação das As-

sociações de Municípios da Paraíba (Famup), tem como objetivo debater desafios e apresentar soluções inovadoras para a administração pública.

A programação contará com palestras, painéis, exposições, oficinas, feiras dos municípios, atrações culturais e diálogos com órgãos de controle, proporcionando um espaço de aprendizado e troca de experiências entre os participantes.

Presença especial de Zico

Um dos grandes destaques do evento será a presença do ex-jogador Zico, um dos maiores ídolos da história do futebol brasileiro. O ex-atleta ministrará uma palestra especial para os participantes do congresso, trazendo sua experiência de liderança e motivação, traçando paralelos entre o esporte e a gestão pública.

Os interessados já podem garantir presença no evento por meio do site www.confep.com. O II Confep se consolida como um espaço essencial para o fortalecimento do municipalismo, promovendo discussões relevantes para o desenvolvimento das cidades paraibanas.

FÓRMULA 1

Bortoleto espera melhor desempenho na China

O torcedor amante de velocidade e da Fórmula 1 vai ter novamente que acordar mais cedo hoje para assistir à segunda prova da temporada pela Band — a primeira foi no último dia 16, na Austrália —, agora no Circuito Internacional de Xangai, a partir das 4h — horário de Brasília —, e torcer por um melhor desempenho do brasileiro Gabriel Bortoleto, que fez sua estreia em Melbourne e não conquistou pontos no campeonato de pilotos. A China pode ser uma oportunidade para o brasileiro reverter o cenário, pois o Brasil já teve bons resultados na prova. Outras disputas prometem no pelotão da frente, com Mc Laren, líder do campeonato, Red Bull, Mercedes e Ferrari.

Desde 2004, alguns brasileiros deixaram sua marca no GP da China. O primeiro GP da China foi disputado em 26 de setembro de 2004. Na classificação, Rubens Barrichello conquistou a *pole position* com 0s166 de vantagem sobre Kimi Raikkonen e 0s283 à frente de

Jenson Button. Michael Schumacher largou na 19ª posição, sua pior desde a estreia na Fórmula 1, em 1991.

Na corrida, Rubinho controlou a prova desde os primeiros metros. O brasileiro fez uma largada perfeita e não deu chances a Raikkonen. Button caiu para quinto, atrás de Fernando Alonso e Felipe Massa.

Barrichello manteve o ritmo impecável e a liderança após três paradas nos boxes. Ao fim, o brasileiro recebeu a bandeirada com 1s035 de vantagem sobre Jenson Button, que fez apenas dois *pit stops* e cruzou a linha de chegada 0s4 atrás de Räikkönen. Schumacher terminou em 12º. Essa foi a última vitória de Barrichello como piloto da Ferrari.

A terceira edição do GP da China, em 2007, teve a presença do Brasil no pódio. Felipe Massa conquistou o terceiro lugar e completou a dobradinha da Ferrari com Kimi Raikkonen, que fez uma corrida espetacular.



A Mc Laren venceu a primeira prova da temporada

Foto: Gilvan de Souza/Flamengo



O troféu do campeão carioca levou o nome de Zico, que fez a entrega ao Flamengo

MUNDIAL DE CLUBES

Flamengo mais forte com Filipe Luís

Técnico é um dos remanescentes da geração de 2019, que transformou a história de um clube cada vez mais vencedor

Bruno Henrique, Gerson, De Arrascaeta e o técnico Filipe Luís. O que o quarteto de ídolos do Flamengo tem em comum? Eles são os únicos remanescentes da mágica geração de 2019, que mudou a história rubro-negra para sempre.

Ao lado de jogadores consagrados, como Diego Alves, Rafinha, Diego Ribas e Gabriel Barbosa, eles formaram o time que conquistou, no mesmo ano, a Copa Libertadores e o Brasileirão, abrindo as portas para uma era vitoriosa que se estende até os dias de hoje — e que pode ter um novo capítulo no Mundial de Clubes da Fifa 2025.

A conquista do Campeonato Carioca derrotando o Fluminense — mais um representante brasileiro no Mundial — já foi a segunda em 2025, depois da Supercopa Rei, em fevereiro.

Antes de 2019, o Fla estava havia 38 anos sem ser campeão do principal torneio da América do Sul e havia uma década sem ser campeão brasileiro. Mas como explicar a mudança que levou um time em jejum a enfileirar taças? Para Filipe Luís, com a visão de quem participa desse renascimento dentro e fora das quatro linhas, tudo passa pela organização.

“O Flamengo deu um salto muito grande depois que se reorganizou financeiramente”, explicou à Fifa Filipe Luís, que chegou ao Mengo ainda como jogador no meio daquela temporada.

“É um clube que está saudável. Tem os objetivos claros também. E aí se reforçou muito bem, tem um planejamento claro de onde quer chegar. E essa organização interna faz com que tudo seja mais fácil para trabalhar”.

A linha do tempo até 2019

Quem vê hoje um Flamengo com aquele que provavelmente é o melhor elenco do futebol sul-americano, com imenso poderio financeiro, pode pensar que essa foi sempre a realidade. Mas, nas últimas duas décadas, o clube passou por anos difíceis e teve que “cortar na carne” para conseguir se transformar numa superpotência que gera lucros e retribui todo a paixão da chamada “Nação Rubro-Negra”.

No início de 2013, por exemplo, o atacante Vagner Love foi devolvido ao CSKA Moscou porque o Fla se declarou incapaz de arcar com as dívidas contraídas em sua contratação. Ainda que impopular à época, a decisão foi um marco da rigidez da nova política de austeridade.

O time passou alguns anos longe das decisões que costumavam lotar o Maracanã. Até que a roda começou a girar. Em 2016, num primeiro indício de potencial para retomada, veio a contratação de Diego Ribas. Daquele ano em diante, o Rubro-Negro nunca mais ficou fora da Libertadores.

Ao mesmo tempo, o Fla introduzia no elenco principal dois de seus talentos mais promissores das categorias de base: Vinicius Júnior e Lucas Paquetá. Negociada com Real Madrid

Foto: Paula Reis/Flamengo



Depois do sucesso como jogador na geração de 2019, Felipe Luís assumiu o comando técnico e já contabiliza mais títulos no clube que derrotas

e Milan, respectivamente, por valor somado de mais de 80 milhões de euros, a dupla ajudou indiretamente na montagem de um esquadrao.

O ano dourado

O Flamengo foi ao mercado de forma agressiva no início de 2019, tirando destques de seus concorrentes internos. Do Santos, vieram Gabriel Barbosa e Bruno Henrique. Do Cruzeiro, veio a contratação de Giorgian De Arrascaeta. Do São Paulo, chegou o zagueiro Rodrigo Caio.

Os novos reforços, somados a uma espinha dorsal que já contava com o goleiro Diego Alves, o volante Willian Arão e os meias Diego Ribas e Everton Ribeiro, ajudaram o Flamengo a conquistar o Campeonato Carioca de 2019, o título inicial dessa geração.

Na Libertadores, porém, o time sofreu até o último minuto da fase de grupos

para se garantir nas oitavas de final. A oscilação resultou na demissão do técnico Abel Braga e em mais um esforço no mercado. Primeiro, para contratar um técnico: o português Jorge Jesus. Depois, para contratar os laterais Rafinha e Filipe Luís, o zagueiro espanhol Pablo Mari e o polivalente meio-campista Gerson.

Com a pausa na temporada brasileira para a disputa da Copa América, o Mister teve tempo para trabalhar com os jogadores em uma espécie de intertemporada, e o Flamengo voltou a todo vapor. Da estreia de Jorge Jesus até a sua saída para o Benfica, no meio de 2020, foram cinco títulos e apenas quatro derrotas (uma delas na prorrogação).

O grupo, que ficou conhecido como “curingas do Flamengo”, fez uma campanha recorde no Brasileirão e conquistou a Libertadores pela primeira vez desde 1981. Era

a concretização do sonho que começou a virar realidade no início da reestruturação rubro-negra.

Construção de história

“Primeiramente, tenho que deixar meus parabéns a todos os envolvidos que estavam nesse grupo. Cada ano, cada grupo é diferente um do outro. Cada grupo tenta construir uma história. Espero que a gente possa construir a nossa história da melhor maneira possível”, afirmou à Fifa o lateral Alex Sandro.

Jogadores saíram e chegaram desde 2019, mas as conquistas não pararam. No ano seguinte, o Rubro-Negro venceu a Supercopa do Brasil, a Recopa Sul-Americana e o Campeonato Carioca, ainda sob o comando de Jorge Jesus. No fim da temporada, Rogério Ceni conduziu a equipe ao bicampeonato do Brasileirão.

O Flamengo foi se adap-

tando de temporada para temporada, mas mantendo o DNA vencedor. O próprio Gerson chegou a ficar um ano e meio (entre 2021 e 2023) longe do clube, quando foi vendido e depois recomprado junto ao Olympique de Marseille, da França. Em 2022, o Flamengo voltou a conquistar a Libertadores, título que lhe assegurou uma vaga no Mundial de Clubes.

Ao todo, foram 15 troféus, que fazem de Bruno Henrique e Arrascaeta os maiores campeões da história do clube. Mas ainda falta a eles um título em nível global para o time, que conquistou a Copa Intercontinental de 1981, contra o Liverpool.

Em 2019, o Fla teve a chance de se sagrar campeão mundial no antigo formato da competição. Mas, em um reencontro com os Reds, os cariocas acabaram superados por 1 a 0, com gol de Roberto Firmino, na prorrogação. Na edição de 2022 do torneio, o

Flamengo perdeu por 3 a 2 para o Al-Hilal na semifinal e terminou em terceiro, após vitória sobre o Al-Ahly.

Nos Estados Unidos, a geração de 2019 terá mais uma oportunidade para provar, em nível global, que a era de vitórias ainda não acabou. No Grupo D — ao lado de Chelsea, Espérance e uma terceira equipe ainda não definida que substituirá o León, excluído da competição —, o Flamengo quer levar seu poderio continental para o resto do mundo. É mais uma chance para esse núcleo de jogadores mudar a história do clube. Não seria a primeira vez que isso acontece.

“Obviamente que a gente não quer ser esse grupo de 2019. Nós também queremos nossas conquistas. Agora, se nossas conquistas serão menos ou mais, o futuro dirá”, disse Alex Sandro. “Mas tenho certeza de que este grupo [atual] está bem empenhado para fazer história”.

Foto: Divulgação/Flamengo



Filipe Luís sempre participa do aquecimento com os jogadores durante os treinamentos

MATHEUS CUNHA

Retorno à Seleção bem mais leve

Paraibano vive a melhor fase de sua carreira e já marcou 15 gols na temporada, sendo 13 na Premier League, com mais quatro assistências



O paraibano Matheus Cunha briga pela posse da bola durante jogo contra o Uruguai, pelas Eliminatórias, em outubro de 2023

De volta à Seleção Brasileira, Matheus Cunha vive a melhor temporada de sua carreira. O meio-campista do Wolverhampton, da Inglaterra, marcou 15 gols, 13 na Premier League, e deu quatro assistências em 29 jogos pela equipe inglesa, números que o credenciaram a ter sido chamado pelo treinador Dorival Jr. para os jogos contra Colômbia e Argentina, pelas Eliminatórias para a Copa do Mundo de 2026.

“É sempre um objetivo muito grande voltar para a Seleção, e fico muito feliz de voltar num momento em que estou demonstrando no meu clube muita felicidade e futebol muito bem jogado”, disse, em entrevista à CBF TV.

“Qualquer oportunidade de estar na Seleção Brasileira é muito gratificante. Não tem como chegar aqui e cogitar dar menos de 100%. Aqui você tenta dar até mais do que 100%”, completou.

Sua última convocação foi para a Data Fifa de outubro de 2023, nos compromissos contra Venezuela e Uruguai. Ao todo, disputou 11 partidas pela Seleção.

Trajatória

Antes da equipe inglesa, ele experimentou diversas culturas de futebol. Atuou na base do Coritiba e em seguida se transferiu para o Sion, da Suíça, onde se profissionalizou. De lá, rumou à Alemanha para jogar no Red Bull Leipzig e no Hertha Berlin. Chamou a atenção do espanhol Atlético de Madrid e, depois, foi contratado pelo inglês Wolverhampton. Com tamanha bagagem, ele acredita

que sua trajetória foi determinante para seu crescimento individual.

“Acho que isso [ter jogado em diversos países] contribuiu muito para o momento em que estou. Foram várias culturas envolvidas para tentar criar a minha e foram momentos de muito aprendizado. Chego à Seleção muito mais leve e consciente de quem eu sou e muito grato por tantos clubes e lugares que me ensinaram bastante coisa”, explicou.

Elogios de Dorival

Na convocação, o treinador Dorival Jr. elogiou o jogador de 25 anos: “Ma-

theus vem desenvolvendo já há algum tempo. Vem tendo regularidade e reconhecimento. Todas as observações feitas foram muito positivas em relação às atuações e ao comportamento”.

O camisa 10 do Wolverhampton afirmou ter ficado “lisonjeado” com as palavras do técnico da Amarelinha.

“Fico muito feliz e lisonjeado por todas as palavras dele. Ser elogiado pelo treinador faz com que você fique mais feliz e confiante. No que depender de mim, vou tentar suprir todas essas expectativas e esses elogios dentro de campo vestindo a camisa da Seleção”, disse.

Conexão com o Brasil

Com o sucesso de sua carreira no exterior, as únicas vezes em que Matheus Cunha jogou profissionalmente no Brasil foram com a Amarelinha. E contra a Colômbia, na última quinta-feira (20), na vitória de 2 a 1, entrou no segundo tempo e teve uma boa atuação, bem melhor que João Pedro, o titular, que pouco participou do jogo. Ele diz que jogar na Seleção em casa é diferente.

“É diferente, nunca joguei no Brasil, só joguei aqui com a Seleção. No Coritiba, não era no profissional. O sentimento que tenho pelo torcedor brasileiro é sempre vestindo essa camisa. O brasileiro tem um orgulho muito grande da Seleção. Nos momentos positivos e negativos, sentem como se fosse parte deles”, disse.

Matheus Cunha espera ser aproveitado novamente na próxima terça-feira (25), quando o Brasil enfrenta a Argentina, em Buenos Aires, pela 14ª rodada das Eliminatórias. Apesar da distância de seu país natal, o paraibano se apoia em sua ligação com o Botafogo-PB, clube para o qual torce, para se reconectar com seu país.

“Cresci em João Pessoa, junto com a minha família e meus amigos. Todo o meu entorno é Botafogo da Paraíba, então a gente torce pro Belo desde muito pequeno. Meu pai, quando pode, vai ao Almeida. Quando novo, joguei em Recife, minha mãe é pernambucana, e tenho uma conexão muito grande com os clubes de Recife. Essa parte da minha vida me reconecta e me deixa sempre muito próximo do povo brasileiro”, contou.

Foto: Cristiano Santos/Botafogo



O atacante Matheus Cunha é de João Pessoa e torcedor do Botafogo-PB

Um dos mártires da Confederação do Equador

Conheça o poeta paraibano Nicolau Martins Pereira, que deixou escrito um soneto, pouco antes da sua execução

Josemir Camilo de Melo
Especial para A União

Permanece silenciado o único mártir político paraibano, Nicolau Martins Pereira, executado devido à sua participação na Confederação do Equador, de 1824. Não marchou léguas, nem chegou a combater no Sertão; seu chão, sim, foi o Recife, como bravo capitão de artilharia do Brum. Aliás, também viveu aquartelado na Corte do Rio de Janeiro. Em 1824, no Forte do Brum, quase só, resistiu aos ataques das tropas imperiais. Conseguindo fugir do cerco dos imperiais, tomou uma canoa e apresentou-se ao general Lima e Silva; este o mandou aguardar, em casa, o andamento da guerra. Logo depois foi preso, julgado e fuzilado, no Recife. Dado a recitar e a escrever poemas, deixou escrito um soneto, pouco antes da sua execução.

Só três autores citam alguma notícia de Nicolau, a começar por Pereira da Costa e seus *Anais Pernambucanos*, que diz ser ele paraibano. João Alcides Bezerra Cavalcanti, paraibano nomeado por Epitácio Pessoa para dirigir o Arquivo Nacional, também o cita em seu texto *A Parahyba na Confederação do Equador*. Disse o antigo sócio do IHGP, Bezerra Cavalcanti, que o papel da Paraíba na Confederação do Equador não deve ser desprezado, por não ter grande número de mártires, mas teve a execução do “bravo” Nicolau Martins Pereira. Recentemente, uma dissertação de mestrado, de Tatiane Maria Barbosa Oliveira, *Abreu e Lima, o escritor público: estudo e antologia* (2018), faz referência a Nicolau, na Corte.

Sua curta história é um tanto confusa devido à desinformação acerca da época de sua prisão, julgamento e morte por tiros de arcabuz, em paredão, pois alguém, posteriormente, acrescentou a seu nome, o apelido de “Carne-Viva”. Essa alcunha pertencia a outro militar da mesma arma, mas de patente acima: o subcomandante do regimento de artilharia, major Wenceslau (sic) Miguel Soares Carneviva. Nicolau era capitão de artilharia.

Há um manuscrito da Biblioteca Nacional, intitulado *Pernambuco, 1824*, no qual não se deve acreditar tanto, por ser apócrifo, mas que descreve o depoimento de Nicolau. Essa desconfiança vem da própria escrituração do texto, quando cita o executor da pena de morte, major José Joaquim Coelho, que o documento coloca entre parênteses e aspas — “depois Barão da Vitória”. Esse baronato só foi concedido por volta de 1870; logo, o escritor não é contemporâneo aos fatos descritos e pôde ter sido traído pela memória de “Carne-Viva”.

O funcionário que registrou (ou copiou) essa execução, escreveu fora do texto e um pouco acima do título do manuscrito “Wenceslão”, sublinhando o nome “Nicolau”, e, logo depois da abertura, “Capitão d’Art^a (artilharia) Nicoláo (Carne Viva)”. Não satisfeito, voltou a “corrigir” o Nicolau do primeiro verso “Não tenhas Nicoláo menos saudade”, perguntando-se, ao lado: “ou Wences-

láo?”. Ainda, no fim do soneto, deixou a seguinte observação: “Wenceslão antes de morrer pediu que encobrissem de sua velha mãe (moradora no interior da província — parênteses no original) a sua desgraçada sorte”.

O que comprova que Nicolau não era Wenceslau, como também aparece em documentos impressos, é que outros textos da época listam os dois militares da artilharia, com patentes diferentes.

Para desvendar a confusão do uso do sobrenome Carneviva, a partir do qual se confundia Nicolau com Wenceslau — este, sim, tinha o apelido de Carneviva—, e tratava-se de duas pessoas distintas. Para comprovar isso, encontramos os dois militares participando de uma sessão do Grande Conselho de Pernambuco, de 6 de maio de 1824, sobre atacar ou não Alagoas. O conselho decidiu que sim, contando com votos favoráveis de Frei Caneca e daqueles dois militares em questão, que assinaram a ata: Nicoláo (sic) Martins Pereira, ajudante de artilharia miliciano, e Wenceslão (sic) Miguel Soares Carneviva, major e comandante interino do regimento de artilharia. Frei Caneca e Wenceslau eram amigos, a ponto de o militar hospedar o frade, em Olinda, quando fugitivo político, em setembro de 1824, antes de o frade se passar para Goiana, em busca da Paraíba.

Uma lista da Sociedade Patriótica Harmonizadora (por volta de 1831) para ajudar os filhos dos patriotas ou liberais que morreram em 1817 e em 1824, mostra que Wenceslau deixou mulher e filhos. Nicolau é citado, mas nada se diz sobre esposa e descendentes. Se levarmos em contar que o condenado pedira que sua mãe, e não esposa e filhos, não soubesse de sua sina, entende-se que fosse solteiro. Também acredito que não era casado nem deixou filho, porque essa mesma fonte aponta a ajuda que a sociedade estava dando aos filhos de Frei Caneca e até a seu pai, que ainda vivia.

Há, ainda, uma história anterior de Nicolau, por meio de outro manuscrito anônimo, da mesma biblioteca, em que se narra a sua sagacidade, quando assentava praça, na Corte. Essa novidade nos vem de Tatiane Maria Barbosa Oliveira, ao analisar os escritos do general Abreu e Lima. A autora cita um manuscrito em que esse autor descreveu os passos dos condenados da Confederação do Equador, narrando a execução de vários liberais, entre eles, Nicolau. Dois anos antes, no dia 12 de abril, segundo a autora, Nicolau “tinha no Rio de Janeiro, em 1822, salvo a vida do mesmo imperador, na ocasião em que o comandante português, encarregado de conduzir D. Pedro de volta a Lisboa, Jorge de Avilez resistia impugnando sair daquela praça a tropa lusitana”. Vejamos este registro acerca da atitude de heroísmo de Nicolao (sic):

“(…) na ocasião em que as tropas portuguesas pegaram em armas nesta corte, para obrigarem o Sr. D. Pedro, então príncipe regente, a embarcar para Portugal, achando-se o dito Nicolao na corte, como sargento de uma companhia de artilharia de Pernambuco que aqui se achava, tendo-se vestido de galé (prisioneiro obrigado a trabalhos forçados) figurando [fingindo] de conduzir água para o arsenal do exército, a fim de trazer para o acampamento da tropa brasi-

SOBRE OS SONETOS

O soneto abaixo, Nicolau Martins Pereira o recitou pouco antes da execução, demonstrando que, mesmo na prisão, não se deixava abater. Como era dado a declamar seus sonetos, embora pouco clássicos, isso demonstra um certo grau de educação.

*Não tenhas Nicolás (?) menor saudade
Desta vida deixar na flor dos anos,
Heróis houveram gregos e romanos
Que, entretanto, fizeram por vontade.*

*Catão, antes que perca a liberdade
Em si crava o punhal, previne danos.
Sócrates, desprezando seus tiranos
Bebe cicuta e voa à eternidade.*

*O heroísmo é virtude requintada
Que pelo extremo oposto combatida
Faz preferir à vida, a morte ou nada.*

*É (?) pois, segue a estrada conhecida
Pelos nossos patrícios já trilhada
Que só as almas fracas intimida.*

Pelos elementos da trama, percebe-se que fora louvado por outro grande patriota de 1817 e de 1824, o padre confederado goianense João Barbosa Cordeiro, ex-secretário da Junta Provisória da Paraíba. O sacerdote deve ter tido acesso a esse poema de Nicolau e parece ter-lhe retribuído com um soneto impresso (ainda não foi possível desvendar o motivo e o ano da publicação do soneto do padre Barbosa, que possui alguns indícios de um diálogo poético com o Nicolau):

*Quarenta e duas vezes acusado
Foi o grande Catão, grande em virtude
Por sentença a beber letal cicuta
Foi Sócrates prudente — condenado.*

*Milcíades, herói sempre lembrado,
Em ferros expirou!... Oh! Sorte rude!
Jesus, filho de um Deus, que não se ilude,
Numa cruz como um réu foi pendurado!*

*Neste quadro fiel, que ao mundo ostento,
Verá quem refletir que prêmio alcança
A virtude, a razão, merecimento.*

*De retorno do bem que é da esperança?
Valor, Gênios sublimes, sofrimento!
Recompensa eternal, Deus afiança.*

leira dentro da pipa, as munições que lhe faltavam, e passando pela frente da divisão portuguesa, postada no Largo do Moura, estratégia que não teve efeito, por que o diretor do Arsenal Brigadeiro Raposo, se havia bandeado para a divisão portuguesa, escapando Nicolao pelas diligências do vice-diretor, o capitão José de Meneses”.

Segundo a coleção de documentos *Publicações do Arquivo Nacional*, V. XXIII, 1925, o único registro do nome de Nicolau em documentos paraibanos que encontrei foi a Ata do Conselho Extraordinário dos confederados, de 23 de julho de 1824. Tratava-se de um Conselho Mi-

litar das tropas paraibanas e pernambucanas contra os presidentes nomeados das duas províncias, por D. Pedro, e contra o fechamento da Assembleia Constituinte, no Rio de Janeiro, ato ditatorial do imperador português. Estes dois fatos foram os gatilhos da Confederação do Equador. Esse conselho militar realizou-se no acampamento de Feira Velha (Pedras de Fogo), onde se achava estacionado o governo temporário da província da Paraíba do Norte, sob o comando do paraibano Félix Antônio Ferreira de Albuquerque (natural da vila do Pilar), com toda a força auxiliadora pernambucana. Ali, Nicolau fazia parte do 16º batalhão pernambucano sediado, parcialmente, em Goiana e em Serrinha (Juripiranga). Talvez, representasse o batalhão de artilharia do Brum, no Recife, em Feira Velha, por ordem do seu superior, o major José Maria Idelfonso Jácome da Veiga Pessoa, comandante daquela fortaleza, também natural do Pilar.

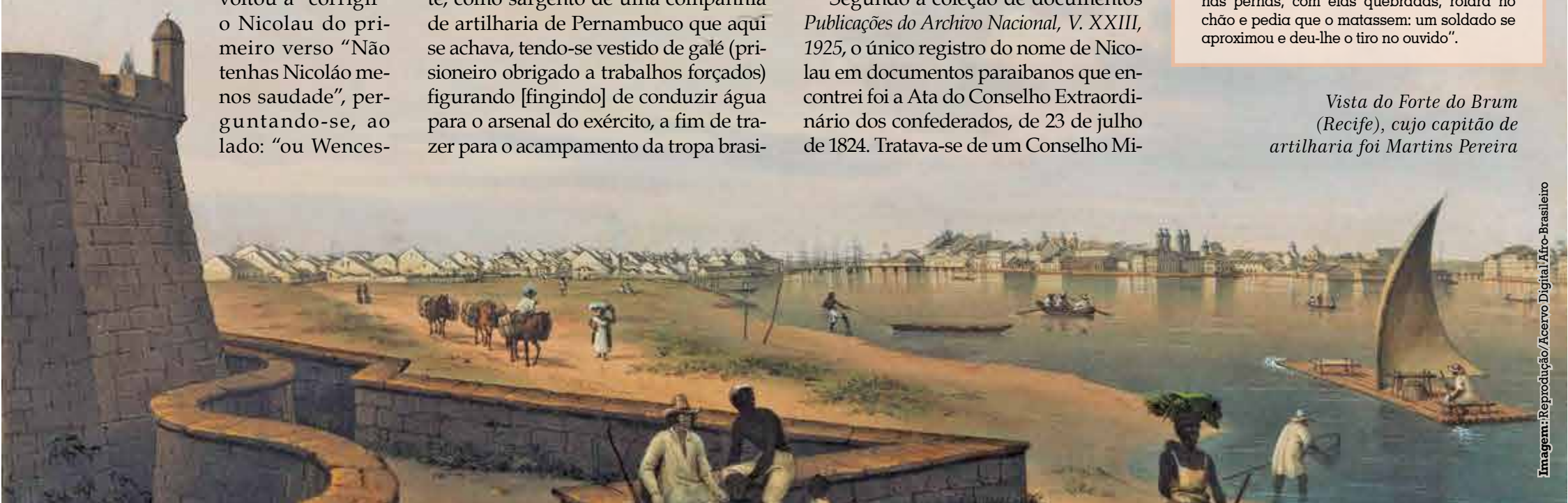
O restante da história de vida de Nicolau Martins Pereira talvez nunca se venha a levantar, pois não parece ter ele deixado registros de próprio punho. De qualquer maneira, Nicolau parecia não só ter consciência de seus atos, como de registrar suas emoções em versos. Ele, quando retido no Oratório, na antiga cadeia de Pernambuco, onde hoje é o Arquivo Público, lugar de reclusão antes do suplício, fez muitos sonetos, que distribuiu com os amigos que o iam visitar e despedir-se.

DESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO, SEGUNDO O DOCUMENTO DA BIBLIOTECA NACIONAL

Era 2 de abril de 1825, 63 dias depois do fuzilamento de Frei Caneca. A “Besta Fera” continuava solta na Corte do Rio de Janeiro, apesar do decreto imperial de 7 de março de 1825, que anistia os não pronunciados.

■ “Capitão de artilharia Nicolau (Carne-Viva). Nomeado pelo governo da Confederação (do Equador) comandante do Forte do Brum, quando atacado pelas forças legais, resistiu com grande valor, e mesmo depois de ter a guarnição debandado, continuou o fogo, que não podendo ser animado, permitiu a invasão do forte. Nicolau Carne-viva então fugiu pela praia embarcou em uma canoa e foi se entregar ao general Francisco Lima e Silva. Este mandou que ele se recolhesse a sua casa, onde permaneceu, sem querer fugir, até que a revolta foi sufocada. Foi então preso e processado. Condenado à morte foi executado com mais dois camaradas, o capitão Antônio do Monte Rodrigues e um americano por nome Diogo (nome de James Rodgers, convertido ao catolicismo pouco antes de ser executado). Foram os três fuzilados. Nicolau depois das manobras com a escolta encarregada da execução que estava ao mando do major José Joaquim Coelho (“depois Barão da Vitória”) para colocar mais perto e de maneira que não ofendesse o povo, fez uma fala, mostrando aos seus companheiros que havia sido enganado, que entrara na revolução para defender ao Imperador, a que só depois foi que descobriu o engano e já não havia que retroceder, que necessitasse a sua sorte como exemplo, e virando-se para a escolta pediu que lhe despessem a carga aos peitos e cabeça. Deu ele mesmo as vezes de carregar, apontar, e sem lenço (venda) assumiu o lugar da voz de fogo. Este infeliz só recebeu os ferimentos nas pernas, com elas quebradas, rolara no chão e pedia que o matassem: um soldado se aproximou e deu-lhe o tiro no ouvido”.

Vista do Forte do Brum (Recife), cujo capitão de artilharia foi Martins Pereira



Enoque Pelágio

O “Homem da verdade” do radialismo paraibano

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

Crimes e mortes são presenças constantes nos noticiários. Segundo o pesquisador e professor de Jornalismo Nelson Traquina, referência quando o assunto são os chamados valores-notícias, “onde há morte, há jornalista”. Na história do jornalismo policial paraibano, um nome que não pode deixar de ser mencionado é o de Enoque Pelágio, pernambucano que fez carreira nas emissoras de rádio de João Pessoa, com programas que, se por um lado podem ser questionados quanto ao cumprimento de certos princípios da profissão, por outro se mantiveram como campeões de audiência e conquistaram o apreço do público.

Enoque Pelágio ganhou espaço na Rádio Arapuan quando foi convidado para ser “catador” das notícias policiais, que eram lidas pelo apresentador Geraldo Luiz, mas já havia passado pela Rádio Tabajara, de onde foi demitido porque, num dos programas, pronunciou o nome de Ray Conniff da mesma forma como estava escrito.

De repórter de porta de cadeia, passou a comandar seu próprio programa, *Eu sou eu e o povo é o povo*, no qual, com estilo próprio e contundente ao microfone, conseguiu alcançar altos índices de audiência e se destacar como um dos radialistas mais populares do gênero. A vinheta de abertura do programa traduzia, de cara, um pouco do perfil do apresentador, ao tocar o trecho da música de Nilton César, que dizia: “Eu sou eu, / meu pai que me fez assim. / Quem quiser que me faça outro / se achar que eu sou ruim”.

O “Homem da verdade”, nome dado pelo próprio público, permaneceu no ar por quase três décadas. Por ocasião dos 20

anos de profissão, concedeu entrevista ao jornalista Sebastião Lucena, publicada n’**A União**. Ali, o repórter afirma ter “penado” para encontrar Enoque, devido à intensa rotina de trabalho do radialista. “De manhã, percorre todas as delegacias de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo. Às 10h30, está nos estúdios, gravando o programa das 13h. Ai tem um detalhe: esse programa era apresentado ao vivo, mas, como o homem é muito contundente e não tem papas na língua, se torna alvo fácil para os contrariados e, para evitar ser morto, optou pela gravação. Aliás, tal decisão foi tomada depois que tentaram matá-lo, por duas vezes”, reporta Lucena.

Enoque era incansável na busca de pistas para solucionar crimes, ouvindo testemunhas e fazendo acreações originais ao vivo, em seu programa. Na busca por “furos” jornalísticos, trouxe à tona crimes que chocaram a sociedade pessoense, entre eles o da menina morta, na década de 1960, pela Polícia Mirim, organismo repressivo da época comandado por um padre. Maria de Lourdes, de 14 anos, havia sido denunciada pela patroa sob a acusação de ter roubado uma joia, que depois foi encontrada na própria casa da denunciante. Antes disso, no entanto, a menina foi presa e torturada até a morte pela Polícia Mirim, de modo que o crime só chegou ao conhecimento do público graças às denúncias de Pelágio. A menina passou a ser venerada e ainda hoje seu túmulo, localizado no Cemitério da Boa Sentença, na capital paraibana, continua sendo visitado por fiéis para pedir e agradecer por supostos milagres.

Pelágio apresentou, com Cardivando de Oliveira, o programa *Dramas e Comédias da Cidade*, uma resenha policial que ia ao ar diariamente, no fim da noite, quando a população se preparava para dormir. A forma como as notícias eram da

das, aguçando o suspense com o uso de trilha sonora e de uma locução grave, causava medo em muitos ouvintes, inclusive nas crianças, que já se assombravam com o modo como o nome do programa era anunciado. “O crime não compensa”, dito em voz tenebrosa, era outro bordão frequente que, ainda hoje, permanece na memória de muitos ouvintes da época.

No programa noturno, os casos reais ganhavam ares dramáticos com o uso dos recursos sonoros, nos moldes daquilo que, décadas depois, a televisão exploraria em produções como *Linha Direta* (Rede Globo). Um deles foi o do chamado “Tarado do Compasso”, que, montado numa bicicleta, feria com a ponta de um compasso os glúteos de mulheres, afastando-se rapidamente sem ser notado. Humberto Espinola recorda, em uma de suas crônicas, que os supostos ataques repercutiram em toda a cidade e renderam cerca de 15 programas. “Depois acabou, sem o menor rastro de quem seria o miserável autor daqueles crimes. As más línguas chegaram a dizer, então, que o bandido era o próprio Enoque, cuja bicicleta seria muito parecida com a do malfeitor”, escreveu o advogado.

Em outras ocasiões, os casos se transformavam em personagens assustadores, que passavam a rondar o imaginário dos ouvintes. O irmão de Humberto, o médico e escritor José Mário Espinola, conta, também em crônica, como Enoque Pelágio aproveitou a notícia de um motorista de praça da Lagoa, em João Pessoa, para criar a figura da “Loura da Lagoa”. O taxista tinha dado entrada no pronto-socorro aos gritos, durante a madrugada, dizendo ter transportado uma “alma penada”, mas, na verdade, tudo não passava de uma peça pregada por um passageiro que, ao perceber que o motorista estava dormindo, abriu a porta traseira, indicou o local e bateu a porta sem entrar. O condutor, no entanto, só per

cebeu que não havia ninguém no carro na hora do desembarque e, apavorado, correu para buscar socorro. Daí surgiu a figura da “Loura da Lagoa”, que assombraria os taxistas e, tomando o veículo, costumava pedir para descer em frente ao cemitério, dizendo que morava ali.

“Mas Enoque Pelágio do Carmo não brinda os seus ouvintes apenas com notícias de sangue, morte, assaltos e estupros. Todas as tardes, ao vivo, ele conversa com a empregada doméstica, a operária da fábrica, o trabalhador braçal, o vigia e o desempregado, por telefone, fazendo seu show diário”, informou Lucena em sua reportagem. As músicas procuravam satisfazer o gosto do povo e não da crítica, que as consideravam da ralé. “Ao som de ‘Fusão Preto’ e outras que falam de ‘rodeira’, de ‘dor de cotovelo’, de traição conjugal, de vinganças amorosas, ele consegue embalar seu público, que, pelo menos durante algumas horas da tarde, tem condições de esquecer a canseira proporcionada pelo trabalho pesado e mal remunerado”, continuou Lucena.

O jornalista se referia ao programa *Show da Tarde*, que deixava à mostra outra faceta do radialista, de galante e amorador. É que, segundo Sílvio Caldas, que trabalhou ao lado de Enoque no programa, ele aproveitava para oferecer músicas às muitas namoradas, procurando agradar a todas elas. “Numa música, ele dizia: ‘Essa vai só pra você, gato-na’. Na outra música, ‘Essa vai pra você, dengosa’ (apelido da outra) e por aí vai... e haja músicas de Waldick Soriano, Adilson Ramos, Zé Ribeiro, Carlos Alberto etc.”, revelou o companheiro radialista.

Tudo isso, apesar de os relatos não indicarem muitos atributos de beleza para condizer tantas mulheres. “Enoque Pelágio era feio. Aliás, muito feio. Tinha o queixo grande, os dentes não eram lá essas coisas, andava desengonçado e a fala metia medo”, descreveu Lucena, em seu *blog*. Também

não era rico, mesmo militando na imprensa por tanto tempo e tendo chegado a exercer o cargo de vereador (1973–1977), para o qual foi eleito com uma das votações mais expressivas da capital paraibana. A popularidade, vinda das periferias da cidade, era seu único quinhão, e a ele o povo recorria para fazer queixas até mesmo nos cabaré da cidade.

Na Câmara de Vereadores, ele foi “uma espécie de defensor público contra a criminalidade de qualquer autoria, feito que não se repetiria não por lhe ter esmaecido a antiga chama, mas por faltar ao Pelágio sem *pedigree* a chave do clientelismo”, confidenciou o jornalista Firmo Justino, que o conheceu ainda jovem, quando Enoque era locutor de uma difusora da Ilha do Bispo, em João Pessoa.

Para Justino, o pernambucano tinha tudo para não progredir no radiojornalismo paraibano dos anos 1960, porque os profissionais deviam ser afortunados com uma voz de tons graves e vibrada por impositação e uma fala “mocrônica”. “A voz era de taboca rachada, mas, na convocação e exortação de lideranças sindicais, o locutor suburbano desenvolveu, entremendo a prosódia com tiradas espirituosas de rimas fáceis, ao sabor da Ilha, oferecia-me um exemplo raro de comunicação, no sentido mais técnico da palavra, quase a roubar a cena dos políticos de campanha”, lembrou Firmo, em artigo publicado n’**A União**.

Assim, de contradições e contrastes, o “Homem da verdade” mantinha-se popular. As opiniões firmes e até polêmicas, que iam contra uma elite que não o aceitava, eram também parte da estratégia. Defendia os mais pobres, compartilhando com eles tanto a repulsa ao crime quanto ao criminoso, a ponto de concordar com a tortura de presos, conforme o caso. “Existem elementos que são piores do que animais. Esses merecem apanhar, para apren-

der a respeitar o seu semelhante”, justificou Pelágio ao repórter.

Criticava também, a polícia, que desacreditada pela força dos “marginais”, assim como as autoridades, a quem acusava de coagir os jornalistas policiais a não dizer a verdade. Na edição de **A União**, de 15 julho de 1980, noticia-se um desses embates que o repórter travou com o delegado. “O incidente aconteceu porque o titular de vigilância e costumes impediu que o profissional de imprensa entrevistasse um preso em seu gabinete”, dizia a matéria. O fato motivou Enoque a solicitar providências ao então governador, Tarcísio Buriti.

O rádio estava no sangue de Enoque Pelágio, e este era um sonho cultivado já na infância, quando o menino se utilizava de um bule sem fundo para fazer de corneta e narrar os acontecimentos em sua pequena cidade natal, Timbaúba, Pernambuco. Em João Pessoa, para onde migrou ainda pequeno, trabalhou como locutor de carro de propaganda, fazendo anúncios para as lojas do comércio por alguns trocados e foi também leiturista de medidor, da antiga Central Elétrica da Paraíba. Seus pais, Alcino Pelágio, motorneiro de bonde, e Maria Veríssimo do Carmo, artesã de chapéus de palha e vassouras, conseguiram, com esforço, que o filho concluísse os estudos na Escola Técnica Federal da Paraíba (atual IFPB).

Enoque Pelágio morreu aos 52 anos, em 6 de dezembro de 1986, vítima de um acidente de automóvel. Seu sepultamento gerou grande comção social na história da cidade, sendo comparado por muitos a despedidas como as do médico Napoleão Laureano e do Padre Zé Coutinho. Na edição do dia seguinte, do *Jornal A União*, encontramos títulos como “Paraíba perde maior repórter policial dos últimos tempos” e “Choros e desmaios marcaram o velório ontem, na sede da API”, reatando as homenagens de colegas de profissão, fãs e autoridades ao radialista.

Angélica Lúcio

Entender informações públicas é um direito social dos cidadãos

Nesta semana passada, o Plenário do Senado aprovou o Projeto de Lei nº 6.256/2019, que cria a Política Nacional de Linguagem Simples em órgãos públicos. O PL vale para órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos.

De autoria da deputada federal Érica Kokay (PT-DF), o PL nº 6.256/2019 foi aprovado no Senado, no dia 12 de março e voltou à Câmara dos Deputados, onde aguarda despacho do presidente da Casa. A ideia da proposta é fazer com que os documentos oficiais da União, de estados, municípios e do Distrito Federal tenham uma redação clara e acessível para todos os cidadãos.

A linguagem simples, conforme o projeto aprovado no Senado, deve ser usada, dentre outros, em documentos públicos, ações judiciais, contratos, informes, matérias jornalísticas ou conteúdo de redes sociais. Entre as técnicas previstas, está o uso da ordem direta nas orações. Isso mesmo, se você tem o costume de escrever indo e voltando, com muitas frases intercaladas, esqueça! E adote logo “sujeito + verbo + complemento” em suas frases.

Sabe aquela linguagem rebuscada, cheia de floreios, palavras arcaicas (como nosocômio, destarte, outrossim), termos excessivamente formais? Precisa ser banida dos órgãos públicos, afinal escrever de forma difícil mais confunde e desinforma do que facilita a vida dos cidadãos.



Educadora Heloísa Fischer, uma das especialistas em Linguagem Simples no Brasil

Para a jornalista e educadora Heloísa Fischer, uma das especialistas em Linguagem Simples no Brasil, tal técnica deve seguir sete diretrizes: empatia; hierarquia, palavra conhecida; palavra concreta; frase curta; frase na ordem direta; e diagnóstico.

Na prática, devemos escrever pensando em quem é nosso público.

Conforme Fischer, a linguagem simples é uma causa social e também uma técnica de comunicação. Como causa social, “defende que nós temos o direito

de entender informações que orientam o nosso cotidiano. Como técnica de comunicação, compreende um conjunto de práticas que visam elaborar textos que sejam fáceis de ler”, explica a jornalista em curso disponível de forma gratuita na plataforma da Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

Sobre esse tema, importante destacar os avanços do Judiciário brasileiro. Em dezembro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) anunciaram o Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, durante o 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário, conclamando toda a Justiça para adesão. Na ocasião, o projeto obteve 100% de adesão dos tribunais.

O uso da linguagem simples não apenas facilita o acesso dos cidadãos a serviços públicos como também permite que a população participe de forma mais ativa de questões que interessam a toda a coletividade. Mais: trabalha com o princípio da igualdade de acesso à informação, levando também em consideração que entender as informações públicas é um direito social essencial dos cidadãos. Quem já se deparou com informações de saúde confusas ou regras mal escritas que dificultam o acesso a benefícios da Previdência Social sabe que se comunicar de forma clara pode, de fato, ser questão de vida ou morte.

Tocando em Frente

Pop rock made in Brazil — V

Dentre os artistas — compositores, instrumentistas e intérpretes —, talvez o menos conhecido, porque menos divulgado, dentre os que integravam a lista dos que faziam parte do grupo de cantores que compunham e cantavam em inglês, aqueles que não podiam aparecer nem em capas de discos nem em páginas de revistas da época, figura o nome do guitarrista Carlos Alberto de Souza, o Carlinhos de Souza.

Ele fez parte, como guitarrista e cantor, de vários grupos da época da Jovem Guarda, inclusive do grupo inicial de Erasmo Carlos e de Os Botões (depois The Buttons), de que também fazia parte o Carlão, ou José Carlos Gonsales, este com o nome artístico de Dave MacLean, sobre o qual falaremos em crônica posterior.

O nosso Carlos Alberto (Carlinhos) assumiu o nome artístico de Paul Denver e obteve relativo sucesso, compondo e gravando em inglês, porém, hoje, mesmo na literatura especializada em música, há poucas informações sobre sua trajetória existencial. Sabe-se apenas que sua origem foi o interior paulista, circulou com desenvoltura por São Paulo e Rio, e que nos deixou em maio de 2024.

O seu ingresso no universo pop musical se deu como guitarrista nos grupos citados, mas o seu papel preponderante aconteceu em estúdios onde, como um especialista em técnicas vocais e verbalizações harmônicas — os *backing vocals* —, cuidou dos arranjos de estúdio, os chamados coros de estúdio, para astros da nossa MPB, entre os quais figuram Roberto Carlos, Fábio Jr., Simone, Sérgio Reis e outros...



Paul Denver é o nome artístico de Carlos Alberto de Souza, músico de sucessos como “Rain and Memories” (1975) e “Children” (1976); ele faleceu no ano passado

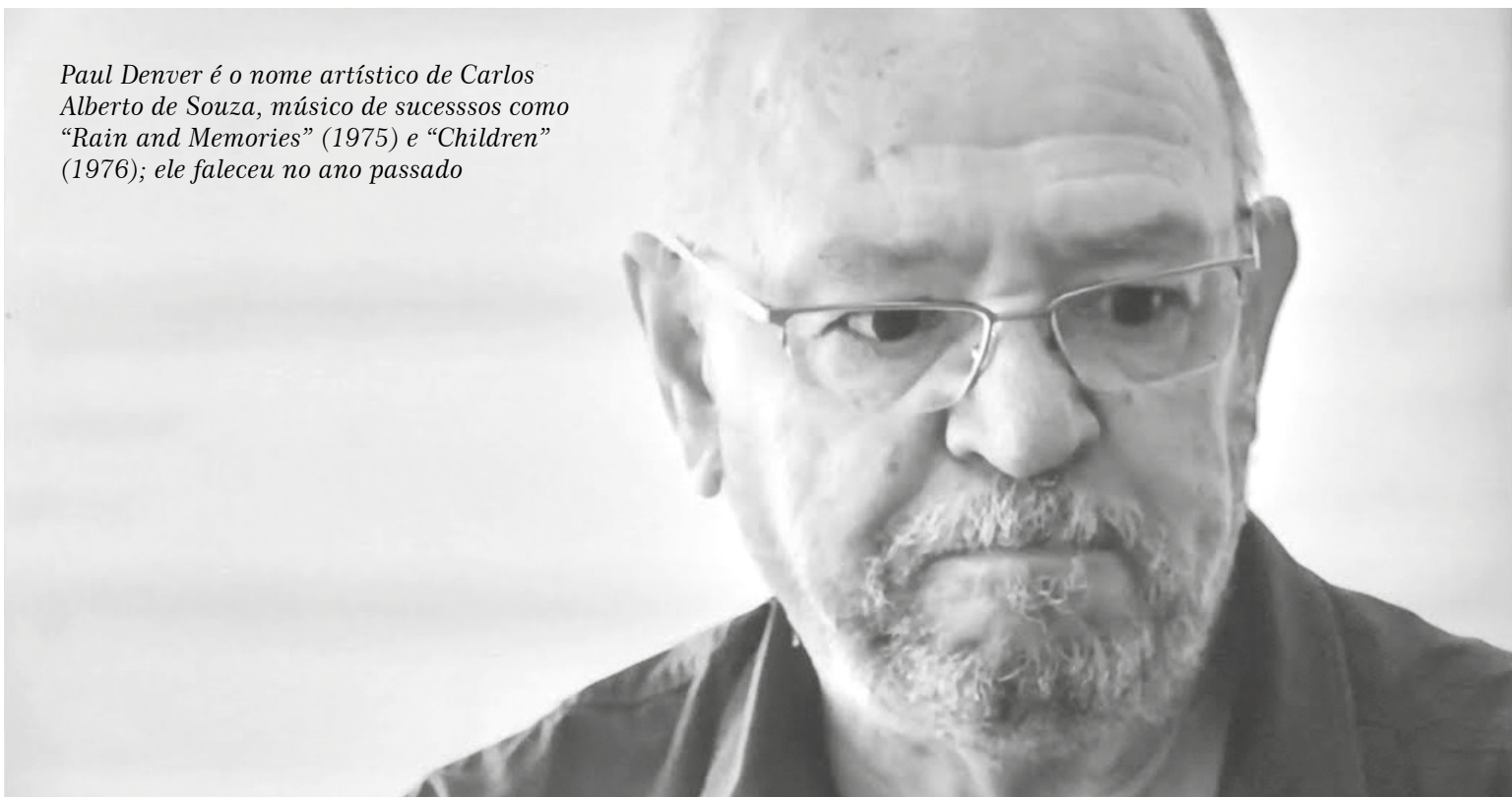


Imagem: Reprodução/YouTube

Comenta-se que o cognome artístico ele tenha buscado em Paul (McCartney), de quem se confessava fã e admirador, combinado com a temática lírica e musical de (John) Denver. A este respeito, talvez haja uma inspiração maior, sobretudo no seu grande sucesso — “Rain and Memories” (de 1975) —, advinda da mesma fonte de John Denver. Explica-se: como em “Fire and Rain” (James Taylor), gravação de John Denver (1971) — bem ao seu estilo de um *pop-folk-world & country*, que alude a imagens deixadas por Chaplin,

quando este proclamou: “I like to walk in the rain / So that no one sees my tears” (“Eu gosto de andar na chuva / para que ninguém veja minhas lágrimas”, em tradução livre), exatamente uma forte ideia que já aparecera na criação de Taylor —, o grande sucesso de Paul Denver segue os mesmos passos. (Eu disse: os mesmos “passos”, nunca que se pense em “plágio”). Embora próximos, são caminhos bem distintos. Observe-se a passagem: “I’ve seen fire and I’ve seen rain” (“Eu já vi fogo e chuva”), de James Taylor.

Já, embora com lírica diversa, John Denver, em “Rhymes and Reasons”, fez referências ao cenário poético e melódico.

Em “Rain and Memories” (1975), Paul Denver retoma o palco lírico e melódico, inspirando sua criação: “I confuse the rain with my memories” (“Confundo a chuva com as minhas lembranças”). Outra criação mais conhecida de Paul Denver foi o “Children” (1976) e uma gravação de “Summer Holiday” (1971/72), criação de Terry Winter (Thomas William Standen).

Feminina *versus* feminista: para além de um duelo

Atualmente, as mulheres travam uma batalha contra as tentativas de desmobilização e ridicularização do movimento, que também busca se reinventar para incluir as diferentes necessidades de cada grupo

Bárbara Wanderley
babiwanderley@gmail.com

Em cerca de dois séculos de luta, o feminismo já alcançou diversos direitos para as mulheres. É graças a ele que hoje as mulheres têm direito ao voto, ao divórcio, ao controle de natalidade, e à propriedade, além de trabalhar fora de casa. Mas se, por um lado, há tantas conquistas a serem celebradas, por outro ainda há tantas outras para alcançar — e há violências e opressões que se repetem ao longo do tempo.

Mesmo as vitórias já alcançadas não estão garantidas. “Basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”, era o que dizia a escritora francesa Simone de Beauvoir, que teve forte contribuição para as teorias do feminismo. Por isso, o movimento segue vivo e necessário.

É importante lembrar, no entanto, que o feminismo é anterior ao nome, uma vez que as mulheres já lutavam pelos seus direitos muito antes de haver essa definição, e mesmo quem não

se autointitula feminista pode estar vivendo de acordo com os preceitos feministas. Basta acreditar na igualdade de direitos entre os sexos.

Além da violência e opressão contra as mulheres, o feminismo atualmente também trava uma batalha contra as tentativas de desmobilização e ridicularização do movimento, que fazem com que muitas mulheres não queiram estar associadas a ele, e teve que se reinventar para incluir mais mulheres, com necessidades diferentes.

Mas, afinal de contas, o feminismo atende quem nos dias de hoje? Será que o movimento realmente consegue promover mudanças estruturais na sociedade ou está sempre nadando na superfície?

O caderno *Pensar*, do Jornal **A União**, conversou com pesquisadoras e feministas sobre as suas vivências, os desafios enfrentados pelo movimento e as particularidades de cada grupo, já que não há homogeneidade. O resultado pode ser conferido nas próximas páginas.



Ilustração: Bruno Chiozzi

Será que o movimento realmente consegue promover mudanças estruturais na sociedade ou está sempre nadando na superfície?

COMPORTAMENTO

Sociedade se baseia em estereótipos?

No Brasil, a cultura do machismo usa os clichês para descredibilizar e desqualificar o movimento feminista

Barbara Wanderley
babiwanderley@gmail.com

De salto alto ou de tênis, de batom vermelho ou boné, não há apenas um jeito de ser mulher, embora a sociedade moderna ainda se baseie muito em estereótipos. Alguns desses dizem que a mulher tem que ser feminina, seguindo determinados padrões, e que as mulheres que não os seguem são feias, ou não gostam de homem. Tudo isso não passa, porém, de mais uma tentativa de colocar as mulheres em “caixas”, ditando o seu comportamento, conforme atestaram as pesquisadoras entrevistadas pela reportagem de **A União**.

“Ser mulher não é ser masculina ou feminina. Ser mulher é muito mais amplo. Isso é mais uma categoria que ditam que a gente seja, da cruzada da perna, do vestido, das formas, do jeito. Tem mulheres que se contrapõem e vão dizer que não queriam isso. E nem por isso elas deixam de ser. Eu acho que é muito mais isso, né? É esse íntimo de ser, é o que prevalece. E o que você vai parecer, isso já é uma outra coisa”, afirmou a psicóloga Durvalina Rodrigues, que é especialista em políticas públicas de gênero e raça, além de mestra e doutora em Antropologia.

A jornalista e pesquisadora Mabel Dias, que é doutoranda pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ressaltou que os símbolos de feminilidade variam de acordo com a cultura. “Eu acho importante fazer uma leitura de autores que definem essa questão do que vem a ser a feminilidade, mas seriam traços, padrões colocados para a mulher do que é o ser feminino, de como ela deve se vestir com saias, maquiagem, cabelo longo, salto alto. Isso principalmente na sociedade ocidental, nessa sociedade que a gente vive aqui, no Brasil. Se nós formos para outros países, outras culturas, já há uma diferenciação nesse sentido”, afirmou.

Ela também destacou que mulheres trans e travestis também se apropriam desses símbolos. “Também buscam esse comportamento, esse padrão de feminilidade por se identificarem com essas características do que é dito do ser feminino”, comentou.

Mabel não acredita, porém, que ser feminista e ser feminina sejam coisas opostas. “Eu não acho que sejam antagônicas, não. Mas há mulheres que, por exemplo, não gostam de se identificar como feministas. Que dizem: ‘Eu sou feminina e não sou feminista’. Mas eu não vejo que são coisas antagônicas. Acredito que, sim, feminismo e feminilidade podem andar juntos. Eu acho que é tudo uma questão de como você se identifica”, disse.

Essa resistência em se identificar como feminista muitas vezes vem de uma visão estereotipada que muitas pessoas têm sobre as mulheres envolvidas com o movimento. Para as pesquisadoras, trata-se de uma tentativa de descredibilização. Mabel Dias falou, por exemplo, sobre outra imagem da feminista que é um chavão: “Então, tem mulheres que não se depilam. Tem a concepção, nesse sentido, porque, na verdade, o homem não se depila. Vem essa questão agora dos homens se depilarem, de ter essa questão do metrosssexual, dos homens fazerem sobancelha, enfim, de quebrar esses padrões também masculinistas, machistas. Mas eu acho que tudo é uma questão de padronização. Isso foi cons-



Foto: Arquivo pessoal

“

Ser mulher não é ser masculina ou feminina. Ser mulher é muito mais amplo. Isso é mais uma categoria que ditam que a gente seja, da cruzada da perna, do vestido, das formas, do jeito

Durvalina Rodrigues

quebrava os padrões, né? Uma mulher que teve um cabelo curto — naquela época as mulheres tinham que ter o cabelo muito longo —, que usava saias acima do joelho, que saía sozinha, que trabalhava, que estudava, que tinha a independência dela, que namorou, não se casou, porque provavelmente também não teve tempo, morreu muito jovem, com 25 anos. Então, ela quebrou todos esses padrões, tudo que era determinado para uma mulher naquela época, isso nos anos 20. A gente está em 2025, século 21, e a gente ainda tem que quebrar esses padrões. Como, por exemplo, sair sozinha. A Anayde conseguia isso e, hoje, a gente consegue, sim, mas a duras penas, com medo de acontecer algo conosco”.

Mercado de trabalho

Além de questionar as imposições sociais, algumas mulheres podem acabar assumindo um jeito de se vestir ou mesmo um comportamento mais masculino numa tentativa de impor respeito, algo que ocorre muito no mercado de trabalho.

A pesquisadora Mabel Dias acredita que é preciso repensar essa associação de um comportamento mais incisivo aos homens. “Eu acho que mulheres no mercado de trabalho, geralmente em posições de poder também — parlamentares, vereadoras, deputadas e presidentes —, se portam de maneira dita masculina, comportamentos que são atribuídos aos homens, com mais força, mais vigor, mais determinação. E, na verdade, eu acho que Judith Butler [filósofa] desconstrói um pouco essa questão do que é ser masculino, do que é ser feminino, mas, na sociedade machista que a gente vive aqui, no Brasil, as mulheres precisam se impor e aí elas passam a ter comportamentos ditos masculinos, como impor a voz, gritar, falar mais alto. E aí vêm aquelas classificações, né? É louca, é histérica”, comentou.

Mabel Dias citou como exemplo o que aconteceu com Dilma Rousseff quando ela era presidente do Brasil. “A *Veja* tinha algumas capas que atribuíam a ela — colocando ela gritando, qualquer coisa assim — uma pecha de louca, descontrolada, quando ela tinha que ter uma atitude mais enérgica em determinadas situações”, lembrou.

“Então, eu acho também que a gente precisa quebrar um pouco essa questão do que é ser masculino, do que é o ser feminino. Elas precisam às vezes se impor para poderem ser respeitadas, para poder uma ordem ser obedecida, e muitas vezes são desqualificadas por isso. A maioria dos homens e até algumas mulheres também não querem obedecer, não querem seguir alguma ordem que foi dada por uma mulher. Sempre tem essa desqualificação, justamente por conta da sociedade machista patriarcal que a gente vive”, completou.

Durvalina Rodrigues, por outro lado, acredita que a mulher não precisa abrir mão de sua feminilidade, caso assim deseje, para conquistar respeito. “Se eu sou feminista e luto por um mundo igualitário, por que eu tenho que me igualar a um homem? Se é o meu maior predador. Porque quem mata mulher não é mulher. Quem mata mulher é homem. Então, na minha concepção, seria essa imagem que eu não quero para mim”, disse. Ela ressaltou, porém, que essa é uma escolha pessoal dela, e que outras mulheres podem pensar diferente.

truído pela sociedade patriarcal, pela sociedade ocidental, de que as mulheres precisavam se depilar, de que elas precisam, enfim, estarem de acordo com os padrões ditos de determinada cultura machista. Então, além de desinformar e de ridicularizar as feministas, como é feito de várias formas, tanto na fala como também em imagens manipuladas em relação ao que é uma mulher feminista, que a gente vê muito isso na internet, também é uma forma de descredibilizar o movimento”, avaliou.

Já Durvalina Rodrigues explicou que, embora seja uma mulher vaidosa, isso está ligado à individualidade dela, e nem todas as mulheres são iguais, devendo-se respeitar as escolhas de cada uma. “Existem mulheres que gostam de se arrumar desse jeito e que, no impacto de revolução, vai afirmar: ‘Olha, não é você que vai dizer que eu tenho que tirar meus pelos, eu boto meus pelos onde eu quiser’”, disse.

Quebrando padrões

Se, por um lado, as mulheres que preferem não se depilar, não usar maquiagem ou saltos altos são criticadas, as que são muito vaidosas também podem acabar sendo vistas como fúteis e superficiais. Ninguém está isenta.



Foto: Arquivo pessoal

“

Há mulheres que, por exemplo, não gostam de se identificar como feministas. (...) Acredito que, sim, feminismo e feminilidade podem andar juntos. Eu acho que é tudo uma questão de como você se identifica

Mabel Dias

FEMINISMO

“Uma grande comunidade imaginada”

Mudança da situação estrutural não está vinculada apenas a uma organização ou a um movimento específico

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

Jussara Carneiro Costa prefere se identificar com o primeiro sobrenome para preservar a linhagem materna, ainda que, como professora e pesquisadora do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), a academia e outros espaços onde transita adotem, por convenção, o segundo sobrenome, de origem paterna. A feminista convicta conta que, apesar de sentir um incômodo pelo modo como as relações de poder se teciam na sociedade quando ainda era menina, foi num lugar mais improvável, um convento, que ela despertou para algumas das lutas de mulheres. Jussara deixou a cidade natal de Catolê do Rocha, no Sertão paraibano, aos 16 anos, para ingressar no Convento das Irmãs Franciscanas de Dillingen, em Areia, no Brejo, onde tomou contato com as ideias e provocações de uma freira, filósofa e teóloga feminista chamada Ivone Gebara.

Apesar de as religiosas, à época, mantem uma forte presença política nas Comunidades Eclesiais de Base e junto à juventude, Jussara não considera aquela primeira atuação como uma militância propriamente feminista. Foi somente quando cursou Serviço Social e, depois, assumiu a assessoria sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em João Pessoa, que ela tomou pé no feminismo. “Ali eu tive o primeiro contato com o movimento de mulheres camponesas, que é histórico aqui, na Paraíba. Conheci a memória narrada de mulheres sindicalistas rurais, como Margarida Alves e Maria da Penha, e fui conhecendo alguns elementos que me ajudaram a compreender o feminismo para além daquele que a gente estuda na narrativa oficial, de que tudo começa na Europa, como se não tivesse existido em outro local”, descreveu a socióloga.

Mas, afinal, o que é o feminismo? Essa é uma pergunta que Jussara afirma ter “quebrado muito a cabeça” ao longo da vida para entender, tanto que se debruçou sobre ela também ao longo de seu doutorado. A mesma questão que ela costumava fazer também para seus alunos, em sala de aula. A definição que esboçou ao longo dessa trajetória, e que acredita dar conta de abarcar tudo, é simples, segundo ela: “Eu considero que feminismo é uma grande comunidade imaginada”. O termo “comunidade imaginada” foi tomado do historiador Marcel Detienne e expressa a ideia de uma nação compartilhada. “Eu me imagino fazendo parte, porque eu compartilho um entendimento comum com um monte de mulheres que estão espalhadas pelo mundo inteiro, que não sabem nem que elas existem — nem vão saber —, mas que reconhecem que o mundo está organizado e estruturado com



Socióloga Jussara Carneiro julga que o movimento deveria dar mais atenção às pessoas que não concordam com ataques misóginos, mas também não se sentem contempladas com as atuais pautas do feminismo

base numa desigualdade entre homens e mulheres”, explica a docente.

Segundo esse entendimento, quem afirma a necessidade de mudança dessa situação estrutural está concordando com o ideal feminista, ainda que não esteja vinculada a uma organização ou a um movimento específico, que Jussara faz questão de lembrar que são muitos. “O feminismo não é homogêneo. Essa grande comunidade imaginada é composta por várias comunidades internas, por isso que tem um monte de adjetivações, como feminismo marxista, feminismo pós-culturalista, feminismo radical e até feminismo ecológico”, lista.

Objetificações

A proposta integradora da socióloga está longe de ser compartilhada por todos. Há quem, ainda hoje, associe a imagem de feministas a mulheres que gostariam de ser homens, com traços masculinizados, uma visão que se difundiu na virada do século 19 para o 20, e que impediu, inclusive, que muitas mulheres recusassem o termo “feminista” em troca de “feminino”, mesmo lutando por causas como direito à educação, ao trabalho e ao voto. Na Paraíba, por exemplo, a fundação da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, incentivada pela ativista Bertha Lutz, assumia um feminismo do tipo conservador, que jamais questionava o sistema vigente como responsável pela desigualdade das relações entre homens e mulheres, mas defendia algumas daquelas pautas.

“Havia um grande investimento dos médicos da corrente do psiquiatra Cesare Lombroso, que colocava a conduta da mulher feminista como algo que denotasse doença, como um traço patológico, por isso as mulheres tinham muito medo. A figura da lésbica, por exemplo, foi usada no Brasil como uma espécie de ‘vacina’ contra as pretensões emancipatórias das mulheres, porque a lésbica representava a monstruosidade, a doen-

Origem da desigualdade entre homens e mulheres está na naturalização dos papéis de gênero

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. A conhecida frase da filósofa e feminista francesa Simone de Beauvoir, ilustra bem como a figura de mulher é resultado de uma construção social e não pode ser entendida como uma condição natural. E, não sendo natural, explica a socióloga Jussara Carneiro, faz parte de uma construção histórica permeada por desigualdades. É por isso que a pesquisadora argumenta que o confronto entre feminismo e feminino esconde uma estratégia de desqualificação pública da ação das mulheres que buscavam reivindicar seus direitos e questiona: “Mas, afinal, o que é ser feminino e o que é ser masculino?”.

A psicóloga Luiza Lins estudou a representação da mulher na política na pesquisa de doutorado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e explica que o feminino, assim como o masculino, está relacionado a papéis de gêneros, entendidos como crenças consensuais sobre atributos considerados típicos ou esperados de mulheres e homens. Segundo Lins, a origem dessas crenças se deu em função das diferenças físicas: o tamanho e a força seriam masculinos, enquanto as atividades reprodutivas, femininas. “Mas o fato de uma mulher amamentar não determina, por exemplo, sua associação direta com as atividades domésticas. Do mesmo modo, não há qualquer associação entre o tamanho e a força física de um homem e a liderança política, por exemplo. Portanto, o que existe é uma ideia equivocada de que há atributos inatos e inevitáveis dos sexos quando, na verdade, são características sociais que foram naturalizadas ao longo da história”, esclarece.

A naturalização dos papéis de gênero está na origem da desigualdade das relações entre homens e mulheres porque, a partir deles, são gerados estereótipos. Enquanto das mulheres esperam-se atitudes de atenção, preocupação com o bem-estar dos outros, sensibilidade e emotividade, aos homens são atribuídas posturas de maior agência e comportamentos assertivos, competitivos e independentes. No decorrer de seus estudos, a psicóloga identificou, ainda, uma ambivalência na forma como a mulher tem sido vista na sociedade: “A ‘boa’ mulher

ça, o não feminino. E a gente cresce com esse espectro, de mulheres que não queriam ser chamadas de feministas, porque ser feminista era igual ser lésbica”, esclarece. A pesquisadora investigou, em sua tese de doutorado, os movimentos feministas no Brasil.

As mulheres só começam a se anunciar como feministas nas décadas de 1960 e 1970, no contexto dos movimentos culturais do pós-guerra, em que o corpo ganha evidência como território de disputas e, como tal, são reconhecidas, inclusive, como protagonistas das transformações sociais daquele período. Apesar disso, imagens icônicas de protestos de feministas queimando sutiãs têm sido recuperadas para reforçar, no contexto atual de polarização política, estereótipos de cunho moral. “O principal ataque à pessoa feminista ou a qualquer pessoa que estude gênero é de que a gente está querendo destruir o ponto mais firme que as pessoas têm nesse mundo, que é a família, o grupo social primário. E isso gera medo e pânico nas pessoas”, pontua Jussara, que já foi chamada por amigos bolsonaristas de “a única esquerdista feminista que respeita”, em tom de brincadeira, mas com sentido depreciativo.

A docente reconhece que, atualmente, há muito mais gente propensa a se dizer feminista do que em qualquer outra época, mas ainda há muito a ser feito e algumas visões sexistas não foram superadas. Ela relembra como já corrigiu colegas de trabalho algumas vezes durante eventos quando a apresentavam como “a pessoa que ia abrilhantar ou florescer a mesa”. Ela se ressentia de que falas desse tipo, que associam a mulher a um objeto como uma vela ou um jarro de flores, tem se repetido, inclusive, por parte de grandes autoridades do alto escalão dos governos.

“Puxadinhos”

Como feminista, Jussara Carneiro reconhece que há muito a comemorar em rela-

é idealizada como símbolo de fecundidade, maternidade e pureza, relacionada, por exemplo, a atividades ou profissões de cuidado, como a enfermagem. No outro extremo, temáticas como a sexualidade feminina, a luta por direitos e igualdade representada pelo feminismo e a presença de mulheres em áreas tradicionalmente masculinas, como o futebol, compõem a representação da mulher desviante, fora da norma”.

A psicóloga concorda que o feminino e o feminismo não se constituem campos distintos, pois o cerne da luta feminista sempre foi e será o combate às injustiças associadas ao feminino e, portanto, às injustiças de gênero. É por isso que, assim como a socióloga Jussara Carneiro, Luzia Lins também se entende feminista mesmo antes de começar a pesquisar sobre o assunto. “Não tenho como sair ilesa a uma série de desigualdades e desvantagens sociais que experimentamos nos mais diferentes âmbitos da vida. Nesse entendimento, minha mãe foi feminista quando saiu de casa para fazer uma faculdade, quando meu avô dizia que curso superior era apenas para os homens; minha avó foi feminista quando fugiu de casa para casar com o homem que escolheu; e eu própria sou e fui feminista quando faço uma série de escolhas que partem da noção de que, enquanto mulher, tenho os mesmos direitos sociais, políticos e econômicos que um homem”, endossa a pesquisadora, que atualmente vem desenvolvendo investigações na Universidade do Minho, em Braga, Portugal.

Em espaços de poder, como a política, Luzia tem observado tanto uma sub-representação feminina quanto críticas recorrentes às decisões e posturas mais firmes daquelas que conseguem acessá-los. Nesses casos, se as atitudes partem de homens, tendem a ser vistas como de um líder confiante, ao passo que, se forem tomadas por uma mulher nas mesmas condições, a tendência é considerá-la agressiva ou arrogante. Ela defende a urgência para “desfazer” os estereótipos de gênero e propõe mudanças efetivas que passem pela construção de políticas públicas em prol da igualdade de relações, desde a educação até a ampliação do debate público.

ção ao reconhecimento das lutas encampadas pelas mulheres, mas prefere lançar um olhar para aquilo que poderia ter sido conquistado. Quando opina sobre essas questões em sala de aula, suas alunas a acusam de pessimista, mas ela retruca: “Eu sou a pessoa mais otimista, porque a pessoa otimista é aquela que vê uma brechinha de nada e diz que vai morrer por essa brecha, sem abrir mão dela por ser pequena. E eu acho que a gente abre mão de algumas coisas a toda hora”.

Nesse sentido, a pesquisadora avalia que se lutou muito pelo ingresso das mulheres na escola e na universidade, mas esses espaços ainda mantêm mecanismos de segregação de gênero muito fortes internamente, como nos cargos de chefia, em âmbitos administrativo e acadêmico, ainda que a formação seja equivalente ou até maior que os profissionais do sexo masculino. “Pensando no âmbito da educação, nós não empreendemos uma luta para mudar a estrutura por dentro, desde o modo como as mulheres são retratadas no currículo até as políticas institucionais, que não se modificaram. O que se tem são espécies de ‘puxadinhos’, e eu acho que a gente poderia ter avançado em transformações mais qualitativas, ter tido conquistas mais duráveis e mais sólidas”, opina, referindo-se, principalmente, a programas sociais que mudam ao sabor das gestões governamentais, sem se constituírem política pública de estado.

Uma das brechas que a socióloga julga que o movimento feminista deveria dar mais atenção seria olhar para aquelas pessoas que não concordam com ataques misóginos, mas também não se sentem contempladas com as atuais pautas do feminismo ou até criaram “ranço” dele. Ela recorda como as manifestações do 8 de março, uma data emblemática de consenso internacional, tem se esvaziado ou se concentrado em questões de cunho muito individual ou moral, como a violência contra a mulher, sem lembrar que essa violência é parte de uma estratégia de poder que engloba também os comportamentos coletivos.

“Eu, hoje, por exemplo, não estou muito inserida em movimentos coletivos, porque acho que a gente está perdendo muita energia, sabe? Manter uma presença nas ruas é uma ação necessária, mas não é estratégica. A gente vem trabalhando bem à margem do problema, na ‘franja’, ali onde ele aparece, sem estratégia para ataque, somente para defesa, só para recuar com segurança e se manter viva”, confessa, ressentida do rosto mais institucionalizado que o movimento feminista tem se apresentado no cenário político brasileiro atual.



Segundo a psicóloga Luiza Lins, o feminino e o feminismo não se constituem campos distintos, pois o cerne da luta feminista sempre foi e sempre será o combate às injustiças de gênero

ECOFEMINISMO

Vidas dedicadas ao equilíbrio e à natureza

Movimento reflete um crescimento pessoal e coletivo como o que tem sido feito por mulheres que se reúnem em João Pessoa

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

“Abafaram nossa voz, mas se esqueceram de que não estamos sós”, assim cantava um grupo de mulheres na casa das Irmãs da Fraternidade Esperança, no bairro José Américo, em João Pessoa, onde se encontram uma vez ao mês, sempre aos sábados, para estudar e discutir sobre temas ligados à mulher e à questão ambiental. A Roda Ecofeminista, iniciada há pouco mais de um ano, costuma reunir cerca de 12 mulheres dos mais diferentes perfis sociais e geracionais, como Bárbara de Oliveira, rezadeira de 74 anos, que não chegou a frequentar a escola, mas nem por isso deixa de compartilhar da sabedoria acumulada ao longo da vida.

“Eu aprendo muito com elas e elas também aprendem comigo quando conto minha história de família indígena, do trabalho na roça e dos remédios que aprendi a fazer lá no sítio, onde eu morava”, comenta a rezadeira, que desenvolveu o dom da cura vendo sua mãe benzer crianças já desfalcidas e, pouco tempo depois, recobrar o vigor.

Natural de Catingueira de Piancó, no Sertão da Paraíba, Bárbara migrou com o marido para São Paulo, na seca de 1970, e, depois de uma temporada de seis anos no Recife, eles estabeleceram-se definitivamente em João Pessoa. Ela ainda não chegou a conversar com o esposo sobre o que discute na Roda Ecofeminista, mas o assunto já chegou à família. É que ela sempre leva consigo para os encontros uma das filhas, Desuila Oliveira, mais conhecida como Deusa, de 54 anos. A filha já tinha até ouvido falar de feminismo na televisão, mas não entendia bem do que se tratava. Chegou a procurar saber saber mais com algumas pessoas, mas a resposta que obteve foi de que eram mulheres que queriam se comportar como homens. Mesmo assim, ela foi.

Quando começou a participar dos encontros, o companheiro de Deusa até questionou o porquê de uma reunião só com mulheres e queria saber do que tanto elas falavam, mas depois a apoiou. Agora, Deusa faz questão de comentar os assuntos debatidos na roda de conversa com o companheiro e os filhos homens, sem se importar quando dizem que são só “coisas de mulher”. “É muito bom participar de uma coi-

sa que você vai se autoconhecendo e passando o conhecimento para os outros. A gente aprende muitas coisas em termos de cuidar do planeta, dos filhos, sobre a mente, o espírito, de tudo que nos envolve”, revela. Se ela se considera feminista? A resposta vem de pronto: “Desde que eu nasci. Nunca deixei de lutar pelo que eu acredito. Só não sabia que era esse o nome; eu achava que esse nome era só por enfeite”.

Além do feminismo

Uma das responsáveis pela Roda Ecofeminista do José Américo é a professora aposentada Salene Leite, que se envolveu mais diretamente com essa corrente do movimento feminista há somente dois anos. Ela já se assumia como militante pela vida das mulheres e chegou a estar à frente de outro coletivo feminista quando morou na região de fronteira dos Pampas, no Rio Grande do Sul. Mas foi uma escultura de cerâmica da Pachamama, divindade reverenciada pelos povos andinos, que ganhou de presente numa viagem a Machu Picchu, no Peru, quando já estava de volta à Paraíba, que a fez despertar para o feminismo comunitário e camponês. “Aquilo me conectou mais ainda com essa questão da nossa mãe terra, que é feminina, e aí eu comecei a me interessar pelo ecofeminismo, pela relação de cuidado que a mulher mantém com as pessoas, com a família, com as crianças”, explica.

Salene começou a pesquisar mais sobre o assunto e passou a acompanhar o perfil de algumas ecofeministas na internet, até que algumas amigas demonstraram interesse em aprofundar mais sobre a interseção entre a luta feminista e a preservação do meio ambiente; daí surgiu a ideia de uma roda de conversa ecofeminista. “O ecofeminismo vai além do feminismo, ele é maior, ele o supera. O feminismo começou a luta contra a opressão masculina sobre as mulheres, enquanto o ecofeminismo vai dizer que, além da

opressão contra as mulheres, há também a opressão contra o planeta, a partir dessa relação com a terra. Então, para nós, essa opressão é dupla, porque afeta a nós e aos nossos territórios”, explica Salene Leite.

A ecofeminista prefere substituir a palavra “empoderamento”, que alega estar associada ao neoliberalismo — e o ecofeminismo opõe-se frontalmente ao capitalismo — por “autonomia”, que reflete um crescimento pessoal e coletivo como o que tem sido feito pelas mulheres que se encontram mensalmente. Salene destaca que o perfil do grupo é diverso. São mulheres de direita e de esquerda, moradoras dos bairros Bessa, Bancários, Cristo, José Américo e Valentina. Algumas, como ela, com leituras feministas, enquanto outras, como Bárbara e Deusa, que ainda vêm se descobrindo como ecofeministas. “Estamos vivendo um processo de construção da consciência coletiva, porque recebemos uma educação muito individualista. Cada uma tem uma sabedoria que a outra não tem e, a partir desses momentos de trocas e aprendizagens, a gente vai se apropriando do que é ecofeminismo. Às vezes, algumas ficam caladas, escutando, escutando, e daí a pouco saem com umas falas que me arrepiam pela profundidade e pelo amadurecimento”.

O cuidado é outra palavra cara para Salene: cuidado com a casa comum — o planeta —,

cuidado com a comunidade, cuidado com a família, cuidado consigo mesma. E isso inclui questões micro, como as formas de alimentação ou a falta dela, estreitamente ligada às condições financeiras e que impactam no desenvolvimento físico, psíquico e emocional; até questões macro, como a consciência global daquilo que vem afetando todo o mundo pela ausência de cuidado, tanto no meio ambiente rural quanto no urbano. Daí a presença de mulheres à frente de lutas pelo direito de plantar em seus territórios e pelo fortalecimento da agroecologia, ou pela implantação de cozinhas comunitárias, sistemas de saneamento básico e postos de saúde em suas comunidades. “Eu considero essas mulheres ecofeministas, só que elas não se atentaram para isso, porque elas estão lutando pela qualidade de vida em um território e contra o perigo iminente de coisas piores que podem acontecer se a gente não mudar radicalmente”, avalia Salene Leite.

Quando os homens precisam migrar para outras regiões em busca de trabalho na época de secas, por exemplo, são as mulheres as que mais sofrem os efeitos do clima, como a falta de água. Na Paraíba, a professora recorda, ainda, a luta encabeçada pelas mulheres do campo contra a forma como empreendimentos de energia eólica e solar têm sido implantados em seus territórios. “Se a energia renovável for à custa da saúde mental e física, da vida daqueles e daquelas que estão nos territórios, a gente não apoia. Aí dizem que é em nome do progresso, mas progresso para quem? Lucro para quem? Isso é coisa de capitalista, isso é coisa neoliberal”, contesta a feminista.

O sonho das mulheres do projeto Roda Ecofeminista é de um planeta que resista por mais tempo, sem supremacias, sem opressão, sem violência. Uma utopia, certamente, que elas apostam ser levada adiante pelas futuras gerações. “Nós lutamos pela humanidade coerente, que todos tenham acesso à água potável, à comida e à escola de qualidade, à educação e saúde públicas. A gente sabe que nós temos condições de viver num mundo melhor, sem ter que negociar a vida das meninas e mulheres”, sintetiza Salene Leite.

MULHERES NEGRAS

Além da luta contra o patriarcado, o racismo como inimigo

Bárbara Wanderley
babiwonderley@gmail.com

Vivências diferentes, demandas diferentes. O feminismo hegemônico, que lida com demandas mais gerais e comuns entre as mulheres, na verdade não atende às necessidades de todas. Um exemplo é o das mulheres negras, que, além de lutar contra a opressão do patriarcado, também têm o racismo como inimigo.

“Essas mulheres estão para além de tudo isso que está sendo colocado aí. Na sua representatividade, visibilidade, no combate ao racismo e ao sexismo, na questão do empoderamento e autonomia, porque essa mulher não era percebida como gente, quanto mais como empoderada”. Quem explica é a psicóloga, especialista em políticas públicas de gênero e raça, mestra e doutora em Antropologia, Durvalina Rodrigues. Ela é integrante da Abayomi, coletivo de mulheres negras na Paraíba, que também compõe a coordenação da Rede de Mulheres Negras do Nordeste.

Para explicar a necessidade de haver um feminismo negro, a pesquisadora voltou ao passado para contextualizar a história. “As mulheres negras vieram para o Brasil enquanto mercadoria. E isso é importante ter essa dimensão histórica, porque, enquanto mercadoria, essas mulheres não eram vistas eminentemente como ser humano e, sim, objetificadas”, afirmou.

“Com a primeira onda do feminismo branco, as mulheres buscavam a ida para a rua, o direito do voto, o direito do trabalho, o direito de ser vistas e percebidas, na perspectiva da retirada da coitadinha, da mimadinha, da mulher caseira, recatada, do lar. Então essa primeira onda, em busca dos direitos pelo feminismo hegemônico, que é de fundamental importância para todas nós, mulheres, diga-se de passagem, foi interessante naquele momento, mas, em nenhum momento, as mulheres negras eram contempladas com aquele feminismo. Pelo contrário, as mulheres negras serviam às mulheres brancas, porque elas saíam e essas mulheres ficavam em suas casas como domésticas”, continuou Durvalina Rodrigues.

A psicóloga ressaltou que, dessa forma, as mulheres negras acabaram percebendo que tinham necessidades diferentes. “Quando aquelas mulheres chegaram aqui, elas não tinham quem pague para fazer dentro de casa, têm a menor participação no mercado de trabalho, enfrentam os altos índices de pobreza e são sub-representadas em cargos políticos e de liderança”, enumerou. “Essas mulheres têm uma baixa escolaridade e muito mais risco de sofrer violência doméstica. Isso vai dialogar com o que eu falei lá atrás, sobre a desumanização da mulher negra. As mulheres negras são vis-

perceberam que as mulheres brancas queriam ir para a rua, nós estávamos na rua há mais de século. Quando as mulheres brancas pediam o direito de trabalhar, nós já trabalhávamos desde que chegamos aqui, sendo sequestradas e desumanizadas. As pautas que o feminismo hegemônico levava não contemplavam essas mulheres, porque o feminismo branco não abordava um eixo de subordinação, que é o eixo do racismo. Nesse sentido que a feminista Patrícia Hill Collins vai dizer que o pensamento feminista negro parte de um projeto de justiça social”.

Durvalina Rodrigues destacou ainda a questão da vulnerabilidade social que perpassa as mulheres negras, principalmente aquelas que estão nas periferias, nos subempregos, nos hospitais psiquiátricos e nas cadeias. “A maioria das mulheres detentas são negras. Elas dedicam mais tempo a fazeres domésticos, porque, pela questão da desigualdade social, elas não têm quem pague para fazer dentro de casa, têm a menor participação no mercado de trabalho, enfrentam os altos índices de pobreza e são sub-representadas em cargos políticos e de liderança”, enumerou. “Essas mulheres têm uma baixa escolaridade e muito mais risco de sofrer violência doméstica. Isso vai dialogar com o que eu falei lá atrás, sobre a desumanização da mulher negra. As mulheres negras são vis-

Para a professora e militante norte-americana Patrícia Hill Collins, o pensamento feminista negro parte de um projeto de justiça social



Foto: Arquivo pessoal/Salene Leite

Pachamama é uma escultura de cerâmica que representa uma divindade reverenciada pelos povos andinos, que já inspirou no despertar para o feminismo comunitário e camponês



Integrantes da Roda Ecofeminista, Deusa (E) e Bárbara de Oliveira (D) vivem um processo de construção da consciência coletiva



Foto: Janael Lee/Durvalina Rodrigues